



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**JUVENTUDES NO SISTEMA ONU: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO
NOVO ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA JUVENTUDE**

MATHEUS VALOIS SERRA

Foz do Iguaçu

2025

**JUVENTUDES NO SISTEMA ONU: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO
NOVO ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA JUVENTUDE**

MATHEUS VALOIS SERRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Dra. Suellen Mayara Peres de Oliveira

Co-orientadora: Dra. Cristiane Sander

Foz do Iguaçu

2025

MATHEUS VALOIS SERRA

JUVENTUDES NO SISTEMA ONU: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO
NOVO ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA JUVENTUDE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política, da
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Suellen Mayara Péres de Oliveira UNILA

Co-orientadora: Prof. Dr. Cristiane Sander

Prof. Dr. Felipe Cordeiro de Almeida

Ma. Thais Lacerda Queiroz Carvalho

Foz do Iguaçu, 24 de fevereiro de 2025.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo da autora: Matheus Valois Serra

Curso: Bacharel em Relações Internacionais e Integração

Tipo de Documento

(X) graduação (.....) artigo (.....) especialização (X) trabalho de conclusão de curso (.....) mestrado (.....) monografia (.....) doutorado (.....) dissertação (.....) tese (.....) CD/DVD – obras audiovisuais (.....)

Título do trabalho acadêmico: Juventudes no Sistema ONU: Desafios e Oportunidades Do Novo Escritório Das Nações Unidas para Juventude.

Nome da orientadora: Prof. Dra. Suellen Mayara Péres de Oliveira; nome da co-orientadora: Prof. Dr. Cristiane Sander

Data da Defesa: 24/02/2025

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor: a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade. b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração LatinoAmericana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue. Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo. Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca LatinoAmericana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública Creative Commons Licença 3.0 Unported.

Foz do Iguaçu, 06 de fevereiro de 2025.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus que nos abençoou até aqui. Em segundo lugar, preciso agradecer à minha família: Janete, Valdeci, Pedro e André, além da minha família paterna e materna, que não mediu esforços para que eu tivesse o processo de formação mais completo possível. Destaco aqui minha amada avó Regina e, de maneira especial, o meu avô Ferreira, que nos deixou em março de 2024, durante o desenvolvimento deste estudo. Quero aproveitar também para agradecer os meus "tios" da Comunidade Nossa Senhora da Paz, que contribuíram bastante para que eu tivesse acesso a todas as oportunidades. Eu não seria o ser humano e o profissional que sou sem vocês.

Não menos importante, quero agradecer à instituição que durante o começo da minha juventude me apoiou de todas as formas possíveis: o Marista. Em especial aos Ir. Alexandre, Luís André e Inácio, que foram grandes mentores no meu desenvolvimento pessoal, acadêmico, espiritual, esportivo e cultural. Não poderia deixar de agradecer também a Rogério Coelho, Conceição e Larissa Hiuly, André Fernandes, Aristóteles Viana, João Fonseca, Aníger Aranha, Katiane Souza, João Olicar, Flávia, Raquel Neiva, Jeane Gomes, Pedro Neto, Ediane Karlezia, Seu Zé, Karliane Torres, Lidiane, Jéssica Baima e Renato. Muito obrigado por todo o carinho e cuidado que sempre tiveram por mim. Eu sou Marista de coração, e tenho certeza que quanto mais o tempo passa, mais cresce a nossa união. Obrigado, obrigado de coração. Com palavras não consigo expressar minha gratidão.

Quero aproveitar ainda esse espaço para realizar um agradecimento especial à todos os meus professores ao longo da vida, aqui representados pela minha orientadora, Prof. Dra. Suellen Oliveira, que mais que uma professora, foi uma grande mentora e amiga durante toda minha caminhada acadêmica, respondendo meus infindáveis questionamentos e críticas à academia, assim como minha Co-orientadora, Prof. Dra. Cristiane Sander, quero agradecer pelas valiosas contribuições da e pela sua luta incansável pelas juventudes.

Preciso agradecer também, de maneira especial, ao Movimento Escoteiro. Esse movimento me formou enquanto cidadão, enquanto profissional e enquanto

pessoa. Foi ele que me demonstrou a necessidade de lutar pelo direito das juventudes e que somos capazes de realizar as mudanças necessárias em nossa sociedade. Foi ele também que me apresentou aos amigos que estão comigo há décadas: Fernanda, Isac, Christiano, Larissa, Andreza, Inaê, Nilson, Adrielle.

Aqui, preciso citar também meus grandes amigos Sarah, Paulo Neto e Adna, que acreditaram e viram potencial em mim logo no início da minha trajetória no Movimento Escoteiro no Maranhão. Preciso agradecer ainda à Patrícia Diniz, que me acolheu e se tornou minha mentora/madrinha/amiga, que abriu diversas portas para mim, inclusive minha primeira participação em processos das Nações Unidas. Além desses, preciso agradecer ao meu mentor e amigo Pedro Pavão, que me acolheu desde o primeiro momento em que cheguei a Foz do Iguaçu para estudar e continua me apoiando sempre que preciso. Não menos importante, preciso lembrar dos meus amigos Larissa Oliveira e Pedro Jesus.

Este processo tampouco seria o mesmo sem o apoio dos meus amigos que me acompanharam na caminhada universitária: Vinicius Miguel, Ruben Canales, Flora Campos, Diego Moreira, Duda Meister, Kevin Ganoa, Ana Wink e Vanessa Almeida. Além dos meus queridos calouros e amigos: Victor Augusto, Fernanda Wakayama e Hevelyn Guizzi. Muito obrigado por tornar esse momento tão importante das nossas vidas mais prazeroso e palatável.

Quero ainda render minha solidariedade à minha querida amiga Melissa El Feghali, libanesa, que vê seu país passar por um conflito devastador. Melissa foi minha parceira de caminhada de *advocacy* dentro do sistema ONU, assim como a querida Emily, do Reino Unido.

Por fim, mas não menos importante, agradeço às queridas Hannah Graham e Annie Weaver do setor de *advocacy* e parcerias da Organização Mundial do Movimento Escoteiro, e a todos os representantes jovens, que trabalham para construir uma governança global que atenda às necessidades das juventudes. Ainda preciso agradecer às pessoas que me apoiaram no desenvolvimento dessa pesquisa. Além de Ahmad Allendawi, Ishaan Shah e Bianca Herzog pela disposição em participar deste estudo e grande generosidade nas respostas.

*“When we give young people decent jobs,
political weight, negotiating muscle and real
influence in our world, they will create a better
future.”*

**Ban Ki-moon, Ex-Secretário Geral das
Nações Unidas**

VALOIS SERRA, Matheus. **Juventudes no Sistema ONU: Desafios e Oportunidades do Novo Escritório Das Nações Unidas para Juventude**. 2025. 123 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMO

Este estudo examina a institucionalização da agenda de juventudes no Sistema ONU, com ênfase na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude em 2022. Empregando metodologia mista de métodos quantitativos e qualitativos, a pesquisa analisa a evolução da inclusão da participação juvenil na governança global desde 1960, evidenciando uma transição de abordagens paternalistas para o reconhecimento dos jovens como agentes protagônicos. Para fundamentação da pesquisa, foram realizadas revisões bibliográficas, análises de documentos oficiais da ONU e entrevistas com atores envolvidos no processo de estabelecimento do escritório. Baseando-se na premissa de que a concepção do escritório precede sua incorporação no documento "Nossa Agenda Comum", a pesquisa identifica um padrão de participação juvenil significativa nas etapas iniciais de concepção, que decresce progressivamente durante as fases finais de negociação e implementação. Por fim, oferece uma perspectiva sobre os desafios e oportunidades do novo escritório dentro do organograma da ONU.

Palavras-chave: Juventudes, Nações Unidas, Participação Juvenil, Escritório das Nações Unidas para Juventude.

VALOIS SERRA, Matheus. **Youth at UN System**: challenges and opportunities of the new UN Youth Office. 2025. 123p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

ABSTRACT

This study examines the institutionalization of the youth agenda within the UN System, with emphasis on the creation of the United Nations Youth Office in 2022. Employing a mixed methodology of quantitative and qualitative methods, the research analyzes the evolution of youth participation in global governance since 1960, highlighting a transition from paternalistic approaches to the recognition of young people as protagonistic agents. To support the research, bibliographic reviews, analyses of official UN documents, and interviews with actors involved in the office establishment process were conducted. Based on the premise that the office's conception precedes its incorporation in the "Our Common Agenda" document, the research identifies a pattern of significant youth participation in the initial stages of conception, which progressively decreases during the final phases of negotiation and implementation. Finally, it offers a perspective on the challenges and opportunities of the new office within the UN organizational structure.

Keywords: Youth, United Nations, Youth Participation, UN Youth Office.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variação da faixa-etária das juventudes para diferentes Organizações Internacionais.

Quadro 2 - Temas das Resoluções da AGNU na década de 1960.

Quadro 3 - Temas das Resoluções da AGNU na década de 1970.

Quadro 4 - Temas das Resoluções da AGNU na década de 1980.

Quadro 5 - Temas das Resoluções da AGNU na década de 1990.

Quadro 6 - Temas das Resoluções da AGNU na década de 2000.

Quadro 7 - Temas das Resoluções da AGNU de 2010 até o presente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do Sistema das Nações Unidas.

Figura 2 - Número de resoluções sobre juventude da ANGU por décadas.

Figura 3 - Temas das resoluções sobre juventude da AGNU.

Figura 4 - Escada de participação juvenil de Roger Hart.

Figura 5 - Grade de participação juvenil de Clare Lardner.

Figura 6 - Participação Juvenil no processo de idealização do Escritório da ONU para Juventude.

Figura 7 - Participação Juvenil no processo de construção do Escritório da ONU para Juventude.

Figura 8 - Cronograma do Processo de Consultas da Construção da ONU Juventude.

Figura 9 - Participação Juvenil no processo de negociação do Escritório da ONU para Juventude.

Figura 10 - Análise da Participação Juvenil no processo de criação do Escritório da ONU para Juventude (Claire Lardner).

Figura 11 - Análise da Participação Juvenil no processo de criação do Escritório da ONU para Juventude (Roger Hart).

LISTA DE ABREVIATÖES

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

CIJ - Corte Internacional de Justiça.

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

ILO/OIT - Organização Internacional do Trabalho.

OI - Organização(ões) Internacionais.

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

ONU - Organização das Nações Unidas.

ONU JUVENTUDE - Escritório das Nações Unidas para Juventude.

OSGEY - Escritório do Enviado Especial para Juventude do Secretário Geral das Nações Unidas.

SGNU - Secretário-Geral das Nações Unidas.

UN/DESA - Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

UNYO / UN Youth / UN Youth Office - Escritório das Nações Unidas para Juventude.

SUMÁRIO

Introdução	15
1. Juventudes	26
1.1. Caracterização das juventudes	26
1.1.1 Abordagens Conceituais da Juventude	26
1.1.2 Definições Etárias da Juventude	27
1.1.3. A Natureza Dinâmica da Definição de Juventude	28
1.1.4 Juventude como Grupo Social	29
1.1.5 Juventude como Grupo Social e Político	30
1.1.6 Implicações para Políticas Públicas e Pesquisas	31
1.2. As juventudes como preocupação do Sistema Internacional	33
1.2.1 Década de 1960:	33
1.2.2 Década de 1970:	33
1.2.3. Década de 1980:	34
1.2.4. Década de 1990:	35
1.2.5. Década de 2000:	35
1.2.6 Década de 2010 em diante:	36
2. O Sistema ONU	38
2.1. Surgimento da Organização das Nações Unidas	39
2.2 Estrutura do Sistema ONU	39
2.2.1. A Assembleia Geral das Nações Unidas:	40
2.2.2. O Conselho de Segurança:	41
2.2.3. O Conselho Econômico e Social:	42
2.2.4: A Corte Internacional de Justiça:	42
2.2.6. O Conselho de Tutela:	44
3. Evolução da Agenda de Juventudes dentro do sistema ONU	47
3.1. Cronologia das Resoluções sobre Juventude da AGNU:	48
3.1.1. Período entre 1945 e 1960:	48
3.1.2 Década de 1960:	49
3.1.3. Década de 1970:	51
3.1.4. Década de 1980:	54
3.1.5 Década de 1990:	58
3.1.6 Década de 2000:	61
3.1.7 Década de 2010 em diante:	64
3.2 Evolução Quantitativa e Temática das Resoluções da AGNU sobre Juventude: Uma Análise Longitudinal	67
4. Participação juvenil e liderança no processo de construção do Escritório das Nações Unidas para Juventude	70
4.1. Conceito de participação juvenil:	71

4.2. O papel dos diversos atores na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude	75
4.2.1. Organizações Juvenis:	75
4.2.2. Enviados Especiais da Juventude:	76
4.2.3. Secretários-Gerais das Nações Unidas:	76
4.2.4. Estados-membros:	77
4.3. Análise da participação juvenil na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude	78
4.3.1. Processo de idealização da proposta:	79
4.3.2. Processo de construção da proposta	80
4.3.3. Processo de Negociação	81
4.3.4 Análise comparativa	83
4.4 O ator principal na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude	85
4.5 Considerações sobre o processo de construção do Escritório das Nações Unidas para Juventude	87
5. Análise de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do Escritório das Nações Unidas para Juventude	89
5.1 Forças	89
5.1.1 Financiamento Estável e Dedicado:	89
5.1.2 Mandato Oficial concedido pelos Estados-Membros	89
5.1.3 Abordagem Transversal	90
5.1.4 Continuidade e Experiência Acumulada	90
5.2 Fraquezas	91
5.2.1 Risco de Burocratização Excessiva	91
5.2.2 Limitações Potenciais do Mandato	91
5.2.3 Desafios de Implementação no Nível Nacional	92
5.2.4 Potencial Desconexão com Jovens de Base	92
5.3 Oportunidades	92
5.3.1 Ampliação do Engajamento Juvenil Significativo	92
5.3.2 Fortalecimento da Coordenação Interagencial:	93
5.3.3. Inovação em Participação Digital	94
5.4 Ameaças	94
5.4.1 Risco de Isolamento das Questões Juvenis	94
5.4.2 Pressão Política dos Estados-Membros	95
5.4.3 Rápida Mudança nas Prioridades Juvenis	95
5.5 Avaliação Final das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças	96
Considerações Finais	98
Referências Bibliográficas	107
Fontes Primárias	109
Anexos	121

Introdução

No cenário internacional contemporâneo, as juventudes destacam-se como um ator de crescente relevância, redefinindo seu papel e influência nos processos globais de tomada de decisão. Este fenômeno não é meramente uma tendência passageira, mas o resultado de décadas de evolução na compreensão do papel dos jovens na sociedade e nas relações internacionais. A importância de se trabalhar com e para as juventudes transcende a mera inclusão demográfica, representando um investimento estratégico no futuro coletivo da humanidade. Este trabalho de conclusão de curso se propõe a analisar criticamente o processo de institucionalização da agenda de juventudes no sistema das Nações Unidas, com enfoque especial na criação do novo Escritório das Nações Unidas para Juventude em 2022.

É relativamente recente o reconhecimento das juventudes como um ator de relevância significativa no cenário internacional. Até a segunda metade do século XX os jovens ainda eram vistos frequentemente como objetos passivos das políticas públicas, em vez de agentes ativos de mudança. Esta abordagem estava enraizada nas visões tradicionais do conceito de juventude: apenas um período de transição e preparação para a vida adulta; negligenciando o potencial dos jovens como atores sociais e políticos no presente. Nas últimas décadas, no entanto, essa abordagem vem mudando drasticamente, impulsionada por uma série de fatores interconectados que transformaram o Sistema Internacional e o papel das juventudes nele.

Outro fator crucial para o protagonismo juvenil foi o exponencial aumento global do acesso à educação. Segundo dados do Banco Mundial (2023) houve um crescimento na taxa bruta de matrículas no ensino superior. Os índices aumentaram de 10,1% em 1970 para 40% em 2020, representando um aumento de quase 4 vezes. Este aumento demonstra a transformação radical nas oportunidades educacionais disponíveis para os jovens ao longo das últimas cinco décadas. O acesso à educação equipou os jovens com as ferramentas necessárias para articular suas demandas, participar de debates complexos e desafiar estruturas de poder vigentes.

A urgência de desafios globais que afetam desproporcionalmente as gerações mais jovens também contribuiu para a ascensão das juventudes como ator internacional. As mudanças climáticas, a desigualdade econômica, o desemprego juvenil e os conflitos armados são questões que têm impactos profundos e de longo prazo. A consciência dos jovens de que seu futuro depende das grandes decisões globais tem motivado muitos a se engajarem ativamente na busca por soluções.

O crescente reconhecimento institucional da importância da participação juvenil também desempenhou um papel crucial. Organizações internacionais, incluindo a ONU, começaram a criar espaços e mecanismos formais para o engajamento dos jovens. A criação do cargo de *Enviado Especial para Juventude do Secretário-Geral das Nações Unidas* em 2013 foi um marco importante neste processo, sinalizando um compromisso de alto nível com a inclusão das vozes juvenis nos processos de tomada de decisão global.

Como argumenta Andy Furlong (2013), negligenciar o potencial da juventude hoje pode resultar em custos significativos a longo prazo, tanto em termos econômicos quanto sociais. Esta perspectiva é corroborada por estudos do Banco Mundial, notavelmente o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2007, intitulado "*Development and the Next Generation*". Este relatório enfatiza como o investimento na juventude pode acelerar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, argumentando que os países têm uma janela de oportunidade única para aproveitar o "dividendo demográfico" de suas populações jovens.

O conceito de "dividendo demográfico" é particularmente relevante neste contexto. Ele se refere aos benefícios econômicos potenciais que podem resultar de mudanças na estrutura etária de uma população, especificamente quando há uma grande proporção de jovens em idade produtiva. Países com uma grande proporção de jovens têm a oportunidade de experimentar um rápido crescimento econômico, desde que invistam adequadamente em educação, segurança e oportunidades de emprego para sua população jovem. O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (2014, 2019) explora em profundidade este conceito, argumentando que o investimento na juventude é crucial para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

Entretanto, a falta de investimento nas juventudes pode acarretar em consequências graves e de longo alcance. O desemprego e o subemprego juvenil são problemas globais que persistem, com implicações sérias tanto para as pessoas quanto para as sociedades. De acordo com relatórios de 2020 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2019 a taxa global de desemprego juvenil era de 13,6%, quase três vezes maior que a taxa para adultos. A pandemia Sars-covid-19 exacerbou ainda mais esta situação, com os jovens sendo desproporcionalmente afetados pelas perdas de emprego e interrupções educacionais.

Apesar destes desafios, observa-se um fenômeno notável: mesmo sem plena participação formal nos processos decisórios, os jovens estão ativamente influenciando a agenda global. Movimentos liderados por jovens têm demonstrado um poder sem precedentes de mobilização e *advocacy*¹, frequentemente utilizando tecnologias digitais e redes sociais para amplificar suas vozes e coordenar ações em escala global.

A participação de jovens delegados e representantes em conferências e fóruns internacionais também tem aumentado significativamente. Eventos como o Fórum de Jovens do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), o G20 Youth Summit e a Conferência da Juventude das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COY) oferecem plataformas para que os jovens contribuam diretamente para distintas agendas e discussões globais.

Por análise dos dados desta participação, Thew, H. et al (2021), constata que estas participações não são meramente simbólicas; em muitos casos, as recomendações e perspectivas dos jovens têm influenciado diretamente os resultados destes encontros. Em resposta a esta crescente influência e ativismo juvenil, organizações internacionais, particularmente a ONU, têm tomado medidas para institucionalizar a participação dos jovens em seus processos. A criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude em 2022 representa um marco

¹ *Advocacy é o ato de defender e promover ativamente uma causa, política ou grupo específico, buscando influenciar decisões e promover mudanças em níveis políticos, sociais ou institucionais. O termo foi mantido em inglês por ser amplamente utilizado, ao passo que não possui uma tradução direta para o português.*

significativo neste processo de reconhecimento institucional da importância da juventude no cenário internacional.

O Escritório das Nações Unidas para Juventude tem como objetivos facilitar a participação significativa dos jovens nos processos de tomada de decisão da ONU, coordenar as iniciativas relacionadas à juventude em todo o sistema das Nações Unidas, promover a implementação da Estratégia das Nações Unidas para Juventude, e servir como ponto focal para parcerias com organizações juvenis e partes interessadas relevantes. Esta iniciativa busca não apenas amplificar as vozes dos jovens dentro do sistema da ONU, mas também garantir que as perspectivas juvenis sejam integradas de maneira transversal em todas as áreas de trabalho da organização.

A criação deste escritório não é um evento isolado, mas parte de um processo contínuo de institucionalização da agenda de juventudes no Sistema ONU. Ela se baseia em décadas de trabalho, incluindo a nomeação de Enviados Especiais para Juventude, a adoção de resoluções específicas sobre juventude pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC), e pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e até mesmo o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Um marco importante neste processo foi a adoção da Resolução 2250 do Conselho de Segurança em 2015, que reconheceu pela primeira vez o papel crucial dos jovens na manutenção e promoção da paz e segurança internacionais. Esta resolução não apenas destacou a importância de incluir os jovens nos processos de paz e resolução de conflitos, mas também enfatizou a necessidade de proteger os jovens em situações de conflito armado. Pela primeira vez, os jovens foram reconhecidos como um ator de relevância no que, para muitos, é considerada a agenda mais importante e restrita do Sistema Internacional.

Além da criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude, o recentemente adotado "Pacto para o Futuro" menciona de maneira transversal a juventude em um acordo que foi aprovado por todos os países membros da ONU. Este pacto, resultado da Cúpula do Futuro realizada recentemente em setembro de

2024, destaca-se pelo compromisso com a participação juvenil. A inclusão transversal da juventude neste pacto significa que as preocupações e perspectivas dos jovens serão consideradas em todas as áreas de ação global.

Este reconhecimento institucional da juventude como ator de relevância reflete uma mudança paradigmática na forma como a comunidade internacional aborda as questões que afetam as pessoas jovens. Há um crescente entendimento de que os jovens não são apenas beneficiários passivos de políticas e programas, mas agentes ativos de mudança com perspectivas únicas e valiosas para oferecer.

No entanto, apesar destes avanços, ainda existem desafios significativos para a plena e significativa participação dos jovens nos processos de tomada de decisão global. Barreiras estruturais, como a sub-representação de jovens em posições de liderança e a escassez de recursos financeiros, continuam a limitar o potencial da participação juvenil. Além disso, há questões de representatividade e inclusão dentro dos próprios movimentos juvenis, com jovens de contextos marginalizados ou de países do sul global frequentemente sub-representados em fóruns internacionais, segundo Thew, H. et al (2021).

É neste contexto dinâmico que este trabalho de conclusão de curso se insere. A hipótese central deste trabalho é multifacetada e busca examinar criticamente o processo de institucionalização da agenda de juventudes no Sistema ONU, com foco especial na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude.

Primeiramente, postula-se que os jovens estiveram envolvidos no processo de institucionalização da agenda de juventudes antes, durante e após a aprovação da resolução que cria o novo Escritório das Nações Unidas para Juventude. Este envolvimento não se limitou a consultas formais, mas incluiu uma variedade de formas de engajamento, desde *advocacy* de organizações locais até participação direta em grupos de trabalho, comitês preparatórios e nos processos de negociação.

No entanto, apesar deste envolvimento, percebe-se que os jovens ainda não são o ator principal dessa agenda no Sistema Internacional. Outros atores, como os Estados-Membros e agências especializadas da ONU, ainda detêm maior

poder de decisão e influência na formatação final das políticas e estruturas relacionadas às juventudes. Esta dinâmica reflete as complexidades e hierarquias existentes no Sistema Internacional, onde o princípio da soberania estatal e as estruturas burocráticas estabelecidas frequentemente se sobrepõem aos atores não-tradicionais, mesmo quando são reconhecidos como relevantes.

Além disso, propõe-se que a criação do novo Escritório das Nações Unidas para Juventude seja uma construção anterior à sua inclusão no '*Nossa Agenda Comum*'. Esta hipótese sugere um processo de planejamento e negociação que precedeu o anúncio oficial, envolvendo uma série de atores e considerações estratégicas dentro do sistema ONU.

Para testar estas hipóteses e contribuir para o entendimento mais amplo da participação juvenil no Sistema das Nações Unidas, este trabalho tem como objetivos específicos:

1. Compreender o processo de institucionalização da agenda de juventudes no sistema ONU, mapeando sua evolução histórica e identificando os principais marcos e eventos que contribuíram para este processo.
2. Investigar o papel das organizações das juventudes e do sistema ONU neste processo, incluindo o Secretário Geral das Nações Unidas e os Enviados Especiais para Juventude, analisando criticamente o grau de envolvimento juvenil em cada etapa do processo de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude.
3. Examinar os desafios e oportunidades enfrentados pelo novo Escritório das Nações Unidas para Juventude dentro do organograma do sistema ONU, propondo recomendações baseadas em evidências para fortalecer a participação significativa dos jovens nos processos globais de tomada de decisão.

Para realizar este trabalho e atingir os objetivos propostos, foi adotada uma abordagem metodológica mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos.

Esta abordagem visa garantir uma análise abrangente e robusta do tema em questão.

Um componente central da metodologia é a realização de extensos levantamentos bibliográficos sobre o tema juventude. Isso inclui a revisão de artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares, livros e capítulos de livros de autores reconhecidos no campo de estudos das juventudes. Esta revisão bibliográfica permite estabelecer um sólido embasamento teórico para o trabalho.

Complementando a revisão bibliográfica, uma análise documental extensiva de materiais produzidos pela Organização das Nações Unidas foi realizada. Isso inclui todas as resoluções da Assembleia Geral da ONU relacionadas à juventudes, relatórios de agências especializadas, documentos estratégicos como a estratégia global da ONU e também do UNFPA para as juventudes, comunicados de imprensa e declarações oficiais relacionadas à criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude. Esta análise documental é crucial para rastrear a evolução da agenda de juventudes dentro do sistema ONU e para compreender o contexto institucional no qual o novo escritório foi estabelecido.

Para obter percepções mais profundas sobre o processo de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude, foram conduzidas também entrevistas semiestruturadas com atores-chave que participaram diretamente deste processo. Os entrevistados incluem funcionários da ONU envolvidos na criação do Escritório, Enviados Especiais para Juventude, representantes de organizações juvenis que foram consultadas durante o processo, e negociadores de países-membros que participaram do processo. Estas entrevistas fornecem uma perspectiva interna e a percepção institucional do sistema sobre as dinâmicas e desafios envolvidos na institucionalização da agenda de juventudes.

Para avaliar o nível e a qualidade da participação juvenil no processo de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude, foram utilizados dois instrumentos analíticos específicos: a matriz de participação de Claire Lardner e a escada de participação juvenil de Roger Hart. A combinação destes métodos

permite uma análise abrangente e multifacetada do processo de criação do novo Escritório das Nações Unidas para Juventude.

A matriz de Lardner (2001) oferece uma estrutura para avaliar a participação juvenil em termos de iniciação (quem inicia os processos de participação), definição de agenda (quem define os temas e prioridades), tomada de decisão (como as decisões são tomadas e quem as toma), compartilhamento de informações (como a informação é compartilhada e acessada), implementação (quem implementa as decisões), estruturas organizacionais que suportam a participação, e avaliação (como os processos e resultados são avaliados). Esta matriz foi aplicada no processo de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude para avaliar o nível de envolvimento dos jovens em cada etapa.

A escala de participação juvenil de Hart (1992), por sua vez, proporciona um modelo hierárquico de participação juvenil, variando de não-participação a níveis crescentes de participação genuína. Os oito níveis da escala são: manipulação, decoração, *participação/álibi*, jovens informados e consultados, jovens consultados e informados, iniciativa adulta com decisões compartilhadas com os jovens, iniciativa e direção dos jovens, e iniciativa dos jovens com decisões compartilhadas com adultos. Esta escala foi utilizada para classificar diferentes momentos e aspectos do processo de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude, permitindo uma avaliação escalonada do grau de participação juvenil.

Como pesquisador, minha trajetória está intrinsecamente ligada ao objeto deste estudo. Meu envolvimento com movimentos de juventudes, notadamente o Movimento Escoteiro e Pastoral da Juventude desde os 12 anos de idade estabeleceu uma base sólida para minha participação em processos relacionados às juventudes. Aos 19 anos, tive minha primeira experiência internacional, o que ampliou minha perspectiva de maneira global sobre os temas que eu trabalhava na esfera local. Aos 20 anos, participei da minha primeira conferência internacional do Sistema ONU como membro da sociedade civil, representando a Organização Mundial do Movimento Escoteiro (WOSM), parte do grupo Big-6, que aglutina as

seis maiores organizações de juventude do planeta². Desde 2020, estive envolvido em diversas conferências como representante da sociedade civil, incluindo os processos de consulta com as juventudes para a criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude. Esta participação ativa me proporcionou uma visão interna sobre os processos de criação do escritório, oferecendo uma perspectiva única como pesquisador e participante direto nos eventos que são objeto deste estudo. Esta experiência pessoal enriquece a análise, oferecendo informações e contatos que podem não estar imediatamente disponíveis em documentos oficiais ou fontes secundárias.

No entanto, é importante reconhecer que esta posição também traz desafios metodológicos, particularmente em termos de manter a objetividade na análise. Para mitigar potenciais vieses, adotei uma abordagem objetiva ao longo do processo de pesquisa, buscando validação em múltiplas fontes de dados. Além disso, a utilização de instrumentos analíticos padronizados, como a matriz de Lardner e a escala de Hart, ajudam a garantir objetividade na avaliação da participação juvenil.

Este trabalho de conclusão de curso está estruturado em cinco capítulos principais, cada um abordando aspectos específicos do tema central. O primeiro capítulo traça a evolução da agenda de juventudes no Sistema Internacional, contextualizando o surgimento da juventude como categoria social e política e analisando o impacto de eventos globais significativos na percepção e no papel dos jovens. Este capítulo estabelece o pano de fundo histórico necessário para compreender a relevância da criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude.

O segundo capítulo fornece uma visão geral da estrutura do sistema ONU, essencial para compreender o contexto institucional no qual a agenda de juventudes se desenvolveu. Ele examina os principais órgãos e agências da ONU, seus

² O Big 6 Youth Organizations inclui: Organização Mundial do Movimento Escoteiro (WOSM), Aliança Mundial das Associações Cristãs de Moços (YMCA), Associação Cristã de Moças Mundial (YWCA), Associação Mundial de Bandeirantes (WAGGGS), Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), e Prêmio Internacional do Duque de Edimburgo.

mandatos e processos de tomada de decisão, bem como as formas como a organização tem se adaptado a novos desafios globais ao longo do tempo.

O terceiro capítulo examina especificamente como a agenda de juventudes evoluiu dentro do contexto da ONU, analisando de maneira detalhada todas as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o tema. Este capítulo traça uma linha do tempo detalhada da abordagem da ONU em relação às questões relacionadas à juventude, desde as primeiras menções ao tema em documentos oficiais até a criação de estruturas dedicadas como a ONU Juventudes.

O quarto capítulo foca na análise da participação juvenil no processo de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude. Ele aplica os instrumentos analíticos mencionados anteriormente (matriz de Lardner e escada de Hart) para avaliar a qualidade e o nível de participação juvenil em diferentes etapas do processo de criação do escritório.

Por fim, o quinto capítulo oferece uma análise detalhada das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da ONU Juventudes, bem como recomendações para aumentar sua eficácia na promoção da participação juvenil e na integração das perspectivas dos jovens nas políticas e programas da ONU.

Através desta estrutura, o trabalho busca oferecer uma análise abrangente e atualizada sobre o papel da juventude no cenário internacional, com foco específico na criação do novo Escritório das Nações Unidas para Juventude. Esta pesquisa contribui não apenas para o debate acadêmico sobre participação juvenil e governança global, mas também oferece análises pragmáticas que podem ser utilizadas para elaboração de políticas públicas e práticas futuras relacionadas à participação juvenil no cenário internacional.

Em última análise, este trabalho de conclusão de curso visa lançar luz sobre um processo crítico de mudança institucional dentro do Sistema ONU, examinando como a crescente influência e ativismo das juventudes em nível global está sendo traduzida em estruturas e mecanismos formais de participação. Espera-se contribuir para um entendimento multifacetado dos desafios e oportunidades envolvidas na promoção de envolvimento juvenil significativo nos processos de governança global,

bem como das implicações mais amplas deste fenômeno para o futuro das Relações Internacionais.

1. Juventudes

1.1. Caracterização das juventudes

A tarefa de definir e caracterizar as juventudes é um desafio complexo e multifacetado que tem ocupado pesquisadores, formuladores de políticas e organizações internacionais por décadas. Esta complexidade surge não apenas da diversidade inerente às experiências dos jovens em diferentes contextos culturais, sociais e econômicos, mas também da natureza dinâmica e em constante evolução do próprio conceito de juventude.

Faz-se imperativo destacar que não existe um consenso, acordo global ou definição exata sobre o que é ser jovem ou quem são as juventudes. Esta falta de consenso reflete a natureza fluida e contextual da juventude como categoria social e biológica. Entretanto, para fins de análise e discussão, este trabalho se baseará principalmente nos estudos desenvolvidos por Galstyan (2022), que oferece uma estrutura conceitual útil para compreender as múltiplas dimensões da juventude.

1.1.1 Abordagens Conceituais de Juventude

Galstyan (2022) propõe que a juventude pode ser classificada em três categorias principais:

A. Juventude como um estágio de vida: esta perspectiva entende a juventude como uma fase de transição entre a infância e a idade adulta. Ela se concentra nas mudanças biológicas, psicológicas e sociais que ocorrem durante este período.

B. Juventude como um grupo de membros com características específicas e status social: esta abordagem vê a juventude como uma categoria social distinta, com suas próprias normas, valores e experiências compartilhadas.

C. Juventude com suas crenças culturais, comportamentos, vida familiar, grupos sociais e políticos: esta visão enfatiza os aspectos culturais e sociais da juventude, reconhecendo a diversidade de experiências juvenis em diferentes contextos.

Cada uma dessas categorias oferece uma lente diferente através da qual podemos entender e analisar a juventude, e cada uma tem implicações importantes para a formulação de políticas e intervenções voltadas para os jovens.

1.1.2 Definições Etárias da Juventude

Embora as abordagens conceituais de Galstyan (2022 p. 23-29) ofereçam uma estrutura teórica útil, na prática, muitas organizações internacionais adotam definições baseadas em faixas etárias para operacionalizar o conceito de juventude. Essas definições etárias, embora úteis para fins estatísticos e de formulação de políticas, são frequentemente objeto de debate e variam significativamente entre diferentes organizações e contextos.

O quadro a seguir ilustra a variação nas definições etárias de juventude adotadas por diferentes organizações internacionais:

Quadro 1 - Variação da faixa-etária das juventudes para diferentes Organizações Internacionais.

Organização	Faixa etária
Secretariado da ONU*	Entre 15 e 24 anos
UNICEF / UNFPA	Entre 15 e 24 anos
União Europeia	Entre 16 e 29 anos
União Africana	Entre 15 e 35 anos
CEPAL	Entre 15 e 29 anos
OCDE	Entre 15 e 29 anos

**Embora essa seja a idade oficial, outros programas do Secretariado da ONU para Juventude, como o Young Professional Programme, aceitam pessoas que tenham entre 18 e 32 anos.*

Fonte: tabela feita pelo autor com base em documentos oficiais das organizações mencionadas

Esta variação nas definições etárias reflete não apenas diferenças culturais e socioeconômicas entre regiões, mas também reconhece as realidades demográficas e os desafios específicos enfrentados pelos jovens em diferentes partes do mundo. Por exemplo, a definição mais ampla adotada pela União Africana (15-35 anos) pode ser vista como uma resposta às realidades demográficas do continente, onde uma grande proporção da população é jovem, e onde os desafios de transição para a idade adulta muitas vezes se estendem até os 30 anos.

1.1.3. A Natureza Dinâmica da Definição de Juventude

A variabilidade nas definições etárias da juventude é corroborada pelo documento "*Definition of Youth*", elaborado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UNDESA). Este documento ressalta que a definição de juventude é dinâmica e sujeita a mudanças conforme as circunstâncias e contextos variados. Especificamente, o documento afirma: "A definição de juventude talvez mude com as circunstâncias, especialmente com as mudanças nos contextos demográficos, financeiros, econômicos e socioculturais" (United Nations, 2013, p. 2 Tradução nossa).

Esta perspectiva dinâmica é crucial para entender as juventudes no contexto global contemporâneo. Fatores como o aumento da longevidade, mudanças nos padrões de educação e emprego, e transformações nas estruturas familiares e sociais têm impactado significativamente a experiência da juventude em muitas partes do mundo.

Por exemplo, em muitos países desenvolvidos, fenômenos como o prolongamento da educação formal, a entrada tardia no mercado de trabalho e o adiamento da formação de famílias têm levado a um "alongamento" da juventude, com muitos jovens adiando sua "entrada plena" na vida adulta até os 30 anos ou mais. Este fenômeno, muitas vezes referido como "adulescência" ou "*emerging adulthood*" (Arnett, 2000), desafia as definições tradicionais de juventude baseadas puramente em critérios etários.

Por outro lado, em muitos países em desenvolvimento, fatores como o trabalho infantil, o casamento precoce e a necessidade de assumir responsabilidades adultas em idades jovens podem levar a uma "compressão" da juventude, com indivíduos transitando rapidamente da infância para papéis adultos.

Essas realidades contrastantes destacam a importância de uma abordagem flexível e contextualizada para definir e compreender a juventude. Elas também sublinham os desafios enfrentados por organizações internacionais e formuladores de políticas públicas na criação de programas e iniciativas que sejam relevantes e eficazes para os jovens em diferentes contextos globais.

1.1.4 Juventude como Grupo Social

Além das definições etárias, é crucial entender a juventude como um grupo social com características e identidades compartilhadas. Esta perspectiva, enfatizada por Galstyan (2022), reconhece que a juventude não é apenas uma fase de transição, mas uma categoria social distinta com suas próprias normas, valores e experiências.

Estudos clássicos de sociologia e psicologia do desenvolvimento, como os de Modell, Furstenberg e Hershberg (1976) e Arnett (1997), *apud* Galstyan, identificaram quatro experiências marcantes que caracterizam a juventude como um estágio de vida distinto:

A. A transição da escola para outros estágios: Este período é marcado pelo fim da educação formal obrigatória e a necessidade de tomar decisões sobre educação superior, formação profissional ou entrada no mercado de trabalho.

B. A inserção no mercado de trabalho: A busca pelo primeiro emprego e o estabelecimento de uma carreira são marcos cruciais da experiência juvenil, muitas vezes acompanhados por desafios significativos em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e precário.

C. A saída da família de origem: O processo de deixar a casa dos pais e estabelecer residência independente é um marco importante na transição para a vida adulta, embora as realidades econômicas em muitos contextos estejam tornando este processo mais prolongado e complexo.

D. O casamento e o início da parentalidade: Embora as normas sociais em torno do casamento e da formação de família estejam mudando em muitas sociedades, estas experiências ainda são frequentemente vistas como marcos da transição para a vida adulta.

Estas experiências compartilhadas contribuem para a formação de uma identidade coletiva entre os jovens, muitas vezes manifestada através de subculturas juvenis, movimentos sociais liderados por jovens e redes de apoio mútuo. A identidade juvenil também é frequentemente caracterizada por uma

sensação de estar "entre" (nem criança nem adulto) o que pode levar a tensões e conflitos com as estruturas sociais estabelecidas.

É importante notar, no entanto, que a experiência dessas transições pode variar significativamente dependendo do contexto socioeconômico, cultural e geográfico. Por exemplo, em muitas sociedades desenvolvidas, há uma tendência para o adiamento dessas transições, com jovens permanecendo na educação por mais tempo, adiando o casamento e a parentalidade, e enfrentando desafios na obtenção de independência financeira. Em contraste, em algumas sociedades em desenvolvimento, os jovens podem ser forçados a assumir responsabilidades adultas muito mais cedo, devido a pressões econômicas ou normas culturais.

1.1.5 Juventude como Grupo Social e Político

A compreensão da juventude como um grupo social e político distinto é fundamental para entender seu papel nas sociedades contemporâneas. Galstyan (2022) destaca que uma característica central desta concepção de juventude é o conceito de independência.

É crucial entender que esta independência não se limita apenas à autonomia financeira. Ela engloba uma gama mais ampla de capacidades e liberdades, incluindo a habilidade de tomar decisões informadas sobre a própria vida, participar ativamente na sociedade civil e política, e moldar o próprio futuro. Esta noção de independência juvenil desafia visões paternalistas que veem os jovens apenas como receptores passivos de políticas e intervenções.

No entanto, Galstyan (2022) ressalta que a independência juvenil deve ser vista como um processo de transição da infância para a idade adulta, reconhecendo que essa independência não é absoluta nem instantânea. Ela é influenciada e moldada pelo contexto social, econômico e político em que os jovens estão inseridos. Dessa forma, a independência juvenil pode ser compreendida como uma transição da dependência sócio-econômica dos pais para uma nova forma de interdependência com a sociedade em geral.

Esta perspectiva de independência juvenil tem implicações importantes para a participação política e cívica dos jovens. Em muitas partes do mundo, os jovens

têm sido líderes em movimentos sociais e políticos, desde protestos por justiça climática até demandas por reformas educacionais e econômicas. Ao mesmo tempo, muitos jovens enfrentam barreiras significativas à participação política plena. Estas podem incluir restrições legais (como idades mínimas para votar ou concorrer a cargos públicos), barreiras econômicas que limitam o engajamento cívico, ou normas sociais que marginalizam as vozes dos jovens nos processos de tomada de decisão.

1.1.6 Implicações para Políticas Públicas e Pesquisas

A complexidade e diversidade das experiências juvenis destacadas nesta discussão têm implicações significativas para a formulação de políticas e para a pesquisa acadêmica sobre juventude.

Para os formuladores de políticas, é crucial adotar uma abordagem holística e contextualizada ao projetar intervenções voltadas para os jovens. Isso implica reconhecer a diversidade dentro da categoria "juventude" e adaptar as políticas para atender às necessidades de diferentes subgrupos, como jovens rurais e urbanos, ou aqueles com diferentes níveis educacionais. Além disso, é fundamental envolver os jovens ativamente no processo de formulação dessas políticas, reconhecendo sua agência e expertise sobre suas próprias experiências.

Outro ponto importante é a adoção de uma abordagem intersetorial, que aborde de forma integrada as múltiplas dimensões da experiência juvenil, como educação, emprego, segurança e participação cívica. Políticas públicas eficazes também devem considerar as implicações de longo prazo das tendências demográficas e socioeconômicas sobre a juventude, e ser adaptadas conforme essas mudanças ocorrem.

Para os pesquisadores, os desafios envolvem o desenvolvimento de metodologias capazes de capturar adequadamente a complexidade e a diversidade das experiências juvenis em diferentes contextos. É igualmente importante investigar como as definições e vivências da juventude estão evoluindo em resposta a fenômenos globais, como a digitalização e as mudanças climáticas.

Além disso, é necessário examinar as interseções entre juventude e outras categorias sociais, como gênero, raça e classe, para entender de que forma diferentes fatores moldam essas experiências. Finalmente, os pesquisadores devem explorar as implicações de longo prazo das mudanças nas trajetórias juvenis sobre as estruturas sociais, econômicas e políticas mais amplas.

É evidente que a análise e definição das juventudes são influenciadas por uma diversidade de abordagens teórico-metodológicas, o que torna impossível a formulação de uma definição única e universal de juventude. A juventude é simultaneamente uma fase biológica, uma construção social, uma experiência vivida e uma categoria política. Sua definição e caracterização são necessariamente contextuais e dinâmicas, respondendo às realidades sociais, econômicas e culturais em constante mudança.

A complexidade do tema foi um dos fatores que levaram a Organização das Nações Unidas a considerar essas questões desde a década de 1960, reconhecendo a necessidade de uma abordagem que leve em conta a variabilidade e a evolução das condições sociais e culturais ao longo do tempo. Esta perspectiva continua a ser crucial hoje, à medida que enfrentamos desafios globais sem precedentes que afetam desproporcionalmente as gerações mais jovens.

Ao reconhecer a complexidade e diversidade das experiências juvenis, podemos desenvolver políticas públicas e intervenções mais eficazes e inclusivas que verdadeiramente atendam às necessidades e aspirações dos jovens. Além disso, ao valorizar a agência e as perspectivas únicas deles, podemos aproveitar seu potencial como agentes de mudança positiva em nossas sociedades.

1.2. As juventudes como preocupação do Sistema Internacional

Embora a juventude enquanto faixa-etária sempre tenha existido, ela não foi alvo de discussões do Sistema Internacional até muito recentemente, com a

primeira resolução específica sobre juventudes da Assembleia Geral das Nações Unidas sendo adotada apenas em 1960³.

1.2.1 Década de 1960:

Não é por acaso que as juventudes começam a ser pautadas na década de 1960, considerando que este é um momento decisivo para a juventude global, marcada por transformações políticas, sociais e culturais de grande impacto. Segundo Gitlin (1993), nesse período, os movimentos sociais e políticos foram fundamentais para mobilizar os jovens. Nos Estados Unidos, o Movimento dos Direitos Civis contou com a participação ativa de jovens. Ao mesmo tempo, o movimento estudantil ganhou força nas universidades, culminando em protestos emblemáticos como os de maio de 1968, na França, onde os estudantes reivindicaram mudanças sociais profundas. O movimento contra a Guerra do Vietnã também mobilizou milhares de jovens protestando contra o imperialismo e o alistamento militar obrigatório. Esses movimentos redefiniram o papel da juventude na política, resultando em uma geração marcada pelo ativismo e pela contestação.

1.2.2 Década de 1970:

Durante a década de 1970, o Sistema Internacional começou a abordar questões relacionadas à juventude de uma maneira mais institucionalizada, com uma crescente ênfase em políticas e programas voltados para as juventudes. Um marco importante aconteceu em 1979 quando a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 1985 como o ano internacional da juventude, na sua resolução 34/151, demonstrando uma importância crescente da agenda de juventudes no cenário internacional (United Nations, 1979).

Essa década foi marcada também pelo aumento na atenção para as experiências e desafios enfrentados pelos jovens em diferentes contextos políticos e sociais. Braungart (1974) observa que, no início dos anos 1970, houve um aumento do interesse acadêmico no potencial dos jovens como atores políticos e agentes de

³ [A/RES/1572\(XV\)](#) - *Measures designed to promote among youth the ideals of peace, mutual respect and understanding between peoples*

mudança social. Esse período viu a continuação e evolução de muitos movimentos juvenis que ganharam espaço na década anterior.

1.2.3. Década de 1980:

A década de 1980 foi marcada por uma crise econômica global que afetou de maneira substancial as pessoas jovens, especialmente em países em desenvolvimento. O desemprego juvenil aumentou de maneira exponencial em muitas partes do planeta, levando à uma nova abordagem internacional sobre a necessidade de políticas destinadas ao empoderamento e inclusão social dos jovens.

Respondendo ao cenário adverso, os jovens tornaram-se protagonistas de novas formas de contestação. “Subculturas” jovens surgiram, como o movimento punk no ocidente, que simbolizavam a frustração dessas pessoas com a marginalização social e econômica. No mesmo período temporal, pessoas jovens tiveram um papel crucial em movimentos de democratização na América Latina e na Europa Oriental.

Essas mobilizações reforçaram a visão que vinha se consolidando dos jovens como agentes de mudança no cenário internacional. Como resultado disso, organizações internacionais começaram a desenvolver estratégias específicas para a inclusão política das pessoas jovens, mudando a perspectiva de “a questão juvenil” para “participação juvenil”.

Um importante marco nessa década foi a proclamação de 1985 como o ano internacional da juventude pela Organização das Nações Unidas. Esse marco contou com o tema “Participação, Desenvolvimento e Paz”. Este ano representou uma mudança de paradigmas em como a comunidade internacional se relacionava com os temas relacionados à juventude. O ano internacional da juventude resultou em uma série de eventos globais, conferências e iniciativas focadas na participação juvenil nas discussões de políticas internacionais.

1.2.4. Década de 1990:

O período pós-Guerra Fria foi marcado por uma profunda reorganização da ordem mundial, caracterizada pela globalização e pela rápida expansão das tecnologias de informação e comunicação. Esse contexto teve impactos significativos nas juventudes, transformando suas formas de engajamento político e social tanto em nível local quanto global.

Um marco importante nesse período foi a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague em 1995. Nesse evento, a Organização das Nações Unidas (ONU) reafirmou a importância da juventude para alcançar a sustentabilidade (United Nations, 1995). Além disso, a ONU adotou o '*Programa Mundial de Ação para a Juventude até o Ano 2000 e Além (WPAY)*', que se tornou um documento fundamental para as políticas de juventude em nível global (United Nations, 1995).

O WPAY estabeleceu uma agenda abrangente para as políticas de juventude, identificando dez áreas prioritárias: educação, emprego, fome e pobreza, saúde, meio ambiente, uso indevido de drogas, delinquência juvenil, atividades de lazer, situação das meninas e das mulheres jovens, e participação plena e efetiva dos jovens na vida em sociedade e na tomada de decisões (United Nations, 1995). Esse programa serviu como diretriz para os Estados-membros e organismos internacionais na formulação e implementação de políticas voltadas para a juventude.

1.2.5. Década de 2000:

O período de 2000 a 2010 marcou uma mudança significativa na percepção e no envolvimento das juventudes em questões globais, particularmente nas áreas de desenvolvimento sustentável e resolução de conflitos. A Organização das Nações Unidas (ONU) desempenhou um papel crucial nesta evolução, expandindo o Programa de Ação Mundial para a Juventude (WPAY) em 2007 para abordar desafios emergentes (United Nations, s.d.).

Collin (2015) observa uma transformação no engajamento político juvenil, com um afastamento das formas tradicionais de participação em favor de formas

mais diretas e digitalmente mediadas de ativismo. Ela argumenta que as mídias sociais e outras tecnologias digitais estão transformando fundamentalmente a maneira como os jovens se envolvem na política e na tomada de decisões.

A década de 2000 foi um período de reconhecimento crescente do papel crucial das juventudes em questões globais. Enquanto instituições como a ONU trabalhavam para incluir as vozes dos jovens em processos formais, movimentos juvenis locais desafiavam estruturas existentes, estabelecendo as bases para um maior envolvimento das juventudes nas questões globais nos anos seguintes.

1.2.6 Década de 2010 em diante

O período de 2010 até o presente tem sido marcado por um engajamento sem precedentes da juventude em movimentos sociais e políticos globais. Este engajamento reflete tanto a crescente conscientização dos jovens sobre questões globais quanto o reconhecimento por parte de organizações internacionais do potencial das juventudes como agente de mudança.

O Ano Internacional da Juventude, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi celebrado de agosto de 2010 a agosto de 2011 sob o tema "Diálogo e Compreensão Mútua". Este evento marcou um momento significativo no reconhecimento global da importância da juventude. Segundo a ONU (2011), o objetivo era "promover os ideais de paz, respeito pelos direitos humanos e solidariedade entre gerações, culturas, religiões e civilizações"

A década de 2010 viu uma série de movimentos sociais e políticos significativos liderados por jovens, como a Primavera Árabe. Iniciada em 2010, esta onda de protestos e revoluções no Oriente Médio e Norte da África foi largamente impulsionada por jovens, que tiveram papel preponderante na mobilização de manifestações e na articulação de demandas por mudanças. Mais recentemente, o Movimento Climático ganhou bastante importância. Liderado por figuras como Greta Thunberg, este movimento global tem pressionado por ação urgente contra as mudanças climáticas.

Organizações internacionais, particularmente a ONU, têm reconhecido cada vez mais o papel estratégico da juventude. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento

Sustentável, adotada em 2015, enfatiza o papel crucial da juventude na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, a '*Youth 2030 Strategy*', lançada em 2018, visa fortalecer o engajamento, participação e *advocacy* da juventude em nível global, regional e nacional (United Nations, 2018). O Fórum de Jovens do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, instituído em 2012, tornou-se uma plataforma crucial para o diálogo entre jovens líderes e tomadores de decisão.

De acordo com Sukarieh e Tannock (2017), houve um aumento significativo na atenção global dada à juventude nos discursos de segurança e desenvolvimento internacional. Em 2015, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução 2250: *Youth, Peace and Security*. No entanto, os autores argumentam criticamente que essa nova agenda de 'juventude, paz e segurança' não representa necessariamente um empoderamento real dos jovens como atores políticos. Em vez disso, eles sugerem que essa agenda muitas vezes serve aos interesses das elites globais, usando a juventude como um quadro para articular preocupações de segurança e promover certas agendas econômicas e políticas. Os autores advertem que, apesar do aumento aparente no foco na juventude, é necessária uma análise crítica de como essa atenção está sendo estruturada e implementada, pois pode não se traduzir em uma influência política concreta e positiva para os jovens.

2. O Sistema ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) representa um marco fundamental na história das Relações Internacionais e da governança global. Fundada em 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial, a ONU emergiu como uma resposta à necessidade de uma ferramenta global para a manutenção da paz, além de promover a cooperação internacional e abordar os desafios complexos que extrapolam as fronteiras nacionais.

Este capítulo se propõe a examinar a estrutura e o funcionamento do Sistema ONU, com particular atenção às suas iniciativas voltadas para a juventude. Iniciaremos com uma análise do surgimento e dos princípios fundamentais da organização, explorando como estes têm evoluído ao longo das décadas para se adaptar às mudanças no cenário global.

Em seguida, o capítulo aborda a complexa arquitetura institucional da ONU, detalhando os papéis e as funções de seus seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça, o Secretariado e o Conselho de Tutela. Esta análise não apenas descreverá estas estruturas, mas também examinará criticamente sua eficácia e os desafios que enfrentam no contexto contemporâneo.

Ao longo deste capítulo, buscaremos não apenas descrever o Sistema ONU, mas também refletir criticamente sobre sua relevância, eficácia e capacidade de adaptação num mundo em rápida transformação. Esta análise fornecerá uma base sólida para compreender o contexto institucional no qual as políticas e programas voltados para a juventude são desenvolvidos e implementados no âmbito global.

2.1. Surgimento da Organização das Nações Unidas

A gênese da Organização das Nações Unidas (ONU) no período pós-Segunda Guerra Mundial representa um marco paradigmático na arquitetura das Relações Internacionais. Fundada em 24 de outubro de 1945, a ONU emergiu como sucessora da Liga das Nações, incorporando as lições aprendidas com sua

predecessora e adaptando-se ao novo contexto geopolítico. Segundo Weiss et al., (2009), a instituição da ONU simboliza uma transição fundamental na conceptualização da governança global, estabelecendo um novo paradigma de cooperação multilateral.

Os princípios fundamentais da ONU, conforme delineados no Artigo 1º da Carta das Nações Unidas (1945), englobam a manutenção da paz e segurança internacionais, o fomento de relações diplomáticas harmoniosas entre as nações, a promoção da cooperação internacional na resolução de problemas de caráter global, e a harmonização das ações das nações na consecução desses objetivos comuns. Ao longo de sua existência, a ONU tem demonstrado uma notável capacidade de adaptação, expandindo seu escopo de atuação para abordar uma diversidade de questões contemporâneas, desde a proteção dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável até o enfrentamento das mudanças climáticas e a busca pelo desarmamento nuclear.

2.2 Estrutura do Sistema ONU

A arquitetura institucional da Organização das Nações Unidas (ONU) é caracterizada por uma complexidade inerente, que reflete a amplitude e a diversidade de seu mandato global. Esta estrutura, estabelecida pela Carta das Nações Unidas em 1945, compreende seis órgãos principais, complementados por uma extensa rede de programas, fundos e agências especializadas. Como observa Weiss (2016) em sua análise crítica, a estrutura da ONU, embora abrangente, muitas vezes se mostra inflexível e inadequada para enfrentar os desafios dinâmicos do século XXI. Os seis órgãos principais da ONU, cada um desempenhando um papel crucial na governança global, são:

2.2.1. A Assembleia Geral das Nações Unidas:

Este é o principal órgão deliberativo da ONU, onde todos os 193 Estados-membros têm representação igualitária. A Assembleia Geral funciona como um fórum global único, proporcionando uma plataforma para o debate de uma ampla gama de questões internacionais e para a formação de consensos multilaterais. Sua estrutura baseia-se numa premissa democrática, onde cada

Estado-membro tem direito a um voto. Segundo Weiss et al. (2009) a ANGU é reconhecida como o único fórum global que oferece a todas as nações a oportunidade de expressar suas opiniões e preocupações, independentemente de seu tamanho ou poder, assegurando que cada voz tenha a chance de ser ouvida na arena internacional. Isso confere à Assembleia uma legitimidade singular em termos de representatividade global. Esta característica é particularmente valorizada por nações menores ou em desenvolvimento, que podem não ter voz significativa em outros fóruns internacionais.

No entanto, esta mesma característica tem sido alvo de críticas por parte de alguns Estados maiores. Alguns argumentam que os países que aportam mais para o orçamento da organização devem ter mais privilégios. Estes Estados argumentam que o sistema da ANGU pode resultar em decisões que não refletem adequadamente as realidades do poder global ou as distribuições populacionais. Por exemplo, um país com uma população de centenas de milhões de habitantes tem o mesmo peso de voto que um pequeno estado insular.

Apesar das críticas à sua estrutura de votação, a Assembleia Geral tem demonstrado ser um fórum insubstituível para a diplomacia multilateral. Sua universalidade permite que questões globais sejam debatidas de maneira verdadeiramente inclusiva. Por exemplo, a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em 2015 foi um triunfo da diplomacia multilateral, unindo todas as nações em torno de objetivos comuns. Além disso, a Assembleia Geral tem sido fundamental na formação de normas internacionais cruciais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

2.2.2. O Conselho de Segurança:

Composto por quinze membros, dos quais cinco são permanentes (China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) e dez são não-permanentes eleitos por mandatos de dois anos, o Conselho de Segurança é investido da responsabilidade primordial pela manutenção da paz e segurança internacionais.

A estrutura e o funcionamento do Conselho de Segurança têm sido objeto de intenso escrutínio e debate desde a fundação da ONU. O poder de veto

concedido aos cinco membros permanentes é particularmente controverso. Este mecanismo permite que qualquer um dos membros permanentes bloqueie qualquer resolução substantiva, independentemente do apoio que ela possa ter dos outros membros do Conselho ou da comunidade internacional mais ampla.

Críticos argumentam que esta estrutura, que reflete as realidades geopolíticas do pós-Segunda Guerra Mundial, não representa adequadamente a ordem global contemporânea. A sub-representação de regiões como África, América Latina e partes da Ásia dentre os membros permanentes do Conselho tem sido uma fonte constante de tensão e demandas por reforma. Além disso, o uso do poder de veto pelos membros permanentes têm frequentemente paralisado o Conselho em momentos críticos, comprometendo sua capacidade de responder eficazmente a crises internacionais.

Embora a estrutura do Conselho de Segurança seja frequentemente criticada, é importante reconhecer seu papel crucial na manutenção da paz e segurança internacionais. Weiss (2009) observa que o Conselho de Segurança, com todas as suas imperfeições, tem sido essencial na prevenção de conflitos diretos entre as grandes potências desde a Segunda Guerra Mundial. Além disso, o CSNU tem adaptado suas operações para enfrentar novos desafios, como evidenciado pela expansão das operações de manutenção da paz e pela adoção de sanções mais direcionadas e eficazes.

2.2.3. O Conselho Econômico e Social:

O ECOSOC atua como o principal fórum para a coordenação das atividades econômicas e sociais da ONU e suas agências especializadas. Este órgão desempenha um papel vital na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento, servindo como uma plataforma central para o diálogo sobre políticas econômicas e sociais globais. Ele supervisiona vários órgãos subsidiários e comissões funcionais que lidam com questões específicas, desde estatísticas e população até drogas e desenvolvimento social.

No entanto, a eficácia do ECOSOC tem sido questionada em face da proliferação de outros fóruns econômicos globais. Instituições como o G20, o Fórum

Econômico Mundial e o Banco Mundial muitas vezes parecem ter maior influência nas decisões econômicas mundiais. Além disso, a capacidade do ECOSOC de efetivamente coordenar as numerosas agências e programas da ONU tem sido um desafio persistente, levando a questionamentos sobre sua real influência na governança socioeconômica global.

Apesar dos desafios de coordenação, o ECOSOC tem desempenhado um papel vital na promoção de uma abordagem integrada para o desenvolvimento sustentável. Sua estrutura única permite a participação não apenas de Estados, mas também da sociedade civil, facilitando parcerias essenciais para abordar desafios globais complexos. Além disso, o ECOSOC tem sido fundamental na coordenação dos esforços da ONU para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fornecendo uma plataforma para o diálogo entre diversos atores e a integração de políticas econômicas, sociais e ambientais.

2.2.4: A Corte Internacional de Justiça:

A Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judicial da ONU. Ela exerce uma função crucial na adjudicação de disputas interestatais e na elaboração de opiniões consultivas sobre questões jurídicas internacionais, contribuindo significativamente para a evolução e codificação do direito internacional.

A Corte tem desempenhado um papel importante na resolução pacífica de conflitos entre Estados e no desenvolvimento progressivo do direito internacional. Suas decisões têm abordado uma ampla variedade de controvérsias internacionais, desde disputas territoriais e marítimas até questões de direitos humanos e direito ambiental internacional.

No entanto, a eficácia da Corte é por vezes limitada pela natureza voluntária de sua jurisdição. Os Estados devem consentir em submeter-se à jurisdição da Corte, seja de forma geral ou para um caso específico. Além disso, a falta de mecanismos de execução forçada de suas decisões pode minar sua autoridade. Estados podem optar por ignorar as decisões da Corte, o que pode comprometer sua eficácia como um mecanismo de resolução de controvérsias internacionais.

Embora a jurisdição voluntária da Corte seja uma limitação, ela também é um reflexo do respeito pela soberania dos Estados, um princípio fundamental do direito internacional. Apesar disso, a Corte tem contribuído significativamente para o desenvolvimento e a elucidação do direito internacional.

2.2.5. O Secretariado:

Liderado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, o Secretariado é responsável pela administração dos programas e políticas da ONU. O papel do SGNU evoluiu consideravelmente ao longo do tempo, transcendendo as funções administrativas originais para se tornar uma voz influente na diplomacia global e na mediação de conflitos internacionais.

O Secretariado desempenha uma variedade de funções cruciais, desde a preparação de estudos e relatórios que informam o trabalho de outros órgãos da ONU até a administração de operações de manutenção da paz. Também é responsável por traduzir as decisões dos órgãos políticos da ONU em programas operacionais.

No entanto, o Secretariado enfrenta desafios significativos. A burocracia da ONU é frequentemente criticada por sua lentidão e ineficiência. Há preocupações sobre a capacidade do Secretariado de responder rapidamente a crises globais e de adaptar-se a um ambiente internacional em rápida mudança. Defensores argumentam que tais características são, até certo ponto, inevitáveis em uma organização de escala e complexidade globais, mas reconhecem a necessidade de reformas contínuas para melhorar a eficiência e a eficácia.

Apesar das críticas à sua burocracia, o Secretariado tem demonstrado notável flexibilidade e eficácia em situações de crise. Sua capacidade de mobilizar recursos e expertise em resposta a desastres naturais e conflitos tem salvado inúmeras vidas. O Secretariado, particularmente sob a liderança de Secretários-Gerais proativos, tem desempenhado um papel crucial na mediação de conflitos e na coordenação de respostas humanitárias globais. Além disso, o Secretariado tem sido fundamental na coleta e análise de dados globais, fornecendo informações cruciais para a formulação de políticas baseadas em evidências.

2.2.6. O Conselho de Tutela:

Embora seja um dos seis órgãos principais estabelecidos pela Carta da ONU, o Conselho de Tutela é único em que suas operações foram oficialmente suspensas em 1994. Originalmente, era responsável por supervisionar a administração de territórios sob tutela, ou seja, áreas colocadas sob a administração de estados membros da ONU após a Segunda Guerra Mundial.

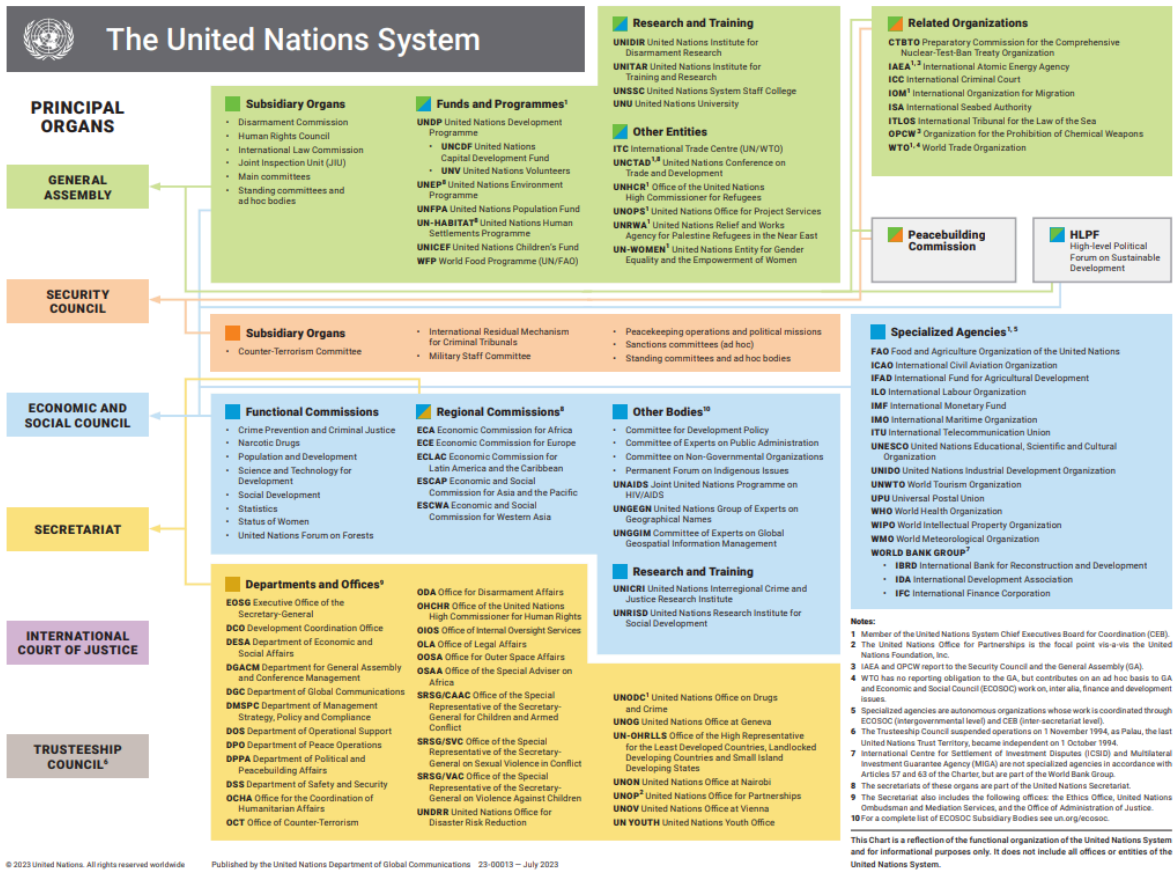
O objetivo do sistema de tutela era promover o desenvolvimento progressivo dos territórios rumo ao autogoverno ou independência. Assim, com a independência de Palau em 1994, o último território sob tutela, o Conselho suspendeu suas operações.

O Conselho de Tutela, embora atualmente inativo, é um exemplo de como a ONU pode adaptar-se e evoluir. Seu sucesso em supervisionar a transição de territórios sob tutela para a independência demonstra a capacidade da ONU de cumprir mandatos específicos.

Estes seis órgãos principais formam o núcleo do sistema ONU, cada um com suas responsabilidades específicas, mas todos trabalhando em conjunto para cumprir os objetivos da organização. Além destes, a ONU conta com uma vasta rede de programas, fundos e agências especializadas que complementam e expandem o alcance de suas atividades.

Na figura abaixo é possível identificar o organograma completo do Sistema das Nações Unidas:

FIGURA 1 - Organograma do Sistema das Nações Unidas.



Fonte: ONU, 2024

Em anos recentes, o Secretariado tem implementado iniciativas específicas voltadas para a juventude, reconhecendo a importância crescente deste segmento demográfico. Em 2013, foi instituído o cargo de Enviado Especial para Juventude do Secretário-Geral das Nações Unidas (OSGEY), uma posição estratégica que visava amplificar as vozes dos jovens nos processos decisórios da organização.

Subsequentemente, em 2022, foi estabelecido o Escritório da ONU para Juventude, operando também sob o Secretariado. Este novo órgão representa um avanço significativo na institucionalização da agenda de juventudes dentro do sistema ONU. O Escritório tem como mandato coordenar as políticas e programas relacionados à juventude em todo o sistema ONU, promover a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão, e servir como um ponto focal para parcerias com organizações juvenis. A criação destas estruturas dedicadas à juventude dentro do Secretariado reflete uma tendência mais ampla de

reconhecimento da importância da inclusão e participação juvenil na governança global.

Em suma, a estrutura da ONU, com sua complexidade e abrangência, oferece um mecanismo único para a cooperação internacional e a abordagem de desafios globais. No entanto, esta mesma complexidade também apresenta desafios significativos em termos de eficiência, representatividade e capacidade de adaptação às mudanças rápidas do cenário internacional. As críticas à estrutura da ONU e as demandas por reforma são tão antigas quanto a própria organização, refletindo as tensões inerentes entre os ideais de cooperação internacional e as realidades da política global.

Weiss (2016) argumenta que enquanto a estrutura da ONU proporciona uma plataforma única para a cooperação global, sua capacidade de adaptar-se efetivamente aos desafios contemporâneos é frequentemente comprometida por rigidez institucional e interesses nacionais arraigados. Esta crítica ressalta a necessidade contínua de reforma e adaptação da ONU para manter sua relevância e eficácia no cenário global em constante evolução.

O desafio fundamental para a ONU no século XXI será manter sua relevância e eficácia em um mundo em rápida mudança, equilibrando a necessidade de reforma e adaptação com a preservação dos princípios fundamentais de cooperação internacional e multilateralismo que estão no cerne de sua missão.

3. Evolução da Agenda de Juventudes dentro do sistema ONU

A trajetória das questões relacionadas à juventude no âmbito das Nações Unidas reflete não apenas as mudanças nas prioridades da organização, mas também as transformações na percepção global sobre o papel dos jovens na sociedade. Este capítulo se propõe a examinar a evolução da agenda de juventudes dentro do sistema da ONU, baseando-se em um mapeamento abrangente de todas as resoluções adotadas pela ANGU ao longo das décadas.

Através de uma análise sistemática dessas resoluções, identificou-se os principais temas abordados, as mudanças nas prioridades ao longo do tempo, e a evolução na complexidade e abrangência das resoluções aprovadas. O estudo está organizado cronologicamente, permitindo uma visão linear do desenvolvimento progressivo da agenda de juventudes desde os primeiros anos da ONU até o presente.

A importância desta análise reside não apenas no valor histórico, mas também na sua capacidade de entender as tendências atuais e futuras na agenda de juventudes no Sistema ONU. As resoluções da AGNU, como mencionado no capítulo anterior, são expressões do consenso internacional, e oferecem um reflexo único das preocupações, aspirações e compromissos da comunidade internacional em relação aos jovens. Ao examinar estas resoluções ao longo do tempo, podemos traçar não apenas a evolução das políticas da ONU, mas também as mudanças mais amplas nas atitudes sociais e políticas em relação à juventude.

Examinaremos detalhadamente cada década, analisando as resoluções mais significativas, identificando temas recorrentes e emergentes, e discutindo como o conteúdo e a complexidade das abordagens às questões juvenis evoluíram ao longo do tempo. Esta análise não apenas traça a história da agenda de juventudes na ONU, mas também oferece perspectivas sobre como a organização tem respondido às mudanças nas realidades e necessidades dos jovens em um mundo em constante transformação.

Ao explorar a evolução temática das resoluções, buscaremos compreender como a ONU passou de uma abordagem inicial focada principalmente em educação

e bem-estar para uma visão mais holística e baseada em direitos da juventude. Ademais, examinaremos momentos-chave que marcaram pontos de inflexão na política da ONU para a juventude, como o Ano Internacional da Juventude em 1985 e a adoção do Programa Mundial de Ação para a Juventude em 1995.

Esta análise cronológica nos permitirá não apenas observar mudanças nas prioridades, mas também refletir sobre como eventos globais e mudanças sociais mais amplas influenciaram a forma como a comunidade internacional aborda as questões juvenis. Ao final deste capítulo, esperamos oferecer uma compreensão mais profunda da evolução do pensamento e da ação da ONU em relação à juventude, fornecendo uma base sólida para a discussão de políticas e iniciativas futuras nesta área crítica.

3.1. Cronologia das Resoluções sobre Juventude da AGNU:

3.1.1. Período entre 1945 e 1960:

No período compreendido entre a fundação das Nações Unidas em 1945 e o início da década de 1960, as resoluções da Assembleia Geral que abordavam questões relacionadas à juventude eram notavelmente escassas e, em grande parte, indiretas. Isso se deve principalmente ao fato de que o conceito de "juventude" como uma categoria social distinta ainda não estava bem estabelecido no Sistema Internacional e nas políticas públicas.

Durante esse período, as resoluções da AGNU tendiam a focar em dois grupos etários principais: crianças e adultos. As questões relacionadas às crianças eram frequentemente abordadas no contexto de bem-estar infantil e educação primária. Por outro lado, as resoluções voltadas para adultos geralmente concentravam-se em temas como direitos trabalhistas e desenvolvimento econômico.

É importante notar que, embora não houvesse resoluções específicas para a juventude, algumas das preocupações que mais tarde se tornaram centrais para a agenda de juventude dentro do Sistema ONU já estavam começando a emergir. Questões como o desemprego entre adultos jovens, a necessidade de educação

continuada e a importância da participação dos jovens na construção da paz no pós-guerra eram ocasionalmente mencionadas em resoluções mais amplas.

3.1.2 Década de 1960:

A década de 1960 marca um período crucial na evolução das pautas relacionadas à juventude no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas. Este período testemunhou a adoção das primeiras resoluções específicas sobre juventude, sinalizando um reconhecimento incipiente, porém significativo, da importância deste segmento demográfico. Durante esta década, a AGNU aprovou seis resoluções que abordavam diretamente questões relativas às juventudes:

- A/RES/1572(XV) - 18 de dezembro de 1960;
- A/RES/1842(XVII) - 19 de dezembro de 1962;
- A/RES/1965(XVIII) - 13 de dezembro de 1963;
- A/RES/2037(XX) - 7 de dezembro de 1965;
- A/RES/2447(XXIII) - 19 de dezembro de 1968;
- A/RES/2497(XXIV) - 28 de outubro de 1969.

Uma análise temática destas resoluções revela uma concentração em duas áreas principais: paz e educação. O quadro abaixo ilustra esta distribuição:

Quadro 2 - Temas das Resoluções da ANGU na década de 1960.

Tema	Quantidade	Resoluções
Paz	4	A/RES/1572(XV), A/RES/1842(XVII), A/RES/1965(XVIII), A/RES/2037(XX)
Educação	2	A/RES/2447(XXIII), A/RES/2497(XXIV)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das resoluções da AGNU.

Esta distribuição temática indica uma abordagem particular da juventude no contexto do Sistema ONU durante a década de 1960. A predominância do tema "paz" nas resoluções deste período reflete o contexto geopolítico da época, marcado pela Guerra Fria e por tensões internacionais significativas. As resoluções focadas neste tema geralmente enfatizavam a importância de promover entre os jovens os ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos.

A resolução A/RES/2037(XX), por exemplo, intitulada "Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos", é particularmente emblemática desta abordagem. Esta resolução, adotada em 7 de dezembro de 1965, enfatiza o papel da juventude na promoção da paz internacional e da cooperação entre as nações.

No entanto, é crucial notar que esta ênfase na paz reflete uma concepção da juventude como receptora passiva de ideias, em vez de agente ativa na construção da paz. As resoluções deste período tendem a enquadrar os jovens como um grupo que precisa ser educado sobre a importância da paz, em vez de reconhecê-los como potenciais atores na promoção e manutenção da paz internacional.

As resoluções focadas em educação, por sua vez, refletem uma preocupação com o desenvolvimento dos jovens, mas também tendem a adotar uma abordagem paternalista. Estas resoluções frequentemente enfatizam a necessidade de educar os jovens, sem necessariamente reconhecer e/ou valorizar suas próprias perspectivas e contribuições potenciais neste processo educacional.

É importante ressaltar que, embora estas resoluções representem um avanço no reconhecimento da juventude como um grupo demográfico distinto merecedor de atenção internacional, elas ainda são caracterizadas por uma abordagem relativamente superficial e unidimensional das pautas da juventude. As resoluções deste período tendem a ser breves e generalistas, não abordando a complexidade e diversidade das experiências e necessidades dos jovens em diferentes contextos globais. Além disso, a ausência de temas como participação política, emprego juvenil, ou direitos dos jovens nestas resoluções é notável. Isso sugere que, neste período, a concepção da juventude no âmbito da ONU ainda era limitada, não reconhecendo plenamente os jovens como atores sociais e políticos com agência própria.

Esta abordagem reflete, em grande medida, a maneira com que as sociedades abordaram questões relativas à juventude na década de 1960. Embora este período tenha sido marcado por movimentos juvenis significativos em várias

partes do mundo, as instituições internacionais ainda tendiam a ver os jovens principalmente como objetos de políticas, e não como participantes ativos na formulação destas.

Em conclusão, a década de 1960 representou um ponto de partida importante para a agenda de juventudes dentro do Sistema ONU. As resoluções deste período, embora limitadas em escopo e profundidade, lançaram as bases para um engajamento mais substancial nas décadas posteriores. Elas marcam o início de um processo evolutivo na abordagem das pautas relacionadas à juventude, um processo que se tornaria mais abrangente e multifacetado nas décadas seguintes, à medida que a compreensão global do papel e das necessidades dos jovens se expandia e se aprofundava.

3.1.3. Década de 1970:

A década de 1970 representa um período de significativa expansão e diversificação na abordagem das questões relacionadas à juventude pela AGNU. Este desenvolvimento reflete diretamente o contexto social turbulento e transformador da década anterior, caracterizado por movimentos juvenis globais e mudanças socioculturais profundas. Durante este período, a Assembleia Geral aprovou um total de dezenove resoluções diretamente relacionadas à juventude, um aumento expressivo em comparação com a década anterior:

- A/RES/2633(XXV) - 09 de novembro de 1970;
- A/RES/2770(XXVI) - 22 de novembro de 1971;
- A/RES/2859(XXVI) - 20 de dezembro de 1971;
- A/RES/2896(XXVI) - 22 de dezembro de 1971;
- A/RES/3022(XXVII) - 18 de dezembro de 1972;
- A/RES/3023(XXVII) - 18 de dezembro de 1972;
- A/RES/3024(XXVII) - 18 de dezembro de 1972;
- A/RES/3140(XXVIII) - 14 de dezembro de 1973;
- A/RES/3141(XXVIII) - 14 de dezembro de 1973;
- A/RES/31/129- 16 de dezembro de 1976;
- A/RES/31/130- 16 de dezembro de 1976;
- A/RES/31/132 - 16 de dezembro de 1976;

- A/RES/32/134 - 16 de dezembro de 1977;
- A/RES/32/135 - 16 de dezembro de 1977;
- A/RES/33/6 - 3 de novembro de 1978;
- A/RES/33/7 - 3 de novembro de 1978;
- A/RES/33/8 - 3 de novembro de 1978;
- A/RES/34/151 - 17 de dezembro de 1979;
- A/RES/34/163 - 17 de dezembro de 1979.

Uma análise temática dessas resoluções revela uma notável diversificação dos tópicos abordados, como ilustrado no Quadro 3:

Quadro 3 - Temas das Resoluções da ANGU na década de 1970.

Tema	Quantidade	Resoluções
Educação	3	A/RES/2633(XXV), A/RES/2770(XXVI), A/RES/3141(XXVIII)
Drogas e Crime	1	A/RES/2859(XXVI)
Governança da ONU	1	A/RES/2896(XXVI)
Comunicação	4	A/RES/3022(XXVII), A/RES/31/132, A/RES/32/135, A/RES/33/6
Políticas e Programas	2	A/RES/3022(XXVII), A/RES/31/132
Organizações Juvenis	3	A/RES/3022(XXVII), A/RES/31/132, A/RES/32/135
Paz	2	A/RES/3023(XXVII), A/RES/3141(XXVIII)
Emprego, Oportunidades e Desenvolvimento Social	2	A/RES/3023(XXVII), A/RES/3140(XXVIII)
Ano da Juventude	3	A/RES/32/134, A/RES/33/7, A/RES/34/151
Esportes	1	A/RES/33/8
Políticas e Programas	1	A/RES/31/130

*Algumas resoluções aparecem mais de uma vez e em diferentes categorias, pois abordam múltiplos tópicos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das resoluções da AGNU.

Esta diversificação temática é indicativa de uma mudança paradigmática na abordagem da ONU em relação à juventude. Enquanto na década anterior o foco estava primariamente na educação e na promoção da paz, os anos 1970 testemunharam uma expansão significativa dos tópicos abordados, incluindo questões como drogas e crime, emprego, desenvolvimento social e esportes.

Um aspecto particularmente notável é a emergência de resoluções focadas na comunicação com os jovens e com organizações juvenis. Este desenvolvimento sugere um reconhecimento crescente da importância de estabelecer canais de diálogo direto com esse segmento populacional, em vez de meramente legislar sobre questões relativas à juventude. As resoluções A/RES/3022(XXVII), A/RES/31/132, A/RES/32/135, e A/RES/33/6 são exemplos dessa nova abordagem, buscando estabelecer mecanismos de comunicação mais efetivos entre a ONU e as organizações juvenis.

Outro ponto de inflexão significativo é a introdução de resoluções relacionadas à governança do sistema ONU, como exemplificado pela A/RES/2896(XXVI). Isso indica uma incipiente, porém crucial, consideração do papel que os jovens poderiam desempenhar não apenas como beneficiários, mas como potenciais participantes nos processos de tomada de decisão da organização.

A instituição de 1985 como o Ano Internacional da Juventude, reforçada pelas resoluções A/RES/32/134, A/RES/33/7, e A/RES/34/151, representa um marco fundamental. Esta decisão não apenas solidificou o compromisso da ONU com as questões relativas à juventude, mas também estabeleceu um ponto focal para a mobilização global em torno das pautas relacionadas ao tema.

Entretanto, é importante notar que, apesar desses avanços significativos, as resoluções deste período ainda refletem, em certa medida, uma visão paternalista da juventude. Embora haja um movimento em direção ao engajamento mais direto com os jovens, a concepção predominante ainda os posiciona mais como receptores de conhecimento e orientação do que como agentes ativos de mudança social e política.

A multiplicidade de temas abordados nas resoluções desta década também sugere uma certa falta de coordenação sistemática dentro da ONU em relação à pauta. Parece haver uma resposta reativa às demandas emergentes do contexto social, em vez de uma abordagem estratégica e coordenada para a integração das questões relativas à juventude na agenda mais ampla da organização.

Não obstante, é inegável que a década de 1970 marca o início da institucionalização da agenda de juventudes dentro do sistema ONU. O aumento no número e na diversidade das resoluções reflete um reconhecimento crescente da complexidade e da importância dessa agenda no Sistema Internacional.

Em conclusão, a década de 1970 representa um período de transição crucial na abordagem da ONU em relação à pauta. Enquanto as limitações conceituais e estruturais ainda persistem, os avanços realizados neste período lançaram as bases para um engajamento mais profundo e significativo com a juventude nas décadas posteriores. Esta evolução reflete não apenas as mudanças nas dinâmicas sociais e políticas globais, mas também uma transformação gradual na compreensão do papel potencial dos jovens como atores do Sistema Internacional.

3.1.4. Década de 1980:

A década de 1980 representou um período de consolidação e aprofundamento significativo na abordagem das questões relacionadas à juventude pela AGNU. Este período foi marcado por uma continuidade na proliferação de resoluções e uma diversificação ainda maior dos temas abordados, refletindo a crescente complexidade e importância atribuída à agenda no Sistema ONU. Durante esta década, a AGNU aprovou um total de vinte e nove resoluções diretamente relacionadas às questões juvenis, um aumento notável em relação às décadas anteriores:

- A/RES/35/126, 11 de dezembro de 1980;
- A/RES/35/139, 11 de dezembro de 1980;
- A/RES/36/16, 13 de novembro de 1981;
- A/RES/36/17, 13 de novembro de 1981;
- A/RES/36/28, 13 de novembro de 1981;
- A/RES/36/29, 13 de novembro de 1981;
- A/RES/37/48, 3 de dezembro de 1982;
- A/RES/37/49, 3 de dezembro de 1982;
- A/RES/37/50, 3 de dezembro de 1982;
- A/RES/38/22, 22 de novembro de 1983;

- A/RES/38/23, 22 de novembro de 1983;
- A/RES/38/26, 22 de novembro de 1983;
- A/RES/39/22, 23 de novembro de 1984;
- A/RES/39/23, 23 de novembro de 1984;
- A/RES/39/24, 23 de novembro de 1984;
- A/RES/40/14, 18 de novembro de 1985;
- A/RES/40/15, 18 de novembro de 1985;
- A/RES/40/16, 18 de novembro de 1985;
- A/RES/40/17, 18 de novembro de 1985;
- A/RES/41/97, 4 de dezembro de 1986;
- A/RES/41/98, 4 de dezembro de 1986;
- A/RES/41/99, 4 de dezembro de 1986;
- A/RES/42/52, 30 de novembro de 1987;
- A/RES/42/53, 30 de novembro de 1987;
- A/RES/42/54, 30 de novembro de 1987;
- A/RES/42/55, 30 de novembro de 1987;
- A/RES/43/94, 8 de dezembro de 1988;
- A/RES/43/136, 8 de dezembro de 1988;
- A/RES/44/59, 8 de dezembro de 1989.

Uma análise temática dessas resoluções revela uma diversificação e aprofundamento dos tópicos abordados, como ilustrado no Quadro 4:

Quadro 4 - Temas das Resoluções da ANGU na década de 1980.

Tema	Quantidade	Resoluções
Ano da Juventude	6	A/RES/35/126, A/RES/36/28, A/RES/38/22, A/RES/39/22, A/RES/40/14, A/RES/37/48
Comunicação	8	A/RES/34/163, A/RES/35/139, A/RES/36/17, A/RES/38/26, A/RES/39/24, A/RES/40/17, A/RES/41/99, A/RES/42/55
Esportes	1	A/RES/36/16
Direitos	5	A/RES/38/23, A/RES/39/23, A/RES/40/15, A/RES/42/52, A/RES/36/29
Educação	1	A/RES/40/16
Emprego,	4	A/RES/40/16, A/RES/42/53, A/RES/43/94, A/RES/44/59

Oportunidades e Desenvolvimento Social		
Políticas e Programas	4	A/RES/41/97, A/RES/42/54, A/RES/43/94, A/RES/44/59

*Algumas resoluções aparecem mais de uma vez e em diferentes categorias, pois abordam múltiplos tópicos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das resoluções da AGNU.

Esta diversificação temática é indicativa de uma evolução significativa na compreensão e abordagem da agenda pela ONU. Enquanto nas décadas anteriores o foco estava primariamente na educação e na promoção da paz, os anos 1980 testemunharam uma expansão e aprofundamento dos tópicos abordados, incluindo questões como direitos dos jovens, emprego juvenil, e desenvolvimento social.

Um aspecto particularmente notável é a ênfase dada ao Ano Internacional da Juventude, celebrado em 1985. As seis resoluções dedicadas a este tema (A/RES/35/126, A/RES/36/28, A/RES/38/22, A/RES/39/22, A/RES/40/14, A/RES/37/48) demonstram a importância atribuída a este evento como um catalisador para a promoção da agenda de juventudes em escala global. O Ano Internacional da Juventude serviu como um ano-chave para mobilizar atenção, recursos e ações em torno das necessidades e aspirações de jovens em todo o mundo.

A comunicação continua sendo um tema proeminente, com oito resoluções dedicadas a este tópico. Isso reflete um reconhecimento contínuo da importância de estabelecer e manter canais de diálogo efetivos entre a ONU, os jovens e as organizações juvenis. Esta ênfase na comunicação sugere uma mudança gradual na percepção dos jovens, de meros receptores de políticas para potenciais parceiros no desenvolvimento e implementação de iniciativas.

O surgimento de resoluções focadas especificamente nos direitos dos jovens (A/RES/38/23, A/RES/39/23, A/RES/40/15, A/RES/42/52, A/RES/36/29) marca um avanço significativo na abordagem da ONU. Isso indica uma mudança de paradigma, passando de uma visão paternalista para uma abordagem baseada em direitos, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos e não apenas como objetos de proteção ou intervenção.

As resoluções sobre emprego, oportunidades e desenvolvimento social (A/RES/40/16, A/RES/42/53, A/RES/43/94, A/RES/44/59) refletem uma resposta às crescentes preocupações com o desemprego juvenil e as dificuldades econômicas enfrentadas pelos jovens em muitas partes do mundo. Estas resoluções demonstram uma compreensão mais multifacetada das complexidades socioeconômicas que afetam as juventudes e uma tentativa de abordar estas questões de maneira mais holística.

As resoluções sobre políticas e programas (A/RES/41/97, A/RES/42/54, A/RES/43/94, A/RES/44/59) indicam um esforço para desenvolver abordagens mais abrangentes e sistemáticas para as questões relativas à juventude. Isso sugere uma mudança de respostas *ad hoc* para estratégias coordenadas e de longo prazo.

É importante notar que muitas resoluções abordam múltiplos temas, refletindo uma compreensão crescente da interconexão entre diferentes aspectos da vida dos jovens. Por exemplo, a resolução A/RES/40/16 aborda tanto educação quanto emprego e desenvolvimento social, reconhecendo a relação intrínseca entre estas áreas.

A década de 1980 também viu uma evolução na linguagem e no tom das resoluções. Há uma tendência crescente de reconhecer os jovens não apenas como beneficiários de políticas, mas como agentes ativos de desenvolvimento. Isso é particularmente evidente nas resoluções relacionadas ao Ano Internacional da Juventude, que enfatizam a participação ativa dos jovens na sociedade.

Em conclusão, a década de 1980 representa um período de consolidação e aprofundamento significativo na abordagem da ONU em relação às questões relativas à juventude. O aumento no número e na diversidade das resoluções reflete um reconhecimento crescente da complexidade e da importância dessas questões no Sistema Internacional. Esta década estabeleceu as bases para uma abordagem mais abrangente, baseada em direitos e centrada na participação dos jovens, que continuaria a evoluir nas décadas posteriores. A transição de uma visão predominantemente paternalista para uma que reconhece os jovens como atores

sociais e políticos marca um ponto de inflexão crucial na trajetória da agenda de juventude na ONU.

3.1.5 Década de 1990:

A década de 1990 representou um período de significativa transformação na abordagem das questões relacionadas à juventude pela AGNU. Embora tenha ocorrido uma redução quantitativa no número de resoluções aprovadas, este período é caracterizado por uma notável consolidação estratégica e pelo estabelecimento de marcos fundamentais para a agenda global de juventude. Durante esta década, a AGNU aprovou sete resoluções diretamente relacionadas às questões juvenis:

1. A/RES/45/103 - 14 de dezembro de 1990;
2. A/RES/47/85 - 16 de dezembro de 1992;
3. A/RES/49/152 - 23 de dezembro de 1994;
4. A/RES/49/154 - 23 de dezembro de 1994;
5. A/RES/50/81 - 14 de dezembro de 1995;
6. A/RES/52/83 - 12 de dezembro de 1997;
7. A/RES/54/120 - 17 de dezembro de 1999.

Uma análise temática dessas resoluções revela uma concentração em duas áreas principais, como ilustrado no Quadro 5:

Quadro 5 - Temas das Resoluções da ANGU na década de 1990.

Tema	Quantidade	Resoluções
Políticas e Programas:	4	A/RES/45/103, A/RES/47/85, A/RES/49/154, A/RES/52/83
Programa de Ação (WPAY)	2	A/RES/49/152, A/RES/50/81, A/RES/52/83

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das resoluções da AGNU.

À primeira vista, a redução no número de resoluções poderia sugerir um declínio na importância atribuída à agenda de juventudes. No entanto, uma análise mais aprofundada revela que esta década foi marcada por uma significativa evolução qualitativa na abordagem da pauta pela ONU.

O aspecto mais notável desta evolução é a consolidação de temas anteriormente dispersos em resoluções mais específicas, porém superficiais. As resoluções categorizadas como "Políticas e Programas" (A/RES/45/103, A/RES/47/85, A/RES/49/154, A/RES/52/83) representam uma abordagem mais holística e integrada das questões relativas à juventude. Elas incorporam e sintetizam diversos temas que, nas décadas anteriores, eram tratados em resoluções separadas, como educação, emprego, saúde e participação social.

Esta consolidação reflete um amadurecimento significativo da agenda de juventudes dentro do sistema ONU. Indica uma transição de uma abordagem fragmentada e reativa para uma estratégia mais coesa e proativa. As resoluções deste período demonstram uma compreensão mais profunda da interconexão entre diferentes aspectos da vida dos jovens e a necessidade de políticas e programas que abordem estas questões de maneira integrada.

O marco mais significativo desta década é, sem dúvida, a adoção do Programa Mundial de Ação para a Juventude até o Ano 2000 e Além (WPAY), estabelecido pela resolução A/RES/50/81 em 1995. O WPAY representa um ponto de inflexão crucial na agenda global de juventude, fornecendo um quadro abrangente e diretrizes detalhadas para ação nacional e apoio internacional para melhorar a situação dos jovens em todo o mundo.

O WPAY identificou dez áreas prioritárias para ação: educação, emprego, fome e pobreza, saúde, meio ambiente, abuso de drogas, delinquência juvenil, atividades de lazer, meninas e jovens mulheres, e participação plena e efetiva dos jovens na vida da sociedade e na tomada de decisões. Esta abordagem multidimensional reflete uma compreensão mais sofisticada e multifacetada das necessidades e potencialidades dos jovens.

A importância do WPAY é evidenciada pelas resoluções subsequentes (A/RES/52/83 e A/RES/54/120) que se concentraram em sua implementação e acompanhamento. Estas resoluções demonstram um compromisso contínuo com a operacionalização das diretrizes estabelecidas pelo WPAY, reforçando sua

relevância como um documento orientador para políticas de juventude em nível global.

Além disso, o WPAY marcou uma mudança significativa na concepção dos jovens no âmbito da ONU. Ele enfatizou a importância de ver os jovens não apenas como beneficiários passivos de políticas, mas como parceiros ativos no desenvolvimento e implementação de iniciativas que os afetam. Esta mudança de perspectiva alinha-se com os princípios de participação e empoderamento juvenil que ganhavam proeminência no discurso global sobre desenvolvimento.

É importante notar que a década de 1990 foi marcada por eventos globais significativos que influenciaram a formulação de políticas para a juventude. O fim da Guerra Fria, a aceleração da globalização e o advento da era digital criaram um contexto em que as questões juvenis ganharam nova relevância e complexidade. O WPAY e as resoluções associadas podem ser vistos como respostas a este cenário de rápida mudança, reconhecendo a necessidade de abordagens mais adaptáveis e abrangentes para as questões juvenis.

A redução no número de resoluções, portanto, não deve ser interpretada como uma diminuição da importância da agenda de juventude, mas sim como uma evolução para uma abordagem mais estratégica e integrada. As resoluções deste período, embora menos numerosas, são mais abrangentes em escopo e mais profundas em sua análise e recomendações.

Em conclusão, a década de 1990 representa um período de consolidação estratégica e evolução qualitativa na abordagem da ONU em relação à agenda de juventudes. Esta década lançou as bases para uma abordagem mais coerente e eficaz das questões relativas à juventude, influenciando significativamente as políticas e programas sobre esse tema nas décadas posteriores. A transição de uma proliferação de resoluções específicas para um quadro de ação mais abrangente reflete um amadurecimento da compreensão da agenda no âmbito da ONU e estabelece um paradigma mais robusto para o engajamento global com a juventude.

3.1.6 Década de 2000:

A primeira década do século XXI representa um período de continuidade e renovação na abordagem das questões relacionadas à juventude pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Este período é caracterizado pela manutenção da estrutura de resoluções mais robustas estabelecida na década anterior, ao mesmo tempo em que introduz novos elementos significativos para a agenda global de juventude. Durante esta década, a AGNU aprovou oito resoluções diretamente relacionadas às questões juvenis:

- A/RES/56/117 - 19 de dezembro de 2001;
- A/RES/57/165 - 18 de dezembro de 2002;
- A/RES/58/133 - 22 de dezembro de 2003;
- A/RES/59/148 - 20 de dezembro de 2004;
- A/RES/60/2 - 6 de outubro de 2005;
- A/RES/62/126 - 18 de dezembro de 2007;
- A/RES/64/130 - 18 de dezembro de 2009;
- A/RES/64/134 - 18 de dezembro de 2009.

Uma análise temática dessas resoluções revela uma concentração em áreas-chave, como ilustrado no Quadro 6:

Quadro 6 - Temas das Resoluções da ANGU na década de 2000.

Tema	Quantidade	Resoluções
Políticas e Programas	4	A/RES/56/117, A/RES/58/133, A/RES/60/2, A/RES/62/126, A/RES/64/130
Programa de Ação (WPAY)	2	A/RES/59/148, A/RES/62/126
Organizações Juvenis	1	A/RES/59/148
Emprego, Oportunidades e Desenvolvimento Social:	2	A/RES/57/165, A/RES/62/126
Ano da Juventude	1	A/RES/64/134

*Algumas resoluções aparecem mais de uma vez e em diferentes categorias, pois abordam múltiplos tópicos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das resoluções da AGNU.

A continuidade na abordagem estratégica das questões juvenis é evidenciada pela predominância de resoluções categorizadas como "Políticas e Programas". Estas resoluções (A/RES/56/117, A/RES/58/133, A/RES/60/2, A/RES/62/126, A/RES/64/130) refletem uma abordagem holística e integrada, consolidando diversos aspectos da vida dos jovens em documentos abrangentes. Esta tendência, iniciada na década anterior, demonstra um compromisso contínuo com uma abordagem mais coesa e estratégica dessas questões no âmbito da ONU. Um avanço significativo ocorreu a partir da 56ª sessão da AGNU, onde é possível observar que desde então as resoluções de políticas e programas passaram a ser adotadas bienalmente. Esta mudança para um ciclo bienal representou um dos principais ganhos para a agenda de juventudes, garantindo a regularidade e a inclusão sistemática das questões relativas à juventude na agenda da AGNU. Essa periodicidade não apenas permitiu um intervalo mais longo para implementação e avaliação das políticas, mas, crucialmente, assegurou que as preocupações e necessidades dos jovens fossem consistentemente abordadas no mais alto fórum global. Esta institucionalização da agenda de juventude na AGNU marcou uma evolução fundamental, transformando as questões relativas à juventude de um tópico ocasional para uma parte integral e recorrente da agenda da ONU.

Um aspecto notável desta década é a atenção renovada ao Programa Mundial de Ação para a Juventude (WPAY), evidenciada pelas resoluções A/RES/59/148 e A/RES/62/126. A continuidade do foco no WPAY destaca sua relevância duradoura como um quadro orientador para políticas de juventude. A resolução A/RES/62/126, em particular, é significativa por suplementar o WPAY, adicionando cinco novas áreas de preocupação às dez originais: globalização, tecnologia da informação e comunicação, HIV/AIDS, conflitos armados e questões intergeracionais. Esta expansão reflete uma resposta às mudanças globais e aos novos desafios enfrentados pelos jovens no início do século XXI.

A inclusão de uma resolução focada especificamente em organizações juvenis (A/RES/59/148) é particularmente significativa. Isso indica um reconhecimento crescente da importância do engajamento direto com estruturas lideradas por jovens, refletindo uma mudança gradual de uma abordagem "para" os jovens para uma abordagem "com" os jovens.

As resoluções sobre emprego, oportunidades e desenvolvimento social (A/RES/57/165, A/RES/62/126) refletem uma preocupação contínua com os desafios socioeconômicos enfrentados pelos jovens. Estas resoluções demonstram uma compreensão da interconexão entre oportunidades econômicas e desenvolvimento social, abordando questões como desemprego juvenil, educação e formação profissional de uma maneira mais integrada.

Um marco significativo desta década é a adoção da resolução A/RES/64/134, que proclama o ano de 2010 como o Ano Internacional da Juventude: Diálogo e Compreensão Mútua. Esta iniciativa representa um ponto de inflexão crucial, servindo como um catalisador para renovar o foco global na agenda de juventudes e preparar o terreno para uma participação juvenil mais robusta nas décadas seguintes. O Ano Internacional da Juventude não apenas proporcionou uma plataforma para aumentar a visibilidade da pauta, mas também serviu como um mecanismo para promover o diálogo intergeracional e intercultural.

É importante contextualizar estas resoluções dentro do panorama global mais amplo da década de 2000. Este período foi marcado por eventos significativos que tiveram um impacto profundo na juventude global, incluindo o avanço da globalização, a revolução digital, os ataques de 11 de setembro e suas consequências, e a crise financeira global de 2008. Estes eventos moldaram o contexto no qual as políticas de juventude eram formuladas e implementadas, influenciando as prioridades e abordagens refletidas nas resoluções da AGNU.

A década de 2000 também viu uma evolução na concepção do papel dos jovens no desenvolvimento global. Houve um reconhecimento crescente dos jovens não apenas como beneficiários de políticas, mas como agentes ativos de mudança. Esta mudança de perspectiva é sutilmente refletida na linguagem e no conteúdo das resoluções, que cada vez mais enfatizam a importância da participação e empoderamento juvenil.

Em conclusão, a década de 2000 representa um período de consolidação e renovação na abordagem da ONU em relação às questões juvenis. Enquanto mantém a estrutura estratégica estabelecida na década anterior, este período

introduz elementos novos e significativos, como a expansão do WPAY e a proclamação do Ano Internacional da Juventude. Estas iniciativas lançaram as bases para um engajamento ainda mais profundo com as questões juvenis nas décadas por vir, preparando o terreno para desenvolvimentos futuros, como a eventual criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude.

A transição de uma abordagem predominantemente centrada em políticas "para" os jovens para uma que enfatiza a participação e o empoderamento juvenil marca uma evolução importante na agenda global de juventude. Esta mudança reflete um reconhecimento crescente do potencial dos jovens como parceiros ativos no desenvolvimento e na governança global, preparando o caminho para uma era de engajamento juvenil mais significativo e impactante no sistema das Nações Unidas.

3.1.7 Década de 2010 em diante

A segunda década do século XXI testemunhou um avanço significativo no papel das juventudes dentro do Sistema Internacional. As fundações estabelecidas na década anterior permitiram uma transição na percepção dos jovens, que deixaram de ser vistos como meros sujeitos passivos para serem reconhecidos como agentes ativos de mudança.

Neste período, ocorreram marcos institucionais muito importantes, como: 1. Criação do cargo de Enviado Especial para Juventude do Secretário-Geral das Nações Unidas em 2013. 2. Aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2015, com papel significativo para os jovens, especialmente através da estratégia Youth 2030. 3. A adoção da agenda de Juventude, Paz e Segurança pelo CSNU. 4. Estabelecimento do Escritório da ONU para Juventude em 2022 e 5. Aprovação do Pacto pelo Futuro em 2024, um documento que dedica diversos capítulos à juventude e transversaliza a questão em todo seu texto. Durante esta década, o número de resoluções da AGNU diretamente relacionadas às questões juvenis aumentou significativamente, totalizando 18:

- A/RES/65/267, 15 de março de 2011;
- A/RES/65/312, 26 de julho de 2011;

- A/RES/66/121, 19 de dezembro de 2011;
- A/RES/68/130, 18 de dezembro de 2013;
- A/RES/69/145, 18 de dezembro de 2014;
- A/RES/70/127, 17 de dezembro de 2015;
- A/RES/71/154, 13 de dezembro de 2016;
- A/RES/72/146, 19 de dezembro de 2017;
- A/RES/74/64, 18 de dezembro de 2019;
- A/RES/74/121, 18 de dezembro de 2019;
- A/RES/74/170, 18 de dezembro de 2019;
- A/RES/76/45, 16 de dezembro de 2021;
- A/RES/76/137, 16 de dezembro de 2021;
- A/RES/76/183, 16 de dezembro de 2021;
- A/RES/76/306, 8 de setembro de 2022;
- A/RES/78/31, 6 de dezembro de 2023;
- A/RES/78/179, 22 de dezembro de 2023;
- A/RES/79/1, 22 de setembro de 2024.

A análise temática dessas resoluções revela uma concentração em áreas-chave, como ilustrado no Quadro 7:

Quadro 7 - Temas das Resoluções da ANGU da década de 2010 em diante.

Tema	Quantidade	Resoluções
Governança da ONU	4	A/RES/65/267, A/RES/65/312, A/RES/76/306, A/RES/79/1
Políticas e Programas	7	A/RES/66/121, A/RES/68/130, A/RES/70/127, A/RES/72/146, A/RES/74/121, A/RES/76/137, A/RES/78/179
Organizações Juvenis	1	A/RES/71/154
Drogas e Crime	2	A/RES/74/170, A/RES/76/183
Esporte	2	A/RES/74/170, A/RES/76/183
Paz	3	A/RES/74/64, A/RES/76/45, A/RES/78/179

*Algumas resoluções aparecem mais de uma vez e em diferentes categorias, pois abordam múltiplos tópicos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das resoluções da ANGU.

É importante contextualizar estas resoluções no cenário de efervescência social da época, marcado por movimentos liderados por jovens, como a Primavera

Árabe, Fridays for Future e Black Lives Matter. A conectividade digital e a facilidade de mobilização tornaram a juventude um ator que não podia mais ser ignorado no Sistema Internacional. Isso se reflete no fato de que, das cinco resoluções sobre o sistema de governança da ONU relacionadas à juventude desde 1960, quatro são da última década, incluindo a criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude.

As resoluções de políticas e programas para juventude continuaram a ganhar robustez e regularidade neste período. A adoção bienal dessas resoluções, iniciada na década anterior, consolidou-se, garantindo uma abordagem mais consistente e estratégica da agenda de juventudes na AGNU.

Um marco significativo foi a nomeação de Ahmad Alhendawi, da Jordânia, como primeiro Enviado Especial de Juventude do Secretário-Geral das Nações Unidas em 2013, sucedido por Jayathma Wickramanayake, do Sri Lanka. Este cargo foi precursor do atual Escritório das Nações Unidas para juventude, segundo o próprio Ahmad Alhendawi.

No âmbito da paz e segurança, além das três resoluções adotadas pela Assembleia Geral, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução 2250 (2015), que consolidou uma agenda internacional de juventudes, paz e segurança. Esta resolução reconheceu finalmente a importância das juventudes e sua participação como atores ativos em um dos temas considerados mais "*high politics*" das Relações Internacionais.

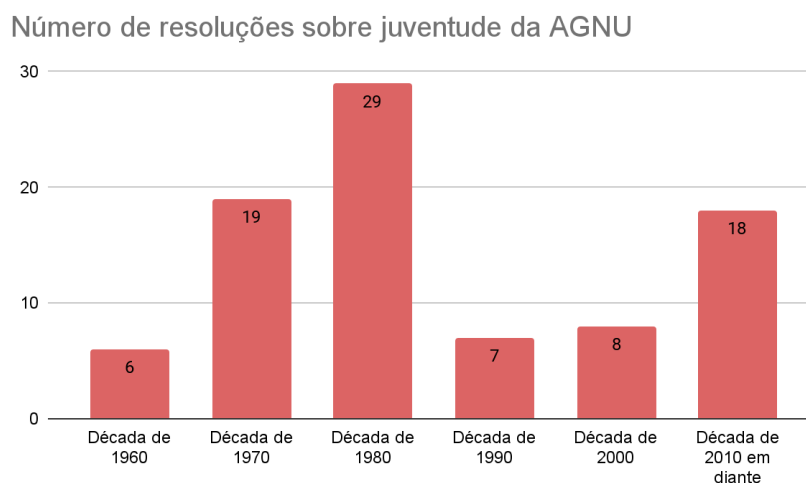
A década de 2010 e o início da década de 2020 marcaram, sem dúvida, o período de maiores avanços na agenda de juventudes dentro do sistema ONU. Esta evolução reflete uma tendência de transformação dentro do sistema, reconhecendo cada vez mais o papel crucial dos jovens na formulação e implementação de políticas globais. A criação de estruturas institucionais dedicadas, como o Escritório da ONU para Juventude, e a inclusão transversal das questões juvenis em documentos importantes, como o Pacto pelo Futuro, sinalizam uma mudança fundamental na abordagem da ONU em relação à juventude.

Esta transformação não se limita apenas ao aumento quantitativo das resoluções, mas reflete uma mudança qualitativa na natureza do engajamento com as questões relativas à juventude. Os jovens passaram a ser vistos não apenas como beneficiários de políticas, mas como parceiros ativos na formulação, implementação e avaliação de iniciativas globais. Esta mudança de paradigma tem implicações profundas para o futuro da governança global e para o papel dos jovens na arena internacional.

3.2 Evolução Quantitativa e Temática das Resoluções da AGNU sobre Juventude: Uma Análise Longitudinal

A evolução das resoluções sobre juventude adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) revela um panorama dinâmico e complexo do engajamento internacional com as questões juvenis ao longo das décadas. As Figuras 2 e 3 proporcionam uma visão quantitativa e temática dessa evolução, permitindo uma análise abrangente da trajetória da agenda de juventude no mais alto fórum global.

Figura 2 - Número de resoluções sobre juventude da AGNU por décadas.



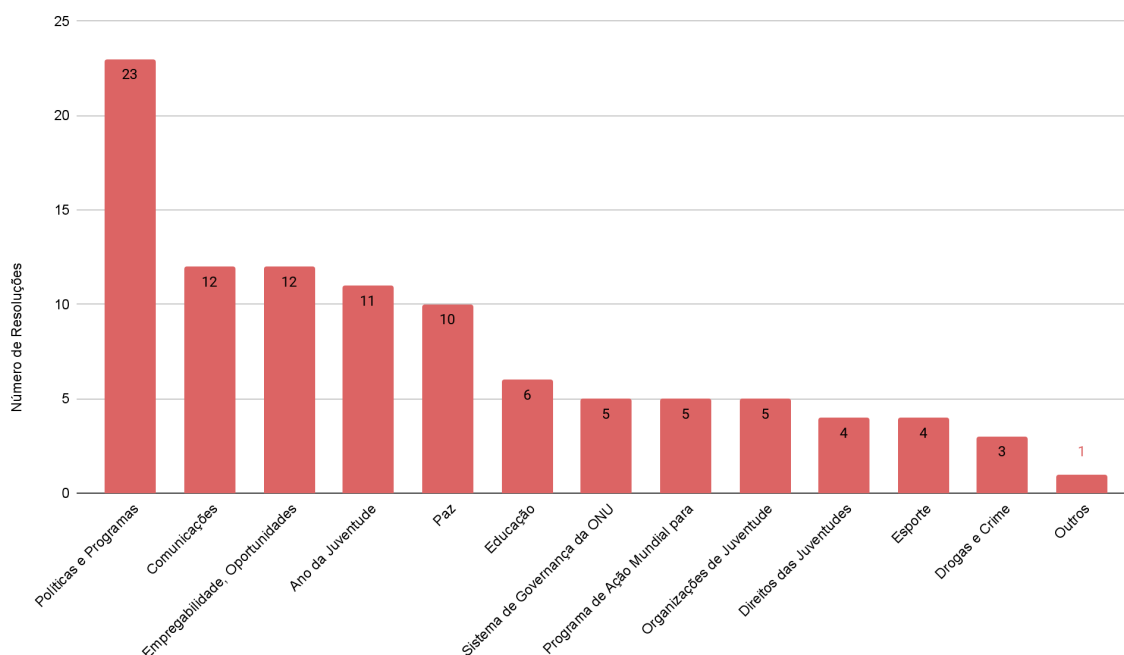
Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das resoluções da AGNU.

A Figura 2 ilustra a variação no número de resoluções por década, destacando períodos de intensa atividade e momentos de aparente retração. A década de 1960 marca o início modesto dessa jornada, com apenas 6 resoluções, refletindo o estágio inicial de reconhecimento da juventude como tema relevante na agenda da ONU. A década de 1970 testemunhou um aumento significativo para 19

resoluções, sinalizando uma crescente conscientização e engajamento com as questões juvenis. O ápice quantitativo ocorreu na década de 1980, com 29 resoluções, coincidindo com eventos significativos como o Ano Internacional da Juventude em 1985. Este pico reflete um período de intensa mobilização e foco nas políticas relacionadas à juventude. Contudo, as décadas subsequentes de 1990 e 2000 apresentam uma queda acentuada, com 7 e 8 resoluções respectivamente. Esta redução, como discutido anteriormente, não necessariamente indica uma diminuição da importância do tema, mas pode representar uma mudança na abordagem, com resoluções mais abrangentes e estratégicas. A partir de 2010, observa-se um ressurgimento, com 18 resoluções até o momento, quase alcançando o nível da década de 1970. Este aumento coincide com a crescente participação dos jovens em movimentos globais e o reconhecimento de seu papel como agentes ativos de mudança, refletindo uma nova fase de engajamento com as questões juvenis. Ao todo, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou 87 resoluções diretamente relacionadas à juventude até o ano de 2024.

Figura 3 -Temas das resoluções sobre juventude da AGNU.

Temas das resoluções sobre juventude da AGNU



Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das resoluções da AGNU.

A Figura 3 complementa esta análise ao detalhar os temas abordados nas resoluções, oferecendo uma perspectiva sobre as prioridades e preocupações da comunidade internacional em relação à juventude. Destaca-se a predominância de "Políticas e Programas" com 23 resoluções, indicando um foco consistente no desenvolvimento e implementação de estratégias abrangentes para o engajamento juvenil. Temas como "Comunicação", "Emprego, Oportunidades e Desenvolvimento Social", e "Ano da Juventude" também figuram proeminentemente, refletindo áreas de preocupação contínua. A presença de temas como "Paz" entre os mais abordados indica uma evolução na percepção do papel dos jovens, de beneficiários passivos a atores ativos na governança global e na promoção da paz.

Esta análise temática revela uma transição de abordagens iniciais focadas em educação e bem-estar básico para uma compreensão mais holística do papel dos jovens na sociedade. A diversidade de temas abordados reflete o reconhecimento crescente da complexidade e interconexão das questões juvenis com diversos aspectos do desenvolvimento global e da governança internacional.

Em suma, a análise conjunta das Figuras 2 e 3 revela uma evolução não apenas quantitativa, mas qualitativamente significativa no tratamento das questões relacionadas à juventude pela AGNU. Partindo de um reconhecimento inicial e proliferação de resoluções, passando por uma fase de consolidação e aprofundamento, até chegar à atual era de integração estratégica, esta trajetória reflete uma transformação profunda na abordagem da ONU em relação ao tema. O ressurgimento recente no número de resoluções, combinado com a diversificação temática, sugere um momento de renovado compromisso e uma compreensão mais sofisticada do papel central da juventude nos desafios e oportunidades globais contemporâneos.

4. Participação juvenil e liderança no processo de construção do Escritório das Nações Unidas para Juventude

A participação juvenil tem emergido como um tema de crescente relevância nas últimas décadas, à medida que entidades globais e sociedades reconhecem a importância crucial de integrar as vozes e perspectivas dos jovens nos processos decisórios que impactam suas vidas e comunidades. Este capítulo propõe-se a examinar o conceito de participação juvenil e sua aplicação prática no contexto da criação do Escritório da ONU para Juventude (ONU Juventude), uma iniciativa que visa ampliar o envolvimento dos jovens nas estruturas e processos da Organização das Nações Unidas.

A análise da participação juvenil na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude apresenta uma oportunidade singular para investigar a tradução dos princípios teóricos de engajamento juvenil em práticas concretas dentro de um contexto global e institucional. Através do exame minucioso do papel dos diversos atores envolvidos e do grau de participação efetiva dos jovens em diferentes etapas do processo, este estudo busca elucidar os desafios e oportunidades inerentes à promoção de uma participação juvenil significativa em estruturas de governança internacional.

A estrutura deste capítulo compreende quatro seções principais. Inicialmente, apresenta-se uma discussão conceitual sobre participação juvenil, fundamentada em modelos teóricos estabelecidos. Subsequentemente, explora-se os papéis dos diversos atores envolvidos na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude. A terceira seção oferece uma análise detalhada da participação juvenil nas diferentes fases de desenvolvimento do escritório, desde sua concepção até sua implementação. Por fim, conclui-se com uma reflexão crítica sobre a identificação do ator principal na criação desta iniciativa.

Para enriquecer a análise e oferecer perspectivas empíricas sobre o processo de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude, este estudo incorpora dados primários obtidos através de entrevistas semiestruturadas realizadas com atores-chave diretamente envolvidos neste processo. Estas

entrevistas, anexas a este trabalho, conduzidas com Ishaan Shah (Reino Unido), Ahmad Alhendawi (primeiro Enviado Especial da Juventude do Secretário-Geral das Nações Unidas) e Bianca Herzog (Escritório das Nações Unidas para Juventude), proporcionam perspectivas valiosas sobre as dinâmicas internas, desafios enfrentados e expectativas em torno da criação do escritório. As perspectivas destes atores serão utilizadas ao longo do capítulo para ilustrar e aprofundar a compreensão dos diversos aspectos da participação juvenil neste contexto específico.

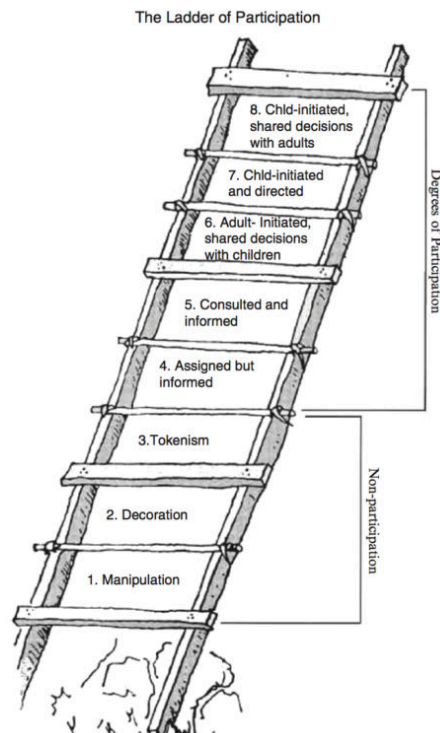
Esta análise visa não apenas descrever o processo de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude, mas também avaliar criticamente o grau e a qualidade da participação juvenil deste processo. Esta avaliação, informada tanto pelos modelos teóricos quanto pelas experiências práticas compartilhadas nas entrevistas, permitirá extrair conclusões sobre a eficácia dos esforços atuais para promover a participação juvenil em níveis globais e identificar áreas potenciais para aprimoramentos futuros.

4.1. Conceito de participação juvenil

O conceito de participação juvenil tem evoluído significativamente nas últimas décadas, passando de uma visão simplista de "envolvimento" para uma compreensão mais multifacetada, que reconhece diferentes níveis e formas de participação. Dois modelos teóricos particularmente úteis para entender e avaliar a participação juvenil são a Matriz de Participação de Claire Lardner e a Escada de Participação Juvenil de Roger Hart.

A Escada de Participação Juvenil de Roger Hart, desenvolvida em 1992, oferece um quadro hierárquico para avaliar o grau de envolvimento dos jovens em projetos e processos de tomada de decisão. Esta escada de oito degraus vai desde a "manipulação" (nível mais baixo de participação) até a "iniciação juvenil com decisões compartilhadas com adultos" (nível mais alto de participação). Os três degraus inferiores da escada (manipulação, decoração e *participação/álibi*) são considerados formas de não-participação, enquanto os cinco degraus superiores representam níveis crescentes de participação genuína.

Figura 4 - Escada de participação juvenil de Roger Hart



Fonte: Children's Participation: From Tokenism to Citizenship

1. Manipulação: Os jovens são usados para promover uma causa sem entenderem completamente o problema ou suas ações.

2. Decoração: Os jovens são usados para promover uma causa, mas têm pouca compreensão dela e nenhum papel na organização do evento.

3. *Participação/álibi*: Os jovens parecem ter voz, mas na realidade têm pouca ou nenhuma escolha sobre o assunto ou como ele é comunicado.

4. Atribuído mas informado: Os jovens entendem as intenções do projeto, sabem quem tomou as decisões sobre seu envolvimento e por quê, e têm um papel significativo.

5. Consultados e informados: O projeto é projetado e executado por adultos, mas os jovens são consultados e suas opiniões são levadas em consideração.

6. Iniciado por adultos, decisões compartilhadas com jovens: Adultos iniciam projetos, mas as decisões são compartilhadas com os jovens.

7. Iniciado e dirigido por jovens: Jovens iniciam e dirigem um projeto, com adultos em um papel de apoio.

8. Iniciado por jovens, com decisões compartilhadas com adultos: Jovens iniciam projetos e convidam adultos para compartilhar a tomada de decisões.

A Matriz de Participação de Clare Lardner, por outro lado, oferece uma abordagem mais multidimensional para avaliar a participação juvenil. Em vez de uma escada linear, Lardner propõe uma grade que considera seis dimensões diferentes da participação:

Figura 5 - Grade de participação juvenil de Clare Lardner

Iniciada por adultos		Iniciada por jovens
Adultos decidem a agenda		Jovens decidem a agenda
Adultos tomam as decisões		Jovens tomam as decisões
Adultos detém a maioria da informação		Jovens detém a maioria da informação
Depende de adultos para a implementação		Depende de jovens para a implementação
Replica ou é ligado à estruturas adultas		Estruturas informais e links
Adultos têm o poder Poder compartilhado Jovens têm o poder 		

Fonte: Participation Models A chase through the maze Citizens, Youth, Online

1. Iniciação de ideias: examina a origem das propostas e conceitos. Identifica quem efetivamente introduz novas ideias e inicia os projetos.
2. Definição da agenda: analisa quem determina as prioridades e o cronograma das discussões. Foca em quem controla os temas e a sequência dos debates.
3. Tomada de decisões: investiga quem detém a autoridade final nas escolhas. Busca compreender quem efetivamente aprova ou rejeita as propostas.

4. Informação: avalia a distribuição do conhecimento entre os participantes. Considera quem possui acesso aos dados necessários para decisões fundamentadas.
5. Implementação: examina quem gerencia e executa os projetos aprovados. Foca em quem controla a realização prática das iniciativas.
6. Estrutura: analisa a organização dos processos participativos. Verifica se os modelos adotados refletem “*padrões adultos*” ou são adaptados para os jovens.

Para cada dimensão, Lardner identifica um nível de poder, indo desde o controle total por adultos até o controle total por jovens, com níveis intermediários de compartilhamento de poder.

A matriz de Lardner permite uma avaliação mais detalhada e nuançada da participação juvenil, reconhecendo que diferentes aspectos de um projeto ou processo podem envolver diferentes níveis de participação juvenil. Por exemplo, em um determinado projeto, os jovens podem ter um alto grau de controle sobre a implementação, mas menos influência na definição inicial da agenda.

Ambos os modelos oferecem perspectivas valiosas para a compreensão e avaliação da participação juvenil. A escada de Hart é particularmente útil para identificar formas de não-participação e para destacar a importância de movimentar-se em direção a níveis mais altos de envolvimento juvenil. A matriz de Lardner, por sua vez, permite uma análise mais detalhada e multifacetada, reconhecendo que a participação pode variar em diferentes aspectos de um projeto ou processo.

Ao aplicar esses modelos à análise da criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude, podemos obter uma compreensão mais profunda e matizada do grau e da natureza da participação juvenil envolvida. Isso nos permite não apenas avaliar o nível geral de participação, mas também identificar áreas específicas onde o envolvimento dos jovens pode ser fortalecido ou ampliado.

É importante notar, no entanto, que embora esses modelos forneçam estruturas úteis para a análise, eles também têm suas limitações. Por exemplo,

ambos os modelos tendem a presumir uma dicotomia entre "jovens" e "adultos" que pode não capturar totalmente a complexidade das dinâmicas intergeracionais em muitos contextos. Além disso, eles podem não levar em conta adequadamente fatores contextuais como cultura, política e estruturas de poder existentes que podem influenciar significativamente as oportunidades e barreiras à participação juvenil.

Apesar dessas limitações, a Escada de Participação Juvenil de Hart e a Matriz de Participação de Lardner oferecem ferramentas valiosas para examinar criticamente o grau e a qualidade da participação juvenil na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude. Ao aplicar esses modelos, podemos não apenas avaliar o estado atual da participação juvenil neste contexto específico, mas também identificar oportunidades para fortalecer e aprofundar o envolvimento dos jovens em futuras iniciativas.

4.2. O papel dos diversos atores na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude

A criação do Escritório da Juventude da ONU é um exemplo notável de como múltiplos atores podem influenciar a formação de novas estruturas institucionais dentro do sistema das Nações Unidas. Uma análise mais aprofundada revela a complexidade e as faces deste processo, destacando o papel crucial de cada grupo de atores envolvidos.

4.2.1. Organizações Juvenis⁴:

As organizações juvenis desempenharam um papel fundamental como força motriz por trás da criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude. Como Ishaan Shah enfatizou em sua entrevista, estas organizações não apenas advogaram pela criação do escritório, mas também se engajaram ativamente na formulação do texto da resolução. Shah menciona que ele, junto com outros colegas, redigiu uma proposta de resolução para o Escritório da Juventude da ONU e a enviou para o Egito e Guiana, que eram os dois co-facilitadores do processo de

⁴ Ainda não há um consenso internacional sobre a definição do que são e as características de organizações juvenis, mas para esse estudo, consideram-se aquelas organizações que estão realizando incidência pela participação e outros direitos das juventudes. Sugere-se que seja realizado um estudo posterior com foco nos diversos modelos de organizações de juventudes.

criação do escritório. Este nível de envolvimento direto na elaboração de políticas é um testemunho do poder crescente das organizações da sociedade civil na governança global.

O lobby dessas organizações não se limitou apenas à redação inicial. Shah descreve um processo contínuo de engajamento: "estávamos fazendo o que fazemos na CSW⁵, entrando em contato diretamente com os Estados-membros, propondo linguagem, fazendo revisões dos rascunhos". Esta abordagem proativa e persistente demonstra como as organizações juvenis evoluíram de meros observadores para participantes ativos na formação de políticas internacionais.

4.2.2. Enviados Especiais da Juventude:

A função de Enviado Especial da Juventude do Secretário-Geral das Nações Unidas foi uma função criada pelo então SGNU Ban Ki-Moon em 2013. Segundo a ONU:

O Enviado Especial da Juventude tem a missão de ampliar o acesso dos jovens às Nações Unidas, defender uma maior participação da juventude no desenvolvimento, implementação e avaliação de marcos de desenvolvimento, aumentar a conscientização internacional sobre questões juvenis, envolver-se com os Estados-membros, o setor privado, instituições acadêmicas, a mídia e a sociedade civil para fomentar parcerias em temas relacionados à juventude, além de melhorar a coordenação e a harmonização dos programas juvenis em todas as agências da ONU. (Tradução do autor).

Nesse contexto, os Enviados Especiais da Juventude, Ahmad Alhendawi e Jayathma Wickramanayake, emergiram como figuras centrais na defesa da criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude. Eles não apenas pediram a criação deste escritório aos SGNU, mas também trabalharam incansavelmente para persuadir os Estados-membros e a própria ONU sobre sua necessidade e viabilidade.

Ahmad Alhendawi, em sua entrevista, destaca que o papel do Enviado da Juventude foi concebido como "uma espécie de teste da ideia de como a ONU

⁵ Comissão sobre a Situação da Mulher, CSW na sigla em inglês.

poderia acomodar questões da juventude". Este teste provou ser bem-sucedido, pavimentando o caminho para a eventual criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude. Jayathma Wickramanayake, por sua vez, liderou os esforços finais cruciais para a criação do escritório, como mencionado por Ishaan Shah: "a última interação dele foi liderada pela enviada da juventude Jayathma, com nossa equipe, com o apoio de outros".

4.2.3. Secretários-Gerais das Nações Unidas:

Como Ahmad Alhendawi explicou em sua entrevista, a ideia de criar um escritório dedicado à juventude na ONU não surgiu repentinamente, mas evoluiu ao longo de décadas. Esta perspectiva de longo prazo é crucial para entender o processo de mudança institucional nas organizações internacionais.

Ban Ki-moon, reconhecendo a necessidade de uma abordagem gradual, criou o cargo de Enviado da Juventude como um passo intermediário. Esta decisão demonstra uma compreensão sofisticada da dinâmica institucional da ONU, preparando o terreno para mudanças mais substanciais no futuro.

António Guterres, respondendo à pressão contínua dos movimentos juvenis, das organizações das juventudes⁶ e ao *advocacy* de Jayathma Wickramanayake, finalmente incluiu a proposta do Escritório das Nações Unidas para Juventude na versão final do documento "Nossa Agenda Comum". No entanto, como Ishaan Shah observa, essa inclusão ocorreu apenas em um dos últimos rascunhos do documento. Esta observação sugere que a decisão de criar o escritório foi o resultado de negociações intensas e de última hora, ressaltando mais uma vez a importância do *advocacy* persistente por parte dos atores juvenis.

4.2.4. Estados-membros:

Os Estados-membros da ONU desempenharam um papel multifacetado e, por vezes, contraditório no processo de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude. Por um lado, eles reconheceram a importância de um escritório

⁶ Entende-se que o movimento é algo mais orgânico e natural, composto por diversos indivíduos unidos por uma causa, como o movimento pelo combate às mudanças climáticas, movimentos feministas, de juventude, entre outros. Ao passo que organizações têm uma estrutura definida e atuam de maneira mais institucionalizada, sobretudo aquelas que possuem status consultivo no ECOSOC e, portanto, têm acesso às premissas das Nações Unidas.

dedicado às questões da juventude. Por outro, houve intensas negociações sobre o escopo, o alcance e as limitações deste novo órgão.

Ishaan Shah fornece uma perspectiva valiosa sobre essas dinâmicas complexas. Ele menciona que "havia certos Estados que estavam tentando fazer com que o Escritório da Juventude da ONU isolasse os jovens no sistema da ONU". Esta observação revela as tensões subjacentes ao processo de criação do escritório, com alguns Estados possivelmente vendo o novo órgão como uma forma de conter, em vez de amplificar, a influência dos jovens.

Além disso, as negociações sobre o mandato do escritório foram particularmente intensas. Bianca descreve que foi "uma grande luta no processo da Resolução, nas negociações que aconteceram aqui dentro para que os Estados-membros adotassem essa resolução do estabelecimento do escritório". Estas negociações refletem a compreensão dos Estados-membros de que estavam, de fato, concedendo poder a um novo ator nas relações internacionais.

A resistência e a cautela demonstradas por alguns Estados-membros podem ser interpretadas como um reconhecimento implícito do potencial impacto significativo que o Escritório das Nações Unidas para Juventude poderia ter. Ao mesmo tempo, o fato de que os Estados-membros acabaram por aprovar a criação do escritório, sem precisar de uma votação, apesar dessas preocupações, sugere um reconhecimento crescente da importância de envolver os jovens nos processos de governança global.

Em conclusão, a criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude é o resultado de um processo complexo e multifacetado, envolvendo uma variedade de atores com interesses e perspectivas diversas. Este processo ilustra as dinâmicas intrincadas da mudança institucional nas organizações internacionais, destacando o papel crescente dos atores não-estatais, a importância do *advocacy* persistente e de longo prazo, e os desafios de negociar mudanças significativas em um sistema multilateral estabelecido.

4.3. Análise da participação juvenil na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude

A criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude representa um marco significativo na institucionalização das questões juvenis no âmbito das Nações Unidas. Este processo oferece uma oportunidade única para examinar como a participação juvenil se manifesta em diferentes estágios de um processo de governança global. Para realizar esta análise, utilizaremos a Matriz de Participação de Claire Lardner, adaptada para uma escala numérica, e a Escada de Participação Juvenil de Roger Hart.

É importante notar que a Matriz de Participação original de Claire Lardner não utiliza uma escala numérica para sua análise. No entanto, para tornar este estudo ainda mais objetivo e quantificável, realizamos uma adaptação da matriz, introduzindo uma escala de 1 à 5, onde 1 é controle total dos adultos, 2 é controle predominantemente dos adultos, 3 é controle compartilhado entre adultos e jovens, 4 é controle predominantemente dos jovens e 5 é controle total dos jovens. Esta adaptação nos permite uma análise mais precisa e comparável das diferentes fases do processo de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude, mantendo a essência da abordagem multidimensional de Lardner.

4.3.1. Processo de idealização da proposta:

Na fase de idealização, que precede a inclusão formal do escritório no documento 'Nossa Agenda Comum', observamos um nível significativo de participação juvenil, utilizando análise da matriz de Lardner adaptada:

Figura 6 - Participação Juvenil no processo de idealização do Escritório da ONU para Juventude

Iniciada por adultos				■		Iniciada por jovens
Adultos decidem a agenda			■			Jovens decidem a agenda
Adultos tomam as decisões			■			Jovens tomam as decisões
Adultos detêm a maioria da informação			■			Jovens detêm a maioria da informação
Depende de adultos para a implementação		■				Depende de jovens para a implementação
Replica ou é ligado à estruturas adultas		■				Estruturas informais e links
<div style="display: flex; justify-content: space-around; font-size: small;"> Controle total dos adultos Controle predominante dos adultos Controle compartilhado entre adultos e jovens Controle predominante dos jovens Controle total dos jovens </div> <div style="text-align: center; margin-top: 5px;"> </div>						

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das entrevistas

No processo de idealização, podemos ver que o maior grau de participação juvenil, 4, está justamente no processo de iniciação das ideias. As organizações juvenis possuíam diversas demandas e ideias para o Sistema ONU, sendo uma delas a criação deste escritório. Esta análise é corroborada por Ishaan Shah, que afirma que *“o escritório é algo que os jovens, a sociedade civil e muitas pessoas vêm defendendo há décadas”*. Nesse momento, também é possível observar uma co-participação na decisão da agenda de discussões sobre o novo escritório, assim como tomada de decisões e compartilhamento de informações. Entretanto, a estrutura proposta para o novo escritório ainda replica estruturas tipicamente pensadas para adultos e depende de maneira substancial da força de trabalho da ONU para a implementação. Durante o processo de idealização da ONU Juventude, utilizando a Escada de Hart, esta fase pode ser classificada no, Degrau 8: "Iniciado por jovens, decisões compartilhadas com adultos". Isso se dá essencialmente pelo maior controle dos jovens sobre o início do processo (de idealização) e compartilhamento de responsabilidades com adultos nos demais pontos.

4.3.2. Processo de construção da proposta

Durante a fase de construção, que envolve a elaboração de uma proposta concreta do Escritório das Nações Unidas para Juventude, notamos uma ligeira

redução na participação juvenil em comparação com a fase de idealização, utilizando a matriz de Lardner.

Figura 7 - Participação Juvenil no processo de construção do Escritório da ONU para Juventude

Iniciada por adultos			■			Iniciada por jovens
Adultos decidem a agenda			■			Jovens decidem a agenda
Adultos tomam as decisões			■			Jovens tomam as decisões
Adultos detém a maioria da informação			■			Jovens detém a maioria da informação
Depende de adultos para a implementação			■			Depende de jovens para a implementação
Replica ou é ligado à estruturas adultas		■				Estruturas informais e links
<p style="text-align: center;"> Controle total dos adultos Controle predominante dos adultos Controle compartilhado entre adultos e jovens Controle predominante dos jovens Controle total dos jovens </p> <p style="text-align: center;">←—————→</p>						

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das entrevistas

Neste processo que define de fato qual será a proposta de mandato do escritório, sua atuação e limitações, a participação juvenil esteve na escala 3 da matriz controle compartilhado entre jovens e adultos. O cronograma do processo pode ser observado na figura abaixo:

Figura 8 - Cronograma do Processo de Consultas da Construção da ONU Juventude



Fonte: OSGEY / acervo pessoal do autor

O processo, como apontado por Ishaan anteriormente, foi liderado pelo OSGEY, que contou com pessoas jovens durante todo o processo, inclusive realizando consultas públicas abertas à organizações com status consultivo no ECOSOC, como a que ocorreu no dia 14 de julho de 2022, co-facilitadas pelos governos do Egito e Guiana. Entretanto, esse processo ainda replica estruturas tipicamente adultas e burocráticas, o que representa um impasse para a participação de diversas organizações de juventudes, sobretudo daquelas que não tem um status consultivo com o ECOSOC.

Na Escada de Hart, esta fase também se enquadra no Degrau 6: "Iniciado por adultos, decisões compartilhadas com jovens". Os jovens mantiveram um papel significativo, mas dentro de uma estrutura mais formalizada e controlada por adultos.

4.3.3. Processo de Negociação

Na fase final de negociação, onde é decidido a linguagem, termos específicos, limites e a proposta final que irá para a votação na AGNU, observamos uma redução ainda mais acentuada da participação juvenil, utilizando a matriz de Lardner adaptada:

Figura 9 - Participação Juvenil no processo de negociação do Escritório da ONU para Juventude

Iniciada por adultos			■			Iniciada por jovens
Adultos decidem a agenda		■				Jovens decidem a agenda
Adultos tomam as decisões		■				Jovens tomam as decisões
Adultos detém a maioria da informação			■			Jovens detém a maioria da informação
Depende de adultos para a implementação		■				Depende de jovens para a implementação
Replica ou é ligado à estruturas adultas		■				Estruturas informais e links
<p style="text-align: center;"> <small>Controle total dos adultos</small> <small>Controle predominante dos adultos</small> <small>Controle compartilhado entre adultos e jovens</small> <small>Controle predominante dos jovens</small> <small>Controle total dos jovens</small> </p> <p style="text-align: center;"> </p>						

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise das entrevistas

Essa etapa do processo é caracterizada pelo envolvimento intenso dos Estados-membros, para garantir que seus interesses sejam contemplados na resolução. Ishan e Bianca falam sobre negociações intensas e resistências por parte de alguns Estados, que alegavam que o processo estava se desenrolando rápido demais.

Não obstante, as organizações de juventude estavam presentes nesse processo, como destaca Ishaan: "Houve várias consultas informais e multissetoriais realizadas, o que foi muito bom para abrir o espaço. Mas, sim, essencialmente estávamos fazendo o que fazemos na CSW, entrando em contato diretamente com os Estados-membros, propondo linguagem, fazendo revisões dos rascunhos". Isto valida nossa análise de que os jovens ainda tinham um papel consultivo, mas o controle principal estava nas mãos dos adultos.

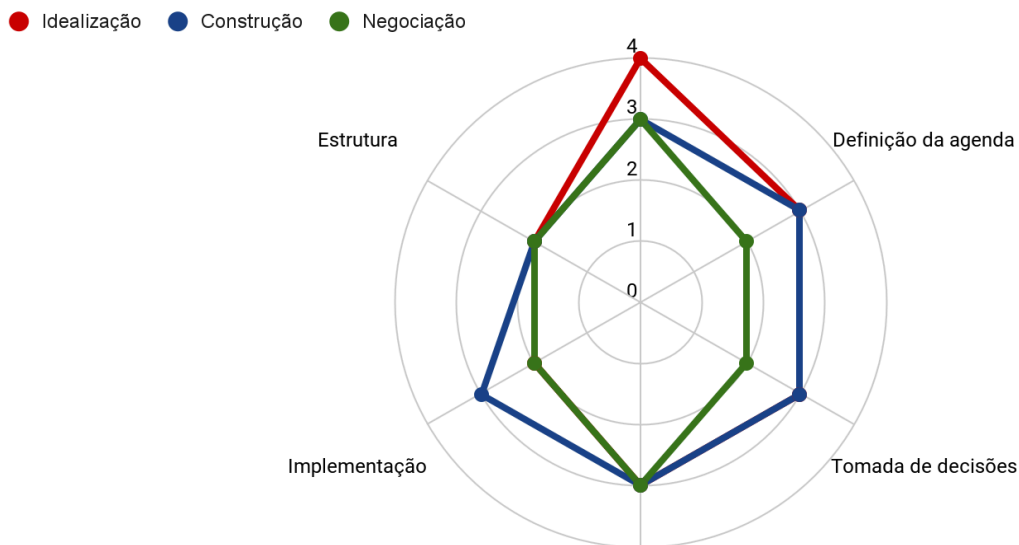
Bianca Herzog adiciona: "Foi uma grande luta no processo da Resolução, nas negociações que aconteceram aqui dentro para que os Estados-membros adotassem essa resolução do estabelecimento do escritório". Isso reforça a ideia de que a tomada de decisões e a definição da agenda estavam predominantemente nas mãos dos adultos nesta fase.

Na Escada de Hart, esta fase pode ser classificada no Degrau 5: "Consultados e informados". Durante as negociações, os jovens foram mantidos informados e suas opiniões foram consideradas, mas o controle principal do processo e das decisões estava nas mãos dos adultos, principalmente representantes dos Estados-membros e lideranças da ONU.

4.3.4 Análise comparativa

Esta análise revela uma trajetória de participação juvenil que começa forte nas fases iniciais de idealização, mantém-se relativamente estável durante a construção, mas diminui na fase final de negociação.

Figura 10 - Análise da Participação Juvenil no processo de criação do Escritório da ONU para Juventude (Claire Lardner)



Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise nos resultados da matriz de Claire Lardner adaptada

A análise gráfica da participação juvenil ao longo das três fases de criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude - idealização, construção e negociação - revela uma tendência decrescente no envolvimento dos jovens à medida que o processo avança.

Na fase de idealização (representada em vermelho), observamos níveis mais altos de participação juvenil, especialmente na iniciativa e na definição da agenda. Isso corrobora com a afirmação de Ishaan Shah de que a ideia do escritório da juventude foi algo que "os jovens, a sociedade civil e muitas pessoas vêm defendendo há muitos anos". Durante a fase de construção (em azul), notamos uma ligeira diminuição na participação juvenil em algumas áreas, como na iniciativa e na definição da agenda, embora se mantenha relativamente alta na tomada de decisões e na implementação. Na fase final de negociação (em verde), observamos uma redução mais acentuada da participação juvenil em quase todas as dimensões, exceto na estrutura, que permanece constante ao longo do processo.

É notável que a dimensão "estrutura" mantém-se constante e relativamente baixa em todas as fases, indicando que o controle sobre as estruturas institucionais permaneceu predominantemente nas mãos dos adultos ao longo de todo o processo.

Figura 11 - Análise da Participação Juvenil no processo de criação do Escritório da ONU para Juventude (Roger Hart)

	Degrau de Participação	Etapa de Criação do Escritório da ONU para Juventudes
Participação	8. Iniciado por jovens, com decisões compartilhadas com adultos:	1. Participação Juvenil no processo de idealização do Escritório da ONU para Juventudes
	7. Iniciado e dirigido por jovens:	
	6. Iniciado por adultos, decisões compartilhadas com jovens:	2. Participação Juvenil no processo de construção do Escritório da ONU para Juventudes
	5. Consultados e informados	3. Participação Juvenil no processo de negociação do Escritório da ONU para Juventudes
Não Participação	4. Atribuído mas informado	
	3. Participação/álibi	
	2. Decoração	
	1. Manipulação	



Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise nos resultados da escada de participação de Roger Hart

A figura demonstra claramente que o processo de criação do Escritório da ONU para Juventude começa com um alto nível de participação juvenil, mas essa participação diminui progressivamente à medida que o processo avança. No estágio inicial, correspondente à "idealização" do escritório, os jovens estão altamente envolvidos, com decisões sendo iniciadas por eles e compartilhadas com adultos (degrau 8). Esse cenário indica um forte protagonismo juvenil, onde as ideias e necessidades dos jovens são o ponto central do desenvolvimento da iniciativa. Conforme o processo avança para as etapas de "construção" e "negociação", a participação juvenil se torna menos decisiva. No estágio de construção, os adultos passam a ter um papel mais predominante, ainda que compartilhem decisões com os jovens (degrau 6). Já na negociação, os jovens são apenas consultados e informados sobre as decisões tomadas (degrau 5), demonstrando uma redução significativa de sua influência.

O quadro reforça a análise anterior de que, ao longo do tempo, a tomada de decisões migra dos jovens para os adultos, resultando em uma perda de protagonismo juvenil na fase final do processo. Apesar dessa diminuição na participação, é importante destacar que, em nenhum momento, os jovens estiveram

em um grau de não participação, o que representa um avanço significativo. Isso indica que os jovens sempre tiveram um papel legítimo, mesmo que reduzido com o avançar do processo de criação. Esse progresso é notável quando comparado à década de 1960, período em que as primeiras resoluções sobre juventude começaram a ser elaboradas. A evolução da participação juvenil reflete um avanço estrutural dentro da ONU, consolidado por cerca de 60 anos de amadurecimento institucional, demonstrando um compromisso maior com a inclusão e com a valorização da voz dos jovens na formulação de políticas que impactam diretamente suas vidas.

Esta análise das figuras 10 e 11 reforça a conclusão anterior de que, embora a participação juvenil tenha sido significativa, especialmente nas fases iniciais, há uma necessidade clara de desenvolver mecanismos que garantam uma influência mais consistente dos jovens ao longo de todo o processo, particularmente nas fases finais de negociação.

Um aspecto crucial a ser destacado é que, embora os jovens estejam consistentemente envolvidos em todo o processo, desde a idealização até a negociação final, eles raramente são os tomadores de decisão finais. A figura 10 ilustra claramente que, mesmo nas fases onde a participação juvenil é mais forte, como na idealização, os níveis de controle juvenil não são atingidos. Isso sugere que, enquanto as vozes dos jovens são cada vez mais ouvidas e consideradas, o poder de decisão final ainda permanece predominantemente nas mãos dos adultos, principalmente representantes dos Estados-membros e lideranças da ONU, ou seja, ainda não há uma participação juvenil plena nestes espaços, segundo os modelos de Roger Hart e Claire Lardner.

4.4 O ator principal na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude

A análise do processo de criação do Escritório da ONU para juventude revela uma complexa rede de interações entre diversos atores, cada um exercendo influência significativa em diferentes estágios do processo. É fundamental reconhecer que, em última instância, a decisão formal de estabelecer o Escritório da ONU para juventude recaiu sobre os Estados-membros das Nações Unidas, que

adotaram a resolução. No entanto, uma avaliação crítica das evidências apresentadas ao longo deste estudo, à luz da teoria do agente principal, sugere que o Secretário-Geral das Nações Unidas emerge como o ator principal neste processo, desempenhando um papel decisivo na influência e persuasão dos Estados-membros para alcançar este consenso.

A teoria do agente principal, conforme articulada por estudiosos como Darren G. Hawkins (2006), postula que em ambientes institucionais complexos, certos atores podem exercer uma influência desproporcional sobre os resultados, mesmo quando não detêm o poder formal de decisão final. No contexto da criação do Escritório da ONU para juventude, a hipótese levantada por este trabalho de conclusão de curso é que o Secretário-Geral seria este ator principal. Após realizadas as análises, é possível perceber que ele demonstra claramente as características de um ator principal, utilizando sua posição única, recursos institucionais e capacidade de definir a agenda para moldar o processo e seu resultado.

Primeiramente, é crucial reconhecer o poder de definição de agenda inerente ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Embora os jovens e as organizações juvenis tenham desempenhado um papel fundamental na concepção e defesa da ideia da ONU Juventude, foi a decisão do Secretário-Geral António Guterres de incluir a proposta na "Nossa Agenda Comum" que efetivamente colocou o tema na mesa de negociações dos Estados-membros, mesmo que de última hora.

A evolução institucional gradual que levou à criação do Escritório da ONU para juventude também ressalta o papel central do Secretário-Geral neste processo. O estabelecimento do cargo de Enviado Especial da Juventude por Ban Ki-moon pode ser interpretado como um passo intermediário crucial, preparando o terreno para a eventual criação do Escritório. A entrevista com Ahmad Alhendawi fornece percepções valiosas sobre este aspecto, descrevendo o papel do Enviado da Juventude como "uma espécie de teste da ideia de como a ONU poderia acomodar questões da juventude". Esta abordagem gradual demonstra uma compreensão sofisticada da dinâmica institucional da ONU e ilustra como os Secretários-Gerais sucessivos podem moldar a trajetória de mudanças institucionais significativas ao

longo do tempo, influenciando consistentemente a percepção e as prioridades dos Estados-membros.

A capacidade do Secretário-Geral de exercer influência sobre os Estados-membros é outro fator crucial que o posiciona como o ator principal neste processo. Enquanto os Estados-membros detinham o poder formal de decisão, foi a proposta inicial e a defesa contínua realizada pelo Secretário-Geral e pelos Enviados da Juventude que moldaram o processo de negociação. A autoridade moral e a capacidade de mediação inerentes ao cargo de Secretário-Geral foram instrumentais para superar as resistências e preocupações expressas por alguns Estados-membros, como evidenciado pelas tensões descritas por Shah nas entrevistas.

A visão de longo prazo necessária para sustentar um processo que se estendeu por mais de uma década, abrangendo os mandatos de dois Secretários-Gerais, é mais um indicador do papel central desempenhado por esta posição. A criação do Escritório da ONU para juventude não foi um evento isolado, mas o resultado de uma estratégia sustentada de integração das questões juvenis na estrutura da ONU.

Aqui é importante ressaltar que foi possível verificar a outra hipótese deste trabalho, que a criação do novo Escritório das Nações Unidas para Juventude seja uma construção anterior à sua inclusão no *'Nossa Agenda Comum'*. Conforme ressaltado por Ahmad: "você tem que voltar e olhar para 2011 com o ano internacional da Juventude para ver como todos esses eventos e o trabalho que eu fiz, o trabalho que Jayathma fez, e o trabalho que muitos outros fizeram, e como isso nos ajudou a chegar a este ponto".

No entanto, é crucial reconhecer que a eficácia do Secretário-Geral neste processo foi fortemente influenciada e moldada pela pressão constante e o trabalho incansável das organizações juvenis e dos Enviados Especiais da Juventude. A análise da participação juvenil nas diferentes fases do processo, conforme apresentada nos subcapítulos anteriores, revela um padrão interessante, que sugere uma dinâmica complexa onde as vozes e ideias dos jovens foram cruciais

para iniciar e moldar o conceito da ONU Juventude, mas o poder de decisão final permaneceu com os Estados-membros, com o Secretário-Geral desempenhando um papel crucial de intermediário e influenciador.

4.5 Considerações sobre o processo de construção do Escritório das Nações Unidas para Juventude

A diminuição da influência direta dos jovens nas fases finais do processo, particularmente durante as negociações entre os Estados-membros, como evidenciado pelas entrevistas e pela análise baseada na matriz de Lardner adaptada e escada de participação de Hart, não deve ser interpretada como uma falha, mas como um reflexo das realidades da governança global. O papel do Secretário-Geral como intermediário entre as demandas dos jovens e as preocupações dos Estados-membros foi crucial para navegar as complexidades políticas e institucionais inerentes à criação de uma nova estrutura dentro da ONU, culminando na adoção sem necessidade de votação da resolução pelos Estados-membros.

Esta dinâmica ressalta a importância de considerar a participação juvenil não apenas em termos de envolvimento direto na tomada de decisões pelos Estados-membros, mas também em termos de sua capacidade de influenciar e moldar a agenda através de canais indiretos, com os Enviados da Juventude e o Secretário-Geral atuando como amplificadores e tradutores dessas demandas para a linguagem e os processos da diplomacia internacional.

A conclusão de que o Secretário-Geral é o ator principal na criação do Escritório da ONU para Juventude, portanto, não diminui a importância crucial dos atores juvenis neste processo, nem o papel formal dos Estados-membros como tomadores de decisão finais. O Secretário-Geral, com seu poder institucional e capacidade de navegar as complexidades da política internacional, foi capaz de traduzir as demandas e visões articuladas pelos jovens em propostas concretas e persuadir os Estados-membros a adotarem a resolução que criou o Escritório da ONU para Juventude.

Esta conclusão tem implicações significativas para a compreensão dos processos de mudança institucional dentro das organizações internacionais, particularmente no que diz respeito à inclusão de grupos tradicionalmente marginalizados. Sugere um modelo de mudança que combina pressão externa constante, liderança institucional estratégica da liderança da ONU (Secretário-Geral e Enviados da Juventude), e a tomada de decisão formal pelos Estados-membros. Neste modelo, os atores externos (neste caso, as organizações juvenis) desempenham um papel crucial em articular demandas e manter a pressão por mudanças. O Secretário-Geral, como ator principal, utiliza sua posição única para amplificar essas demandas, mediar interesses divergentes e influenciar a agenda e as percepções dos Estados-membros. Por fim, os Estados-membros, embora detenham o poder formal de decisão, são significativamente influenciados por este processo de defesa e mediação liderado pelo Secretário-Geral.

Em conclusão, a criação do Escritório da ONU para juventude representa um caso fascinante de mudança institucional dentro do sistema das Nações Unidas, ilustrando de maneira vívida a teoria do agente principal.

5. Análise de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do Escritório das Nações Unidas para Juventude

O estabelecimento deste Escritório constitui um marco crucial na evolução da governança global, bem como na institucionalização da participação juvenil nos processos de tomada de decisão no Sistema ONU. O presente estudo adota a metodologia de Análise SWOT (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) para avaliar as perspectivas desse novo órgão, fundamentando-se em entrevistas detalhadas com atores-chave envolvidos em sua criação e implementação, bem como nas análises desenvolvidas nos capítulos anteriores.

5.1 Forças

5.1.1 Financiamento Estável e Dedicado:

Um dos aspectos mais notáveis e potencialmente transformadores do novo Escritório é a alocação de financiamento estável proveniente do orçamento regular das Nações Unidas. Este arranjo financeiro representa uma mudança paradigmática na abordagem institucional às questões relativas à juventude dentro do sistema da ONU. Bianca Herzog elucida: "A realidade do escritório da Enviada Especial é que a gente ganhava zero dólares da ONU⁷ para fazer o trabalho [*programático*] que a gente fazia. [...] E agora, com o novo escritório da juventude, isso muda."

Esta estabilidade financeira tem implicações profundas para a capacidade operacional e a sustentabilidade das iniciativas juvenis na ONU, permitindo planejamento de longo prazo, maior independência operacional, foco no mandato, estabilidade de pessoal e credibilidade aumentada.

5.1.2 Mandato Oficial concedido pelos Estados-Membros

O mandato oficial conferido pelos Estados-membros da ONU representa outra força significativa do Escritório, que deixa de ser apenas parte da burocracia do secretariado, conferindo-lhe legitimidade institucional e sustentabilidade a longo

⁷ Bianca refere-se ao orçamento para realização de atividades programáticas com as juventudes. Existia um orçamento para o OSGEY, mas que estava dedicado ao pagamento de pessoal, missões oficiais e outros gastos administrativos.

prazo. As implicações deste mandato oficial incluem maior legitimidade institucional, continuidade além de mudanças na liderança da ONU, uma base sólida para advocacy, e potencial para expansão futura. A teoria de Barnett e Finnemore (2004) sobre a autoridade das organizações internacionais é particularmente relevante aqui, sugerindo que o Escritório da Juventude pode construir sua própria autoridade moral e especializada no campo das questões relativas à juventude e ganhando autoridade por meio de conhecimento especializado no assunto.

5.1.3 Abordagem Transversal

A natureza transversal do mandato do Escritório da Juventude permite abordar questões juvenis de maneira holística e integrada aos três pilares fundamentais da ONU: paz e segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Bianca Herzog enfatiza: "Foi uma parte muito importante da negociação para que esse escritório fosse um escritório transversal." Esta característica transversal tem várias implicações positivas, incluindo uma abordagem holística às questões juvenis, maior alcance dentro do sistema da ONU, facilitação da coordenação interagencial, e maior potencial para inovação.

5.1.4 Continuidade e Experiência Acumulada

O Escritório beneficia-se da experiência acumulada e das redes estabelecidas pelo anterior Escritório do Enviado Especial para Juventude do Secretário-Geral. Ahmad Alhendawi reflete: "Acho que você pode pensar nisso como Ban Ki-Moon iniciou o escritório do enviado. E com 10 anos de maturidade, Guterres levou esse escritório a se tornar isso, porque você testou o conceito." Esta continuidade institucional proporciona conhecimento institucional, relações pré-existentes com atores-chave, capacidade de evitar armadilhas e replicar sucessos, e uma evolução estratégica baseada em evidências.

5.2 Fraquezas

5.2.1 Risco de Burocratização Excessiva

Uma preocupação significativa é o potencial de burocratização excessiva do Escritório, que poderia comprometer sua agilidade e caráter disruptivo. Ahmad Alhendawi articula: "Seria engraçado te dizer que minha maior preocupação sobre o escritório é ele se tornar um escritório. Essa é a maior preocupação porque uma das características ou a característica mais importante do papel do enviado da juventude é que *[o cargo]* era disruptivo por natureza."

Esta potencial fraqueza pode resultar em perda de agilidade, diminuição do potencial inovador, distanciamento das bases juvenis, e risco de inércia institucional. Weiss (2016) descreve essa espécie de "*paradoxo da institucionalização*" como uma das limitações das organizações internacionais, onde a burocratização pode levar à perda de flexibilidade e capacidade de gestão.

5.2.2 Limitações Potenciais do Mandato

Embora o mandato oficial seja uma força, também pode se tornar uma fraqueza se interpretado de maneira restritiva. Bianca Herzog comenta:

"Agora com esse novo mandato os Estados-membros estão um pouco mais ligados ao escritório, né. [...] Então, claro que aí os Estados Unidos ficam um pouco mais envolvidos e tem alguns temas que talvez sejam um pouco delicados para alguns Estados-membros, que antigamente eram áreas que o escritório tinha mais liberdade para lidar."

As implicações incluem possíveis restrições temáticas, constrangimentos políticos, burocracia adicional, e risco de politização. Uma vez que este escritório se insere formalmente no organograma das Nações Unidas, os Estados-membros têm um controle muito maior sobre o escritório, que limita a participação geralmente irreverente e desafiante do status-quo da juventude.

5.2.3 Desafios de Implementação no Nível Nacional

O Escritório enfrenta desafios na implementação efetiva de suas iniciativas no nível nacional, dada sua estrutura centralizada. Bianca Herzog afirma: "Então, basicamente, o que vai acontecer com esse escritório é que vai ser um escritório que não vai ter sub-escritórios nos Estados-Membros. Então, os Sub-escritórios do Escritório da Juventude vão ser os UN Country Teams." Esta configuração pode resultar em variabilidade na implementação, distância das realidades locais, complexidade de coordenação, e limitações de capacidade. Weiss (2016) discute como a fragmentação do sistema da ONU pode levar a ineficiências e inconsistências na implementação de programas no nível nacional.

5.2.4 Potencial Desconexão com Jovens de Base

A posição do Escritório no alto escalão da ONU apresenta o risco de desconexão com as realidades e necessidades dos jovens de base. Ishaan Shah enfatiza: "Era muito importante para nós que quando sugeríamos linguagem e fazíamos revisões da resolução preliminar, quando o rascunho saía, que estivéssemos entrando em contato com o maior número possível de jovens que realmente estão trabalhando no campo." Esta potencial fraqueza pode resultar em representatividade limitada, déficit de legitimidade, inadequação de políticas, e barreiras de comunicação. Loader et al. (2014) discutem a importância de entender as novas formas de engajamento político dos jovens na era digital, um desafio que o Escritório precisará enfrentar.

5.3 Oportunidades

5.3.1 Ampliação do Engajamento Juvenil Significativo

Uma das principais oportunidades para o Escritório é liderar a expansão do engajamento juvenil significativo em todos os níveis do sistema das Nações Unidas, conforme destacou Bianca Herzog em sua entrevista. Esta oportunidade inclui o estabelecimento de padrões globais para engajamento juvenil, inovação em mecanismos de participação, e desenvolvimento de programas de capacitação. Para aproveitar plenamente essa oportunidade, o Escritório precisará navegar pelos

desafios de engajar efetivamente os jovens na era digital, como discutido por Loader et al. (2014). Isso envolve compreender e incorporar as novas formas de participação política e cívica que emergem através das mídias sociais e outras tecnologias digitais. Ao fazê-lo, o Escritório pode ajudar a garantir que as estruturas de engajamento da ONU evoluam para refletir as realidades da juventude contemporânea, aumentando assim a relevância e o impacto de suas iniciativas voltadas para os jovens. Loader et al. (2014) enfatizam a importância de adaptar-se às novas formas de participação política juvenil na era digital.

5.3.2 Fortalecimento da Coordenação Interagencial:

O posicionamento único do Escritório oferece uma oportunidade significativa para fortalecer a coordenação entre as várias agências da ONU em questões relacionadas à juventude. Bianca Herzog articula claramente essa visão: "É muito importante que todas as entidades continuem trabalhando, avançando os direitos dos jovens nas suas áreas específicas." Esta oportunidade pode resultar em uma abordagem mais holística às questões juvenis, maior eficiência de recursos, e amplificação do impacto das iniciativas individuais de agências.

Ao assumir um papel de liderança na coordenação interagencial, o Escritório pode facilitar uma sinergia mais forte entre os diversos programas e iniciativas voltados para a juventude em todo o sistema da ONU. Isso pode envolver a criação de plataformas de compartilhamento de conhecimento, a organização de reuniões regulares de coordenação, e o desenvolvimento de estratégias conjuntas que aproveitem as forças únicas de cada agência.

Além disso, uma coordenação aprimorada pode ajudar a identificar e preencher lacunas nos serviços e programas existentes, garantindo uma cobertura mais abrangente das necessidades e aspirações dos jovens em todo o mundo. Isso pode aumentar a influência da ONU em políticas e práticas relacionadas à juventude em nível nacional e internacional.

5.3.3. Inovação em Participação Digital

A era digital oferece oportunidades sem precedentes para inovação em participação juvenil. Bianca Herzog observa: "Acho que estamos testemunhando a transição para a Geração Z agora. [...] E entender como eles se importam com o mundo porque esta é a geração mais jovem que se importa profundamente." Esta oportunidade inclui o desenvolvimento de plataformas de engajamento digital, democratização da participação, e experimentação com novas formas de democracia digital. Loader et al. (2014) fornecem uma base teórica para entender como as novas tecnologias digitais estão transformando o engajamento político juvenil.

O Escritório tem a oportunidade de liderar a adoção dessas inovações dentro do sistema da ONU, criando canais de participação que ressoem com as preferências e hábitos da Geração Z. Isso pode envolver o uso de mídias sociais, aplicativos móveis, realidade virtual e outras tecnologias emergentes para facilitar o diálogo, a consulta e a colaboração com jovens em escala global. Além disso, essas ferramentas digitais podem ser utilizadas para aumentar a transparência e a prestação de contas das iniciativas da ONU voltadas para a juventude, fortalecendo assim a confiança e o engajamento dos jovens com a organização.

Ao abraçar essas tecnologias, o Escritório pode não apenas alcançar um público mais amplo de jovens, mas também envolvê-los de maneiras mais significativas e interativas. Por exemplo, utilizando gamificação para educar e mobilizar jovens em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa abordagem inovadora pode ajudar a transformar a forma como a ONU interage com a juventude, passando de um modelo de comunicação unidirecional para um verdadeiro diálogo bidirecional e colaboração.

5.4 Ameaças

5.4.1 Risco de Isolamento das Questões Juvenis

Outra ameaça é o potencial isolamento das questões juvenis dentro do Escritório. Bianca Herzog expressa claramente essa preocupação: "Um risco que

possa acontecer é que agora os Estados membros ou as entidades elas meio que digam que a responsabilidade de trabalhar com juventude não é delas e só do escritório da juventude e meio que digam que: sabe, agora a gente não precisa mais fazer isso." Esta ameaça pode resultar em fragmentação de esforços, perda de expertise setorial, e marginalização das questões juvenis em outros fóruns da ONU. Além disso, essa compartimentalização pode limitar a capacidade da ONU de abordar eficazmente questões intersetoriais que afetam os jovens. Para mitigar essa ameaça, o Escritório precisará trabalhar ativamente para manter e fortalecer parcerias com outras entidades da ONU, enfatizando a natureza transversal das questões juvenis e a importância de uma abordagem integrada em todo o sistema.

5.4.2 Pressão Política dos Estados-Membros

O Escritório pode enfrentar pressões políticas significativas dos Estados-membros. Ishaan Shah alerta: "Há um perigo muito real de que, quando o escritório for estabelecido, os Estados-membros tentem limitar o impacto da sociedade civil, limitar o impacto dos jovens." Esse tipo de interferência por parte dos Estados-membros é preocupante, pois pode influenciar negativamente o papel transformador que o Escritório deve desempenhar, especialmente em questões relacionadas à juventude e à sociedade civil.

Essa ameaça não apenas pode minar a independência do Escritório, mas também pode levar a uma agenda seletiva, onde apenas certos temas ou grupos de interesse seriam priorizados, de acordo com os interesses políticos de determinados Estados. Zürn (2018) discute as tensões inerentes entre a autoridade das organizações internacionais e a soberania dos estados. Essa tensão pode enfraquecer a credibilidade da instituição, erodindo sua legitimidade aos olhos da sociedade civil.

5.4.3 Rápida Mudança nas Prioridades Juvenis

As demandas e necessidades dos jovens evoluem e transformam-se constantemente. Assim, há o risco de que o Escritório não consiga acompanhar essas mudanças de maneira ágil e eficaz. Ahmad Alhendawi reflete: "Acho que estamos testemunhando a transição para a Geração Z agora. Acho que é muito

importante quando pensamos sobre o escritório que também fala das tendências e aspirações". Loader et al. (2014) destacam que o engajamento político juvenil na era digital é particularmente dinâmico e está em rápida evolução. Isso requer que instituições como o Escritório se mantenham flexíveis e inovadoras para responder de forma adequada às mudanças. Essa falta de adaptação pode resultar em uma obsolescência programática, perda de relevância e dificuldades significativas na comunicação com as juventudes.

5.5 Avaliação Final das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

A análise SWOT do Escritório das Nações Unidas para Juventude revela um quadro complexo de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. O Escritório possui forças significativas, incluindo um financiamento estável, um mandato oficial e uma abordagem transversal, que o posicionam de maneira única para influenciar positivamente a participação juvenil no sistema da ONU e além. No entanto, ele também enfrenta desafios consideráveis, incluindo o risco de burocratização excessiva e potenciais limitações de mandato.

As oportunidades para o Escritório são substanciais, particularmente em áreas como a ampliação do engajamento juvenil significativo e o fortalecimento da coordenação interagencial. A era digital também oferece oportunidades sem precedentes para inovação em participação juvenil. No entanto, as ameaças, incluindo pressões políticas dos Estados-membros e o risco de desconexão com as rápidas mudanças nas prioridades juvenis, não podem ser subestimadas.

O sucesso futuro do Escritório dependerá crucialmente de sua capacidade de capitalizar suas forças e oportunidades enquanto mitiga suas fraquezas e navega habilmente pelas ameaças externas. Isso exigirá uma liderança ágil, uma abordagem estratégica flexível e um compromisso contínuo com o engajamento autêntico com jovens de diversas origens.

Como Weiss (2016) argumenta, a eficácia das iniciativas da ONU muitas vezes depende de sua capacidade de adaptar-se a um ambiente global em rápida mudança enquanto mantém um foco claro em seus objetivos centrais. O Escritório da Juventude terá que equilibrar a necessidade de institucionalização e estabilidade

com a flexibilidade necessária para permanecer relevante e responsivo às necessidades em evolução dos jovens globalmente.

Barnett e Finnemore (2004) oferecem reflexões valiosas sobre como as organizações internacionais podem usar sua autoridade e expertise para influenciar agendas globais e moldar comportamentos. O Escritório da Juventude tem o potencial de se tornar um ator influente na governança global, não apenas em questões especificamente relacionadas à juventude, mas também em áreas mais amplas de política global onde as vozes e perspectivas dos jovens são cruciais.

Loader et al. (2014) nos lembram da natureza dinâmica e em rápida evolução do engajamento político juvenil na era digital. O Escritório da Juventude terá que permanecer na vanguarda dessas mudanças, constantemente inovando em suas abordagens de engajamento e participação.

Por fim, como Zürn (2018) argumenta, a governança global está se tornando cada vez mais contestada e complexa. O Escritório da Juventude terá que navegar habilmente neste ambiente em evolução, buscando legitimar-se não apenas aos olhos dos Estados-membros da ONU, mas também, crucialmente, aos olhos dos próprios jovens que pretende servir e representar.

Em última análise, o Escritório das Nações Unidas para Juventude representa um passo significativo na institucionalização da participação juvenil na governança global. Seu desenvolvimento e impacto nos próximos anos serão de grande interesse para estudiosos de Relações Internacionais, políticas de juventude e governança global. O sucesso do Escritório poderá não apenas transformar a maneira como as vozes dos jovens são ouvidas e consideradas nos processos globais de tomada de decisão, mas também potencialmente servir como um modelo para uma governança global mais inclusiva.

Considerações Finais

Este trabalho de conclusão de curso se propôs a analisar o processo de institucionalização da agenda de juventudes no sistema das Nações Unidas, com foco especial na criação do novo Escritório das Nações Unidas para Juventude em 2022. Através de uma abordagem metodológica multifacetada, combinando métodos qualitativos e quantitativos, buscou-se examinar criticamente a evolução das resoluções da AGNU sobre juventudes e a participação juvenil na construção da ONU Juventude, bem como avaliar os desafios e oportunidades enfrentados pelo novo Escritório.

A análise da caracterização das juventudes no capítulo um revelou a complexidade e dinamismo inerentes ao conceito de juventude. Ficou evidente que não existe uma definição universal ou consenso global sobre o que constitui "ser jovem". Esta fluidez conceitual reflete as diversas realidades sociais, econômicas e culturais em que os jovens estão inseridos globalmente. A variação nas definições etárias adotadas por diferentes organizações internacionais - desde a faixa de 15-24 anos utilizada pelo Secretariado da ONU até a faixa mais ampla de 15-35 anos adotada pela União Africana - ilustra claramente esta diversidade de perspectivas.

Esta complexidade na definição de juventude apresenta tanto desafios quanto oportunidades para a formulação de políticas globais. Por um lado, a falta de uma definição unificada pode levar a inconsistências na implementação de programas e políticas voltados para os jovens em diferentes contextos. Por outro lado, essa flexibilidade permite uma abordagem mais adaptativa e contextualizada, reconhecendo que as experiências e necessidades dos jovens podem variar significativamente entre diferentes regiões e culturas.

A evolução da agenda de juventudes dentro do sistema ONU, analisada no capítulo três, revela uma trajetória que reflete mudanças mais amplas nas percepções globais sobre o papel dos jovens na sociedade. A análise cronológica das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre juventude desde a década de 1960 até o presente oferece uma perspectiva valiosa sobre como o sistema ONU tem abordado as questões juvenis ao longo do tempo.

É notável observar como o foco e a complexidade dessas resoluções evoluíram. Na década de 1960, as resoluções eram predominantemente focadas em educação e promoção da paz, refletindo as preocupações globais da época. Havia uma tendência a ver os jovens mais como receptores passivos de políticas do que como agentes ativos de mudança. No entanto, à medida que avançamos para as décadas subsequentes, observamos uma diversificação significativa dos temas abordados e uma mudança gradual na percepção do papel dos jovens.

A década de 1970 viu um aumento substancial no número de resoluções relacionadas à juventude, abordando uma gama mais ampla de temas, incluindo emprego, desenvolvimento social e participação política. Este período coincidiu com movimentos juvenis globais significativos e refletiu um reconhecimento crescente da importância das vozes e perspectivas dos jovens.

A década de 1980 marcou um ponto de inflexão importante com a celebração do Ano Internacional da Juventude em 1985. Este evento catalisou uma atenção sem precedentes para as questões relativas à juventude e levou a um aumento significativo no número e na complexidade das resoluções relacionadas ao tema. Foi durante este período que começamos a ver uma mudança mais robusta em direção a uma abordagem baseada em direitos das juventudes.

A década de 1990, embora tenha visto uma redução no número de resoluções, foi marcada por uma consolidação estratégica importante. A adoção do Programa Mundial de Ação para a Juventude (WPAY) em 1995 representou um marco significativo, fornecendo um quadro abrangente para ação nacional e internacional em prol dos jovens. Este documento refletiu uma compreensão mais sofisticada e holística das necessidades e potencialidades dos jovens.

As décadas de 2000 e 2010 viram uma evolução contínua na abordagem da ONU à pauta. Houve um reconhecimento crescente dos jovens não apenas como beneficiários de políticas, mas como parceiros ativos no desenvolvimento e implementação de iniciativas. A criação do cargo de Enviado do Secretário-Geral da ONU para a Juventude em 2013 e, mais recentemente, o estabelecimento do

Escritório das Nações Unidas para Juventude em 2022, representam marcos importantes nesta trajetória de institucionalização da agenda de juventudes.

Esta evolução histórica da agenda de juventude na ONU reflete mudanças mais amplas nas dinâmicas globais e nas percepções sociais sobre o papel dos jovens. Passamos de uma abordagem predominantemente paternalista nas décadas iniciais para um reconhecimento crescente dos jovens como atores cruciais na governança global e no desenvolvimento sustentável. Esta mudança de paradigma tem implicações profundas para como as políticas globais são formuladas e implementadas.

No entanto, é importante notar que, apesar destes avanços significativos, ainda existem desafios consideráveis para uma participação juvenil plena nos processos de tomada de decisão global. A análise da participação juvenil na criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude, apresentada no capítulo quatro, oferece uma reflexão importante sobre estes desafios e oportunidades.

A aplicação da matriz de participação de Claire Lardner e da escada de participação juvenil de Roger Hart revelou padrões interessantes na participação juvenil ao longo do processo de criação do Escritório. Observou-se um alto nível de envolvimento juvenil nas fases iniciais de idealização e construção, que gradualmente diminuiu nas etapas finais de negociação e tomada de decisão. Este padrão reflete as complexidades inerentes à integração de vozes juvenis em estruturas institucionais estabelecidas.

Na fase de idealização, os jovens desempenharam um papel crucial na concepção e defesa da ideia do Escritório. As organizações juvenis e os Enviados Especiais para a Juventude foram particularmente ativos nesta fase, utilizando sua experiência e redes para advogar pela criação de uma estrutura dedicada à juventude dentro do Organograma formal da ONU. Esta fase pode ser classificada no nível mais alto da Escada de Hart, indicando um alto grau de iniciativa e liderança juvenil. Durante a fase de construção, embora ainda houvesse um envolvimento significativo dos jovens, começou-se a observar uma transição para uma dinâmica mais compartilhada entre jovens e adultos. Isso reflete os desafios de

traduzir ideias em propostas concretas dentro do contexto institucional da ONU. Já na fase final de negociação, observou-se uma redução mais acentuada na participação direta dos jovens. As negociações finais foram conduzidas principalmente pelos Estados-membros e pelas lideranças da ONU, com os jovens desempenhando um papel predominantemente consultivo. Esta fase ilustra os desafios de manter uma participação juvenil significativa nas etapas finais de processos de tomada de decisão institucional. Por um lado, o alto nível de envolvimento juvenil nas fases iniciais demonstra um reconhecimento crescente da importância das perspectivas e experiências dos jovens. Entretanto, a diminuição da participação direta nas fases finais de negociação sugere que ainda existem barreiras significativas à plena integração dos jovens nos processos de tomada de decisão de alto nível.

A análise SWOT do Escritório das Nações Unidas para Juventude, apresentada no capítulo cinco, oferece uma perspectiva equilibrada sobre os potenciais e desafios desta nova estrutura institucional. As forças identificadas, como o financiamento estável e o mandato oficial conferido pelos Estados-membros, posicionam o Escritório de maneira única para influenciar positivamente a participação juvenil no sistema da ONU e além. A abordagem transversal do Escritório, abrangendo os pilares de paz e segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, oferece um potencial significativo para uma abordagem holística das questões juvenis.

No entanto, as fraquezas e ameaças identificadas não podem ser subestimadas. O risco de burocratização excessiva, as potenciais limitações do mandato e os desafios de implementação no nível nacional são preocupações significativas que precisarão ser cuidadosamente gerenciadas. A possibilidade de desconexão com os jovens de base e o risco de isolamento das questões juvenis dentro do Escritório são ameaças que, se não forem adequadamente abordadas, podem comprometer a eficácia e a legitimidade do Escritório a longo prazo.

As oportunidades identificadas, como a ampliação do engajamento juvenil significativo e o fortalecimento da coordenação interagencial oferecem caminhos promissores para o impacto positivo do Escritório. A era digital também apresenta

oportunidades sem precedentes para inovação em participação juvenil, que o Escritório está bem posicionado para realizar.

Refletindo sobre todo o processo de institucionalização da agenda de juventudes no sistema ONU, desde as primeiras resoluções da AGNU na década de 1960 até a criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude em 2022, podemos identificar várias tendências e implicações importantes.

A evolução da percepção dos jovens no cenário internacional tem sido notável. Passamos de uma visão predominantemente paternalista, que os considerava beneficiários passivos de políticas, para um reconhecimento crescente de seu papel como agentes ativos de mudança e parceiros cruciais no desenvolvimento e na governança global. Paralelamente, a agenda de juventudes na ONU expandiu-se consideravelmente, abrangendo uma gama cada vez mais ampla de questões e refletindo uma compreensão mais holística e multifacetada das experiências e necessidades dos jovens em diferentes contextos globais.

A criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude representa o ponto culminante de um longo processo de institucionalização da agenda de juventudes, refletindo um compromisso crescente do Sistema ONU com a integração das perspectivas juvenis nos processos de governança global. No entanto, apesar dos avanços significativos, persistem desafios para uma plena participação juvenil, especialmente nas fases finais de tomada de decisão. Isso aponta para a necessidade de continuar desenvolvendo mecanismos e estruturas que permitam uma influência mais direta e substancial dos jovens nesses processos.

A criação do Escritório também traz à tona tensões inerentes entre a necessidade de institucionalização para garantir estabilidade e continuidade, e a importância de manter a flexibilidade e o caráter inovador que muitas vezes caracterizam as iniciativas lideradas por jovens. A natureza transversal do mandato do Escritório reflete um reconhecimento crescente de que as questões juvenis não podem ser tratadas isoladamente, mas estão intrinsecamente ligadas a uma ampla gama de desafios globais.

A análise SWOT destaca os desafios significativos na implementação efetiva de iniciativas globais no nível nacional e local, apontando para a necessidade de estratégias cuidadosamente elaboradas para garantir impactos tangíveis nas vidas dos jovens em diferentes contextos. Ao mesmo tempo, as oportunidades apresentadas pela era digital para inovação em participação juvenil emergem como um tema recorrente, com o potencial de democratizar e amplificar as vozes dos jovens no cenário global.

O Escritório da Juventude enfrentará o desafio contínuo de equilibrar a representação global com a sensibilidade às realidades locais, garantindo que suas iniciativas reflitam a diversidade das experiências juvenis em todo o mundo. Por fim, a trajetória da agenda de juventudes na ONU reflete uma evolução no entendimento de participação juvenil, movendo-se em direção a modelos mais colaborativos e intergeracionais que reconhecem os jovens como parceiros efetivos e inovadores nos processos de tomada de decisão.

Olhando para o futuro, várias recomendações emergem desta análise para fortalecer ainda mais a participação significativa dos jovens dentro do Sistema ONU, especialmente no contexto do novo Escritório das Nações Unidas para Juventude:

1. A definição de metas mensuráveis para o envolvimento juvenil é essencial para o progresso efetivo. Os Estados-membros devem ser incentivados a estabelecer objetivos claros e quantificáveis para a participação dos jovens em processos decisórios. Um sistema de monitoramento e avaliação robusto deve ser implementado para acompanhar o cumprimento dessas metas. Nos casos em que os Estados-membros não atinjam os objetivos estabelecidos, mecanismos de responsabilização devem ser acionados, incluindo relatórios públicos de progresso e a elaboração conjunta de planos de ação corretiva.

2. A criação de um grupo diversificado de assessores juvenis é fundamental para integrar perspectivas locais nos processos de incidência global. Este grupo deve ser composto por jovens de diferentes regiões, contextos socioeconômicos e áreas de especialização. Seu papel seria fornecer reflexões contínuas sobre as realidades locais, contribuindo para a formulação de políticas e

programas mais eficazes e relevantes. A rotatividade periódica dos membros deste grupo também deve ser assegurada para manter a diversidade de perspectivas.

3. O financiamento adequado e acessível para lideranças jovens e organizações juvenis é uma necessidade urgente e incontestável. É imperativo simplificar os processos de transferência de recursos, eliminando os entraves burocráticos que frequentemente impedem o acesso aos fundos disponíveis. Muitas organizações lideradas por jovens não conseguem cumprir os requisitos formais exigidos atualmente, nem possuem a capacidade técnica necessária para elaborar propostas complexas de captação de recursos. Portanto, é crucial criar mecanismos de financiamento direto com critérios de elegibilidade mais flexíveis e processos de candidatura simplificados. A desburocratização deve ser uma prioridade, permitindo que os recursos cheguem de forma mais ágil e eficiente às mãos daqueles que estão na linha de frente das iniciativas juvenis.

4. A continuidade do trabalho de *advocacy* dentro do sistema ONU, anteriormente conduzido pelo OSGEY, precisa continuar sendo prioridade para manter a juventude como uma prioridade transversal. É necessário estabelecer um mecanismo formal de coordenação interagencial focado em juventude. Este mecanismo deve promover a integração sistemática de perspectivas jovens em todas as áreas de trabalho da ONU, realizando revisões periódicas das políticas e programas para garantir que o tema não seja negligenciado.

5. A inovação na utilização de mídias digitais para engajar os jovens é um imperativo para manter a relevância dos trabalhos que serão realizados. As plataformas tradicionais de participação devem ser adaptadas, complementadas ou substituídas por abordagens digitais mais dinâmicas e interativas. Isso pode incluir o desenvolvimento de aplicativos móveis para consultas em tempo real, o uso de redes sociais para diálogos estruturados, e a implementação de tecnologias emergentes como realidade virtual para simulações de processos decisórios. É crucial, no entanto, que essas iniciativas digitais sejam acompanhadas por medidas para garantir a inclusão digital e a proteção da privacidade dos jovens participantes.

Em conclusão, a criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude representa um marco significativo na evolução da agenda de juventudes no sistema ONU. Ela reflete um reconhecimento crescente da importância crucial das vozes e

perspectivas dos jovens na abordagem dos desafios globais complexos que enfrentamos.

O sucesso do Escritório dependerá de sua capacidade de navegar habilmente pelas complexidades da governança global, mantendo-se ao mesmo tempo profundamente conectado e responsivo às realidades e aspirações diversas dos jovens em diferentes contextos. Isso exigirá uma abordagem equilibrada que combine a estabilidade institucional necessária para operar efetivamente dentro do sistema da ONU com a agilidade e inovação necessárias para responder a um mundo em rápida mudança.

A jornada da institucionalização da agenda de juventudes no sistema ONU, desde as primeiras resoluções da AGNU na década de 1960 até a criação do Escritório em 2022, oferece lições valiosas sobre os desafios e oportunidades de integrar vozes tradicionalmente marginalizadas nos processos de governança global. Esta experiência tem o potencial de informar esforços mais amplos para tornar as estruturas de governança global mais inclusivas, representativas e responsivas às necessidades de diversos grupos da sociedade.

Olhando para o futuro, o Escritório das Nações Unidas para Juventude tem o potencial de desempenhar um papel transformador não apenas na promoção dos direitos e interesses dos jovens, mas também na reconfiguração da forma como a governança na ONU é conduzida. Ao demonstrar o valor da participação significativa dos jovens, o Escritório pode estabelecer novos paradigmas de engajamento e colaboração que poderiam ser aplicados mais amplamente para outros segmentos populacionais.

No entanto, é crucial reconhecer que o estabelecimento do Escritório não é um ponto final, mas sim o início de uma nova fase na evolução da agenda de juventude no Sistema ONU. O verdadeiro impacto desta iniciativa será determinado não apenas por sua estrutura e mandato, mas pela forma como ela é operacionalizada e pela medida em que ela consegue efetivamente amplificar e empoderar as vozes dos jovens em toda a sua diversidade.

Para que o Escritório realize plenamente seu potencial, será necessário um compromisso contínuo não apenas da liderança da ONU e dos Estados-membros, mas também de uma ampla coalizão de atores, incluindo organizações da sociedade civil, setor privado, academia e, crucialmente, os próprios jovens. Somente através de um esforço verdadeiramente colaborativo e multissetorial será possível criar um ambiente onde as vozes e perspectivas dos jovens sejam não apenas ouvidas, mas efetivamente integradas nos processos de tomada de decisão.

A criação do Escritório das Nações Unidas para Juventude representa uma oportunidade sem precedentes para elevar o engajamento juvenil a um novo patamar no cenário global. Se bem aproveitada, esta iniciativa tem o potencial não apenas de transformar a vida dos jovens, mas também de rejuvenescer e revitalizar o próprio sistema de governança global, infundindo-o com as ideias frescas, a energia e o idealismo que são tão característicos da juventude. O desafio agora é traduzir este potencial em realidade, garantindo que o Escritório se torne um catalisador efetivo para uma mudança positiva e duradoura na vida dos jovens e no mundo como um todo.

Referências Bibliográficas

ANGEL, W. D. et al. The International Year of Youth: Participation, Development, Peace. Springer, 1986.

ARNETT, J. J. Emerging adulthood: a theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, v. 55, n. 5, p. 469-480, 2000.

BARNETT, M. N.; FINNEMORE, M. Rules for the world: International organizations in global politics. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

BRAUNGART, R. G. The Sociology of Generations and Student Politics: A Comparison of the Functionalist and Generational Unit Models. *Journal of Social Issues*, v. 30, n. 2, p. 31-54, 1974.

COLLIN, P. Young citizens and political participation in a digital society. Palgrave Macmillan, 2015.

CÔTÉ, J. E. Youth Studies: Fundamental Issues and Debates. Palgrave Macmillan, 2014.

FURLONG, A. Youth Studies: An Introduction. Routledge, 2013.

FURLONG, A.; CARTMEL, F. Young People and Social Change: New Perspectives. Open University Press, 2007.

GALSTYAN, M. Re-Conceptualising Youth: Theoretical Overview. *Bulletin of Yerevan State University: Sociology*, v. 13, n. 2, p. 23-29, 2022.

GITLIN, T. The Sixties: Years of Hope, Days of Rage. Bantam Books, 1993.

HART, R. A. Children's participation: from Tokenism to Citizenship. Florence: Unicef, International Child Development Centre, 1992. Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/childrens_participation.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022

KECK, M. E.; SIKKINK, K. Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics. Cornell University Press, 1998.

LOADER, B. D.; VROMEN, A.; XENOS, M. A. The networked young citizen: Social media, political participation and civic engagement. *Information, Communication & Society*, v. 17, n. 2, p. 143-150, 2014.

LYNCH, M. *The Arab Uprising: The Unfinished Revolutions of the New Middle East*. PublicAffairs, 2013.

McEVOY-LEVY, S. *Troublemakers or peacemakers? Youth and postaccord peace building*. University of Notre Dame Press, 2006.

NONFORMALITY. *Participation Models a Chase through the Maze Citizens, Youth*, Online. n.2, p. 11, 2012.

POLLACK, M. A. *The Engines of European Integration: Delegation, Agency, and Agenda Setting in the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SUKARIEH, M.; TANNOCK, S. *The Global Securitization of Youth*. 2017.

THEW, H. et al. *Youth Participation in UN Climate Change Conferences: Challenges and Opportunities*. Out. 2021. Disponível em: <https://pcancities.org.uk/sites/default/files/COP26%20Youth%20Participation%20Policy%20Brief.pdf>. Acesso em: 9 maio. 2022.

WEISS, T. G. *What's wrong with the United Nations and how to fix it*. Cambridge: Polity, 2016.

WEISS, T. G. et al. *UN Ideas That Changed the World*. Indiana University Press, 2009.

ZÜRN, M. *A theory of global governance: Authority, legitimacy, and contestation*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

Fontes Primárias

AFRICAN UNION. African Youth Charter. African Union, 2024. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/treaties/7789-treaty-0033_-_african_youth_charter_e.pdf. Acesso em: 03 out. 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Consenso de Montevideu sobre população e desenvolvimento. Montevideu: CEPAL, 2013. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/21884/S2013707_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 out. 2024.

ECOSOC. About the ECOSOC Youth Forum. United Nations. Disponível em: <https://ecosoc.un.org/en/what-we-do/ecosoc-youth-forum>. Acesso em: 02 out. 2024.

EUROPEAN UNION. Young people in Europe: A statistical summary 2022. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/4031688/15191320/KS-06-22-076-EN-N.pdf/7d72f828-9312-6378-a5e7-db564a0849cf?t=1666701213551>. Acesso em: 03 out. 2024.

FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. 165 Millones de Razones: Un llamado a la Acción para la Inversión en Adolescencia y Juventud en América Latina y el Caribe. Cidade do Panamá: UNFPA, 2019.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. World Employment Social Outlook 2020: Trends 2020. Geneva: ILO, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_734455.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

UNITED NATIONS. Charter of the United Nations. San Francisco: UN, 1945.

UNITED NATIONS. International Year of Youth: Dialogue and Mutual Understanding. UN, 2011. Disponível em: <https://social.un.org/youthyear/docs/IYY-Presentation.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

UNITED NATIONS. Report of the World Summit for Social Development. Copenhagen: UN, 1995.

UNITED NATIONS. Resolution 1572 (XV) of the United Nations General Assembly. 18 Dec. 1960. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/1572\(XV\)](https://undocs.org/A/RES/1572(XV)). Acesso em: 22 jul. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 1842 (XVII) of the United Nations General Assembly. 19 Dec. 1962. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/1842\(XVII\)](https://undocs.org/A/RES/1842(XVII)). Acesso em: 31 jul. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 1965 (XVIII) of the United Nations General Assembly. 13 Dec. 1963. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/1965\(XVIII\)](https://undocs.org/A/RES/1965(XVIII)). Acesso em: 9 ago. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 2037 (XX) of the United Nations General Assembly. 7 Dec. 1965. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/2037\(XX\)](https://undocs.org/A/RES/2037(XX)). Acesso em: 18 ago. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 2447 (XXIII) of the United Nations General Assembly. 19 Dec. 1968. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/2447\(XXIII\)](https://undocs.org/A/RES/2447(XXIII)). Acesso em: 26 ago. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 2497 (XXIV) of the United Nations General Assembly. 28 Oct. 1969. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/2497\(XXIV\)](https://undocs.org/A/RES/2497(XXIV)). Acesso em: 3 set. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 2633 (XXV) of the United Nations General Assembly. 9 Nov. 1970. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/2633\(XXV\)](https://undocs.org/A/RES/2633(XXV)). Acesso em: 12 set. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 2770 (XXVI) of the United Nations General Assembly. 22 Nov. 1971. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/2770\(XXVI\)](https://undocs.org/A/RES/2770(XXVI)). Acesso em: 20 set. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 2859 (XXVI) of the United Nations General Assembly. 20 Dec. 1971. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/2859\(XXVI\)](https://undocs.org/A/RES/2859(XXVI)). Acesso em: 21 set. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 2896 (XXVI) of the United Nations General Assembly. 22 Dec. 1971. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/2896\(XXVI\)](https://undocs.org/A/RES/2896(XXVI)). Acesso em: 22 set. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 3022 (XXVII), 3023 (XXVII), 3024 (XXVII) of the United Nations General Assembly. 18 Dec. 1972. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/3022\(XXVII\)](https://undocs.org/A/RES/3022(XXVII)). Acesso em: 30 set. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 3023 (XXVII) of the United Nations General Assembly. 18 Dec. 1972. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/3022\(XXVII\)](https://undocs.org/A/RES/3022(XXVII)). Acesso em: 30 set. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 3024 (XXVII) of the United Nations General Assembly. 18 Dec. 1972. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/3022\(XXVII\)](https://undocs.org/A/RES/3022(XXVII)). Acesso em: 30 set. 2022.

UNITED NATIONS. Resolutions 3140 (XXVIII), 3141 (XXVIII) of the United Nations General Assembly. 14 Dec. 1973. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/3140\(XXVIII\)](https://undocs.org/A/RES/3140(XXVIII)). Acesso em: 9 out. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 3141 (XXVIII) of the United Nations General Assembly. 14 Dec. 1973. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/3140\(XXVIII\)](https://undocs.org/A/RES/3140(XXVIII)). Acesso em: 9 out. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 31/129 of the United Nations General Assembly. 16 Dec. 1976. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/31/129>. Acesso em: 18 out. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 31/130 of the United Nations General Assembly. 16 Dec. 1976. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/31/129>. Acesso em: 18 out. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 31/132 of the United Nations General Assembly. 16 Dec. 1976. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/31/129>. Acesso em: 18 out. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 32/134 of the United Nations General Assembly. 16 Dec. 1977. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/32/134>. Acesso em: 26 out. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 32/135 of the United Nations General Assembly. 16 Dec. 1977. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/32/134>. Acesso em: 26 out. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 33/6 of the United Nations General Assembly. 3 Nov. 1978. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/33/6>. Acesso em: 4 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 33/7, of the United Nations General Assembly. 3 Nov. 1978. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/33/6>. Acesso em: 4 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 33/8 of the United Nations General Assembly. 3 Nov. 1978. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/33/6>. Acesso em: 4 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 34/151 of the United Nations General Assembly. 17 Dec. 1979. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/34/151>. Acesso em: 13 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 34/163 of the United Nations General Assembly. 17 Dec. 1979. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/34/151>. Acesso em: 13 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 35/126 of the United Nations General Assembly. 11 Dec. 1980. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/35/126>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 35/139 of the United Nations General Assembly. 11 Dec. 1980. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/35/126>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 36/16 of the United Nations General Assembly. 9-13 Nov. 1981. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/36/16>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 36/17 of the United Nations General Assembly. 9-13 Nov. 1981. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/36/16>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 36/28 of the United Nations General Assembly. 9-13 Nov. 1981. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/36/16>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 36/29 of the United Nations General Assembly. 9-13 Nov. 1981. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/36/16>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 37/48 of the United Nations General Assembly. 3 Dec. 1982. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/37/48>. Acesso em: 9 dez. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 37/49 of the United Nations General Assembly. 3 Dec. 1982. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/37/48>. Acesso em: 9 dez. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 37/50 of the United Nations General Assembly. 3 Dec. 1982. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/37/48>. Acesso em: 9 dez. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 38/22 of the United Nations General Assembly. 22 nov. 1983. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/38/22>. Acesso em: 17 dez. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 38/23 of the United Nations General Assembly. 22 nov. 1983. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/38/22>. Acesso em: 17 dez. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 38/26 of the United Nations General Assembly. 22 nov. 1983. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/38/22>. Acesso em: 17 dez. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 39/22 of the United Nations General Assembly. 23 nov. 1984. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/39/22>. Acesso em: 26 dez. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 39/23 of the United Nations General Assembly. 23 nov. 1984. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/39/22>. Acesso em: 26 dez. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 39/24 of the United Nations General Assembly. 23 nov. 1984. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/39/22>. Acesso em: 26 dez. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 40/14 of the United Nations General Assembly. 18 nov. 1985. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/40/14>. Acesso em: 3 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 40/15 of the United Nations General Assembly. 18 nov. 1985. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/40/14>. Acesso em: 3 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 40/16 of the United Nations General Assembly. 18 nov. 1985. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/40/14>. Acesso em: 3 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 40/17 of the United Nations General Assembly. 18 nov. 1985. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/40/14>. Acesso em: 3 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 41/97 of the United Nations General Assembly. 4 dez. 1986. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/41/97>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 41/98 of the United Nations General Assembly. 4 dez. 1986. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/41/97>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 41/99 of the United Nations General Assembly. 4 dez. 1986. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/41/97>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 42/52 of the United Nations General Assembly. 30 nov. 1987. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/42/52>. Acesso em: 20 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 42/53 of the United Nations General Assembly. 30 nov. 1987. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/42/52>. Acesso em: 20 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 42/54 of the United Nations General Assembly. 30 nov. 1987. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/42/52>. Acesso em: 20 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 42/55 of the United Nations General Assembly. 30 nov. 1987. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/42/52>. Acesso em: 20 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 43/94 of the United Nations General Assembly. 8 dez. 1988. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/43/94>. Acesso em: 29 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 43/136 of the United Nations General Assembly. 8 dez. 1988. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/43/94>. Acesso em: 29 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 44/59 of the United Nations General Assembly. 8 dez. 1989. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/44/59>. Acesso em: 7 fev. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 45/103 of the United Nations General Assembly. 14 dez. 1990. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/45/103>. Acesso em: 16 fev. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 47/85 of the United Nations General Assembly. 16 dez. 1992. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/47/85>. Acesso em: 24 fev. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 49/152 of the United Nations General Assembly. 23 dez. 1994. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/49/152>. Acesso em: 4 mar. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 49/154 of the United Nations General Assembly. 23 dez. 1994. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/49/152>. Acesso em: 4 mar. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 50/81 of the United Nations General Assembly. 14 dez. 1995. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/50/81>. Acesso em: 13 mar. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 52/83 of the United Nations General Assembly. 12 dez. 1997. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/52/83>. Acesso em: 21 mar. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 54/120 of the United Nations General Assembly. 17 dez. 1999. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/54/120>. Acesso em: 30 mar. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 56/117 of the United Nations General Assembly. 19 dez. 2001. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/56/117>. Acesso em: 8 abr. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 57/165 of the United Nations General Assembly. 18 dez. 2002. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/57/165>. Acesso em: 17 abr. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 58/133 of the United Nations General Assembly. 22 dez. 2003. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/58/133>. Acesso em: 25 abr. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 59/148 of the United Nations General Assembly. 20 dez. 2004. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/59/148>. Acesso em: 4 maio 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 60/2 of the United Nations General Assembly. 6 out. 2005. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/60/2>. Acesso em: 12 maio 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 62/126 of the United Nations General Assembly. 18 dez. 2007. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/62/126>. Acesso em: 21 maio 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 64/130 of the United Nations General Assembly. 18 dez. 2009. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/64/130>. Acesso em: 30 maio 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 64/134 of the United Nations General Assembly. 18 dez. 2009. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/64/130>. Acesso em: 30 maio 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 65/267 of the United Nations General Assembly. 15 mar. 2011. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/65/267>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 65/312 of the United Nations General Assembly. 26 jul. 2011. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/65/312>. Acesso em: 8 jun. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 66/121 of the United Nations General Assembly. 19 dez. 2011. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/66/121>. Acesso em: 9 jun. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 68/130 of the United Nations General Assembly. 18 dez. 2013. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/68/130>. Acesso em: 17 jun. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 69/145 of the United Nations General Assembly. 18 dez. 2014. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/69/145>. Acesso em: 26 jun. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 70/127 of the United Nations General Assembly. 17 dez. 2015. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/70/127>. Acesso em: 4 jul. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 71/154 of the United Nations General Assembly. 13 dez. 2016. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/71/154>. Acesso em: 13 jul. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 72/146 of the United Nations General Assembly. 19 dez. 2017. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/72/146>. Acesso em: 21 jul. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 74/64 of the United Nations General Assembly. 12 dez. 2019. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/74/64>. Acesso em: 30 jul. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 74/121 of the United Nations General Assembly. 12 dez. 2019. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/74/64>. Acesso em: 30 jul. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 74/170 of the United Nations General Assembly. 12 dez. 2019. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/74/64>. Acesso em: 30 jul. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 76/45 of the United Nations General Assembly. 6 dez. 2021. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/76/45>. Acesso em: 8 ago. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 76/137 of the United Nations General Assembly. 6 dez. 2021. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/76/45>. Acesso em: 8 ago. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 76/183 of the United Nations General Assembly. 6 dez. 2021. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/76/45>. Acesso em: 8 ago. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 76/306 of the United Nations General Assembly. 8 set. 2022. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/76/306>. Acesso em: 16 set. 2022.

UNITED NATIONS. Resolution 78/31 of the United Nations General Assembly. 6 dez. 2023. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/78/31>. Acesso em: 14 dez. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 78/179 of the United Nations General Assembly. 22 dez. 2023. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/78/179>. Acesso em: 30 dez. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 79/1 of the United Nations General Assembly. 22 set. 2024. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/79/1>. Acesso em: 24 set. 2024.

UNITED NATIONS. Secretary-General Appoints Ahmad Alhendawi of Jordan as Envoy on Youth. UN, 2013. Disponível em: <https://press.un.org/en/2013/sga1388.doc.htm>. Acesso em: 03 out. 2024.

UNITED NATIONS. Secretary-General Appoints Jayathma Wickramanayake of Sri Lanka as Envoy on Youth. UN, 2017. Disponível em: <https://press.un.org/en/2017/sga1739.doc.htm>. Acesso em: 03 out. 2024.

UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: UN, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 03 out. 2024.

UNITED NATIONS. World youth report 2005: Young people today, and in 2015. New York: UN, 2005. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/youth/world-youth-report/world-youth-report-2005.html>. Acesso em: 03 out. 2024.

UNITED NATIONS. World programme of action for youth. Department of Economic and Social Affairs. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/youth/world-programme-of-action-for-youth.html>. Acesso em: 03 out. 2024.

UNITED NATIONS. Youth Definition. UN, 2013. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-definition.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. The Power of 1.8 Billion: Adolescents, Youth and the Transformation of the Future. New York: UNFPA, 2014.

WORLD BANK. Child & Youth Development. World Bank, 2010. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/360861468314362308/pdf/806420NEWS0Inv00Box379809B00PUBLIC0.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

WORLD BANK. School enrollment, tertiary (% gross). World Development Indicators, 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.TER.ENRR>. Acesso em: 02 out. 2024.

WORLD BANK. World Development Report 2007: Development and the Next Generation. Washington, DC: World Bank, 2006. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/556251468128407787/pdf/359990WDR0complete.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

Anexos

1. Entrevista com Bianca Herzog;
2. Entrevista com Ishaan Shah;
3. Entrevista com Ahmad Alhendawi.

Entrevista sobre o Escritório das Nações Unidas para Juventude

Entrevistador: Matheus Valois (MV)

Entrevistado: Bianca Herzog (BH)

BH. Oi, Matheus, tudo bem?

MV. Oi, tudo... Ah, você fala português?

BH. Eu sou brasileira.

MV. Ah, ótimo.

Tudo bem?

Tudo bem, tudo.

Ai, que bom ter mais uma brasileira.

Então, não vai precisar nem ser em inglês então.

BH. Cara, eu achei que se você soubesse, por isso que a colega tinha apresentado a gente.

MV. Não, não, não sabia que surpresa boa que na verdade é para terminar o TCC de Relações.

Só que me dá, é verdade, uma satisfação tão grande porque se fosse inglês eu precisava traduzir para jogar para o português.

BH. Não, mas então eu já vou te avisando que quando eu falo coisas relacionadas ao trabalho às vezes o meu português empaca porque eu não trabalho em português.

MV. Sim, sim.

BH. Se eu precisar trocar de língua tudo bem, né?

MV. Sim, sim, tranquilo.

Eu te entendo também em trabalho em inglês, tem uns termos que é só É só não pode falar em inglês que tá tranquilo.

BH. Exatamente. E eu tô meio doente.

Se você for filmar tem como tirar a câmera?

MV. Tem sim.

Eu ia te pedir justamente isso. Não vou compartilhar com ninguém nada só para poder fazer a transcrição depois.

Aí eu gravo só para poder transcrever mesmo. Não vou compartilhar com ninguém.

E, pessoal, para te explicar também um pouco sobre o que eu estou fazendo, minha pesquisa, prazer, Matheus, eu também sou um dos representantes do movimento escoteiro e eu estou terminando um bacharelado de relações nacionais aqui na UNILA, Universidade de Integração da América Latina, fica ali na fronteira, Foz do Iguaçu, Paraguai, Argentina.

E eu estava fazendo justamente uma pesquisa sobre participação das Nações Unidas e participação do juvenil nas Nações Unidas e as oportunidades e desafios que esse novo escritório de juventude vai ter nesses, enfim próximos anos que vão vir. E é basicamente sobre isso.

E, de novo, muito obrigado por estar podendo tirar desse tempo para conversar comigo. Vai ser de muita ajuda estar contigo aqui.

A gente queria entender como é que vai funcionar todo esse processo. Eu tinha chegado a conversar também com os outros jovens que estiveram participando dos processos de consulta para a gente poder, enfim, ver como é que está sendo a participação de venil dentro da ONU. E ter você que está trabalhando diretamente nessa área vai ser muito, muito bom.

É, e é isso, tudo bem? Acabei de ser... Você é da... Agora eu quero saber por... Você é da onde?

Você é de...

BH. Eu sou de São Paulo, minha família vem do Rio. Na verdade, minha família vem de todos os lados.

Vem do Acre, vem do Recife, mas meus pais nasceram no Rio e eu nasci em São Paulo.

MV. Eu sou do Maranhão, mas eu tô aqui no Paraná tem um tempinho.

BH. Nossa, tá passando frio então.

MV. Sim.

Mas até te perguntando assim, agora já indo um pouco também para a entrevista, até para não tomar muito seu tempo, sei que é ocupada.

Mas falando agora, eu tô traduzindo de volta as perguntas, falando do estabelecimento do UN Youth Office.

Qual que é essa agenda de ter um escritório?

Ela já estava, existia dentro das Nações Unidas?

Ou é uma coisa assim que Você vê que é uma coisa que veio realmente nova junto com a Our Future Agenda, Our Common Agenda. Tipo, é uma coisa que já tava rolando, veio mais agora.

É algo que já tá acontecendo há anos.

É uma demanda de grupos de juventude, sabe, de ativismo de jovens pelo mundo que já tá... Já acontece há pelo menos dez anos, se não mais, as pessoas pedindo para que existisse um escritório de juventude dentro da ONU, e foi um processo que foi gradual dentro da ONU em si, sabe?

Há oito anos, o secretário-geral da época, que era o Ban Ki-moon, resolveu criar um posto de um enviado especial para a juventude, que em inglês é Special Envoy for Youth, Envoy, E o escritório, se eu não me engano, foi criado em 2012 a 2013, então já fazem uns 10 anos.

E o primeiro enviado serviu durante mais ou menos uns quatro anos, que era o Armada Landau do Scouts.

E a segunda, no caso, foi a de Aiatma, que acabou de terminar o mandato dela semana passada retrasada, dia 14 de setembro, foi o último dia dela no escritório.

E esses dois escritórios Os enviados especiais da juventude foram meio que um primeiro passo que foi criado para o escritório da juventude em si.

Mas foi um processo que foi mais... Como é que eu posso explicar isso em português? Foi mais estabilizado, digamos assim, mas foi mais avançado pelo documento Our Common Agenda.

Então, por mais que Our Future Agenda, que foi o documento que foi criado por jovens que foi o...

O documento foi apresentado por jovens para o processo do Our Common Agenda.

O documento em si, que falou que foi a recomendação do secretário-geral, que acho que a recomendação 42 do Our Common Agenda, era falando que ele recomendava aos Estados-membros a criação de um escritório da juventude que fizesse o upgrade do escritório atual, que era o escritório da enviada especial da juventude, e... E criasse esse escritório que fosse responsável por três coisas principais.

Advocacia política, então High Level Advocacy.

Coordination, que é o que o nosso escritório já faz.

O nosso, no caso, quando eu falo, eu estou falando em nome do escritório da enviada especial.

Então, a coordenação dos programas e projetos de juventudes no sistema, que é o que já acontece através da 2030 strategy, é a estratégia da ONU, da juventude.

E a terceira coisa, agora eu esqueci. Mas, enfim, depois a gente olha lá na Resolution de novo.

MV. Tranquilo.

BH. Mas, enfim, então voltando para a sua pergunta, perguntando se foi uma coisa que começou agora, a resposta simples é não.

Foi uma coisa que começou há muito tempo, que foram anos e anos de advocacia de grupos de juventude, grupos jovens aliados pedindo para a criação desse escritório.

Mais do que o escritório em si, o que eles estavam pedindo era Uma entidade responsável pela pauta de juventude dentro da ONU que fosse, né, well resourced e sustainable.

E foi isso, foi a principal mudança, assim, do escritório da, enviada especial para o escritório da juventude.

Mas eu vou parar aqui.

MV. Não, tá ótimo, muito obrigado.

Resposta bem, bem, bem completa.

E, na verdade, você me deu o gancho para a próxima pergunta, que eu acho que é uma coisa que é importante entender mesmo nesses processos, é que... Qual como você acha que vai ser o maior ganho e o maior perca de transicionar de um escritório do enviado da juventude para esse escritório propriamente

Dito? Ganho, você até começou a falar talvez um pouco de recursos, mas qual que você acha que a gente perde também? Enfim, peso e contrapeso.

O que você acha também que a gente perde ao sair do escritório da enviada para o escritório da juventude propriamente dito e também qual que vai ser o maior ganho com isso?

BH. Então vou começar pelos ganhos, porque os ganhos são muito claros e eles são ganhos que para mim pesam muito mais do que qualquer perda que possa existir.

Então o primeiro ganho foi essa parte de ser well-resourced, que eu estava falando antes.

A realidade do escritório da Enviada Especial é que a gente ganhava zero dólares da ONU para fazer o trabalho que a gente fazia.

Na verdade, para cada dólar que a gente arrecadava, a gente tinha que pagar 13% para a ONU para poder fazer parte da ONU que saía caro para a gente. E agora, com o novo escritório da juventude, isso muda.

As prioridades das pessoas que trabalham dentro desse escritório, do escritório em si, não vão ser mais arrecadar dinheiro para pagar os próprios salários para poder continuar existindo.

Vão ser usar o dinheiro que a ONU está dando para a gente do regular budget, que é a primeira vez na história que isso acontece, para realmente dedicar ao mandato que os Estados-membros deram para esse escritório. Então, essa principalmente é um ganho gigantesco.

Até para pessoas que não trabalham dentro da ONU, talvez não seja tão gritante a mudança que isso vai criar, mas é enorme.

O segundo ganho é o fato de que o escritório da Enviada Especial, que era até agora a entidade que existia dentro do secretariado, que era dedicada à juventude, era um escritório atrelado a um indivíduo que tinha sido um político appointee do secretário-geral.

Então, basicamente o que significa é que O secretário-geral Ban Ki-moon criou a vaga, o secretário-geral atual António Guterres resolveu continuar com a vaga, mas no futuro nada prometia que um secretário-geral pudesse um dia decidir que não precisava mais ter esse escritório da juventude e todos os mandatos que existiam já atrelados a esse escritório iam desaparecer.

Incluindo o mandato de coordenar a Estratégia da Juventude Youth 2030, que é um dos maiores, mas tem vários outros, assim, tem exemplos de mandatos que foram dados para esse escritório na área de paz e segurança, de Youth Peace and Security, na área de direitos humanos.

Por exemplo, tem um que é o World Program for Human Rights Education, que é um programa que é co-organizado pelo Unesco, pelo escritório Dos direitos humanos, né? O autocomissariado dos direitos humanos e o nosso escritório.

Então, imagina se um secretário-geral no futuro, por mais que as razões pudessem ser válidas, decidisse que não quisesse mais continuar com a vaga de enviada especial, o escritório ia desaparecer.

E assim ia também a entidade que era responsável por essa política o Advocacy, High-Level Advocacy para a Juventude, esse espaço, essa entrada, porta de entrada para juventudes dentro da ONU.

Então, esses são dois ganhos enormes, porque agora, com o escritório em si, que tem um dato dos Estados-membros e que tem um budget dedicado, do regular budget, isso não acontece mais.

O escritório tem uma sustentabilidade, hoje em dia, que não existia antes, que também é um ganho muito, muito grande para a pauta de juventude dentro da ONU, para as vozes e para a participação juvenil em geral.

O terceiro ganho também que talvez seja um pouquinho conectado com uma perda, mas depende de que lado a gente olha, é o mandato.

Então foi uma grande luta no processo da Resolution, nas negociações que aconteceram aqui dentro para Para que os Estados-membros adotassem essa resolução do estabelecimento do escritório.

Uma grande luta que a gente tinha internamente é que a gente não queria que o escritório acabasse tendo um mandato só em uma das áreas da ONU.

Então você, como estudante, sabe melhor do que eu ainda que a ONU trabalha em três pilares.

Paz e Segurança, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos.

E um grande risco fosse que os Estados-membros dessem um mandato para escritório só para desenvolvimento sustentável, por exemplo. E falassem que juventude não tem nada a ver com paz e segurança, não tem nada a ver com direitos humanos.

E hoje em dia o escritório da enviada especial, como não tinha um mandato dos Estados-membros, tinha um mandato do secretário-geral, Era um escritório, e é ainda né que a gente está facing out, facing in, era um escritório que tinha muito mais flexibilidade para ocupar diferentes espaços sem necessariamente precisar do green light dos Estados-membros.

Então, durante as negociações que eu estava falando, Foi uma parte muito importante da negociação para que esse escritório fosse um escritório transversal.

E se você olha para outros escritórios que existem dentro do secretariado, é muito raro que existam escritórios transversais.

Normalmente existem escritórios dedicados a uma dessas axes.

Então, por exemplo, o Departamento de Economic and Social Affairs dessa, é dedicado a Sustainable Development e aí tem um outro que é ligado a Paz e Segurança e é dedicado só a Paz e Segurança, e tem um outro que é dedicado só a Direitos humanos e é muito raro que existam departamentos ou escritórios que sejam transversais, mas esse é. Então é um outro ganho também porque a gente não perdeu nada nesse sentido de poder continuar a advocacia e criando espaço para jovens em diferentes áreas de trabalho da ONU.

Mas uma perda pode ser isso assim, é que quando o escritório, era atrelado a um individuo que estava lá representando o Secretári-geral existia muito mais flexibilidade também para a gente conseguir falar sobre temas que as vezes são um pouco, ...difíceis para alguns Estados-membros.

E agora com esse novo mandato os Estados-membros eles estão um pouco mais ligados ao escritório, né. Agora, de agora em diante o escritório da juventude vai precisar publicar um relatório do trabalho que o escritório está fazendo todo ano pela Assembleia Geral e os Estados-membros vão ter que basicamente responder aos Estados-membros falando como o escritório está implementando o mandato.

Então, claro que aí os Estados Unidos ficam um pouco mais envolvidos e tem alguns temas que talvez seja um pouco delicados para alguns Estados-membros, que antigamente eram áreas que o escritório tinha mais liberdade para lidar. Mas não sei se eu chamaria de perda em si, porque só muda um pouco a realidade do espaço, mas, mas é algo que muda, né.

MV. Nossa, muito incrível porque você acabou de me levar para minha próxima. Eu faço essa pergunta no final, mas eu acho que cabe muito aqui.

Muito obrigado por ter respondido isso, mas uma coisa que era justamente assim, como é que você vê então o jovem se engajando agora dentro do Sistema ONU?

Como que esse escritório consegue ajudar para deixar os estados Accountable, de uma maior participação juvenil.

Como é que você acha que esse escritório ajuda nisso agora, especificamente?

BH. É...Eu vou responder essa pergunta usando as palavras da enviada especial, da Giatma.

O jeito que ela sempre explicou a importância desse escritório é que ele tem duas responsabilidades primordiais. A primeira, eles são juizes.

Então, basicamente, uma é ser um técnico e outra é ser um juiz, em inglês ela diz a coach and a referee.

Então, do lado do coach primeiro, do técnico, é que esse escritório tem como responsabilidade explicar para o sistema como trabalhar com jovens.

O que é Meaningful Youth Engagement? O que é trabalhar? O que é participação dos jovens como parceiros e não só como beneficiários?

Então, explicar para o sistema, ensinar o sistema e quando eu digo sistema, é o sistema ONU.

E o segundo lado é o lado de juiz, que é referee, que é também poder hold accountable o sistema quando O sistema está fazendo errado, ou não está fazendo da melhor forma possível, ou está sendo tokenista, tokenistic e essas coisas.

Então essas são as duas principais responsabilidades desse escritório, que eu acho que respondam um pouco a sua pergunta de qual que é a... de como esse escritório pode ajudar a... Qual que foi a pergunta mesmo?Ajudar....

MV. Accountable,

BH. Isso

MV. Hold Accountable

BH. Hold Accountable, mas quem? O sistema ou os Estados-membros?

MV. Os Estados

BH. Os Estados-Membros.

MV. Assim não faz mal o sistema, mas os Estados-Membros.

BH. Então, basicamente, o que vai acontecer com esse escritório é que vai ser um escritório que não vai ter... Não vai ter... Sub-escritórios nos Estados-Membros...então,

os Sub-escritórios do Escritório da Juventude vão ser os UN Country Teams. Vão ser os escritórios da ONU que já existem nos Estados-membros.

Então, é um escritório que não vai ser, por exemplo, a Unesco, sendo uma entidade, eles têm os seus próprios field offices ou country offices, nos Países, assim como a UNICEF e tal.

Mas esse escritório vai trabalhar através dos escritórios de Resident Coordinators, que são os escritórios responsáveis por coordenar o trabalho da ONU dentro de um país específico.

Então no Brasil, por exemplo, tem a Resident Coordinator da ONU no Brasil, que é a pessoa mais sênior da ONU dentro do Brasil e ela. Ele ou ela né, é a pessoa responsável, ele ou ela no caso, é a pessoa responsável por coordenar o trabalho da ONU no Brasil.

E aí embaixo desse escritório do Resident Coordinator tem o UN Country Team, que são os diferentes escritórios de diferentes entidades da ONU que trabalham de forma coordenada para, para avançar o trabalho da ONU. Então, esse escritório da juventude, ele vai ter a responsabilidade que eu estava falando antes de ser um coaching referee, trabalhando através do sistema ONU que já existe.

Então, vai ser realmente trabalhando diretamente, digamos, com o escritório do Resident Coordinator do Brasil, que vai ter a responsabilidade de trabalhar com o governo brasileiro para ajudar o governo a trabalhar melhor com jovens.

Então, por enquanto, esse escritório não tem necessariamente um mandato de medir o progresso de como os países e governos estão trabalhando com jovens, mas talvez seja uma coisa que venha depois, né?

Mas, sim, claro, tem essa parte de passar capacity building e tal, mas accountability, assim, realmente medir, né?

Por enquanto, eu não tenho... Tente entender.

MV. Não, entendi, entendi ... obrigado por responder, sim.

É muito, muito valioso. Até fazer a próxima pergunta.

Historicamente, a gente vê que os países europeus estão bem envolvidos com a agenda juvenil, enfim, geralmente mandam delegados jovens, mas a gente viu que, na verdade, quem estava liderando alí as consultas foram o Egito, e a Guiana, sabe se tem algum motivo específico, eles que se voluntariaram e quiseram coliderar esse processo, ou foi escolhido assim? Por que Egito e Guiana?

Não desmerecendo nenhum deles, mas sim saber o motivo.

HB. Eu sinceramente não sei, eu não sei.

É uma boa pergunta, nunca perguntei.

MV. Não, tranquilo.

Eu estava no processo de consulta e fiquei curioso. Falei a Guiana aqui do ladinho e falei nossa Guiana é um país que eu não tava, tipo uma boa surpresa. Eu falei, nossa não é um país que normalmente se espera que seja liderando.

Não é que você não espere, mas não é tão comum de se ver que seja um país que está liderando essas coisas. E eu fiquei nossa que curioso que, que bom que eles estão nisso também.

Mas, é até voltando também para uma pergunta tipo até um pouco, começou a tocar um pouco o balonismo, mas como é considerando tanto a sua experiência dentro do sistema ONU, quanto, enfim, de mundo como um todo, qual que você acha que vão ser as principais dificuldades, os principais desafios desse novo escritório da juventude dentro da ONU?

Assim, quais as principais barreiras para implementar o mandato?

BH. Eu acho que, não sei se essa é uma barreira em si, mas uma dificuldade, né?

O tema juventude é um tema transversal e quando o escritório foi criado, propositalmente ele foi criado com a estrutura que eu expliquei antes é uma estrutura que pode mudar porque os Estados-membros podem resolver mudar a estrutura do escritório em qualquer momento.

Mas por enquanto a estrutura que existe é que é um escritório que é baseado aqui em Nova Iorque e que tem essa responsabilidade mais macro de implementar a estratégia da juventude da ONU e de trabalhar de forma mais macro.

Avançando os direitos da juventude através de Policy e advocacy tal.

Mas uma dificuldade é exatamente essa, sabe?

E é uma coisa que talvez o jeito mais fácil para explicar isso é a ONU Mulheres. A responsabilidade de trabalhar em igualdade de gênero não é só da ONU Mulheres, certo?

Todas as entidades e todas as entidades da ONU, todos os escritórios da ONU têm a responsabilidade de pensar em e achar formas de avançar igualdade de gênero.

E a mesma coisa com esse escritório da juventude.

Então o escritório da juventude sozinho não vai conseguir mudar a realidade de cada jovem No mundo inteiro, é muito importante que todas as entidades continuem trabalhando, avançando os direitos dos jovens nas suas áreas específicas.

Então, por exemplo, a UNESCO na parte de educação, a UNICEF quando a gente fala mais de jovens mais novos, enfim, a FAL quando a gente fala sobre Direitos de jovens trabalhando em áreas rurais e etc etc etc.

Então é uma. É um desafio porque.

Um risco que possa acontecer é que agora os Estados membros ou as entidades elas meio que digam que a responsabilidade de trabalhar com juventude não é delas é só do escritório da juventude e meio que digam que sabe. Agora a gente não precisa mais fazer isso.

O que eu duvido que aconteça, sinceramente, porque não foi nem um pouco isso que aconteceu internamente durante todo esse processo.

Na verdade, as entidades gostam muito de trabalhar com jovens, gostam muito de continuar com essa pauta e estavam mais preocupadas que esse escritório resolvesse canalizar o espaço, que também não é o que vai acontecer.

Mas é um pouco isso, essa colaboração e esse trabalho bem conjunto e coordenado que precisa acontecer para que, para que o trabalho continue avançando.

Então esse é um risco em teoria, mas que na prática eu acho que o escritório já foi criado meio com isso em mente, assim, para que esse risco não se materialize.

MV. Nossa, não parece que você está lendo a minha mente que você respondeu duas perguntas e uma a próxima pergunta que era justamente sobre esse... Eu já escutei algumas críticas, ah, para esse escritório não monopolizar o tema da juventude, você já acabou de... Já acabou de responder a minha próxima pergunta.

Mas só para terminar o meu texto e não tomar muito mais do seu tempo, como que a ONU espera hoje que ele possa contribuir dentro dessas três áreas que a gente está falando, né?

Paz e segurança, O direito dos humanos, o desenvolvimento sustentável, o que se espera que os jovens façam em cada uma dessas áreas?

Assim, além de segurança para a gente continuar a agenda de juventude, paz e segurança, a gente tem uma nova proposta para a juventude trabalhar.

A mesma coisa para direitos humanos, desenvolvimento sustentável.

Tem alguma coisa em específico que a ONU espera que as juventudes, as organizações de juventude estejam participando, estejam fazendo?

Ou é mais que, como você falou, garantir que a gente possa fazer uma coisa mas ainda não tem definido qual que vai ser o papel de sua juventude nessas agendas?

Não sei se deu de entender.

BH. Não, deu sim, deu sim.

Eu não sou uma especialista em todas essas áreas, eu trabalho mais na parte de desenvolvimento sustentável, então eu não vou conseguir responder a sua pergunta especificamente em cada área, mas eu sei que existem demandas, existem e tem um trabalho que jovens e a ONU estão fazendo juntos para criar espaços e demandas muito específicas em cada área, mas o que eu posso dizer é que Um tema transversal, quando você fala sobre juventude e o trabalho que está acontecendo dentro da ONU, um tema transversal é a parte de Meaningful Youth Engagement in Policy Making and Decision Making Processes.

Então, recentemente, o secretário-geral publicou um policy brief nesse tema.

Foi um dos 10 ou 11 policy briefs que ele publicou nos últimos seis meses ligados à implementação da nossa agenda comum, Our Common Agenda, que dentro da ONU ela é descrita como the booster shot for the SDGs.

E o fato de que meaningful youth engagement foi um dos temas que foram escolhidos pelo secretário-geral como áreas muito importantes para que a gente consiga mudar a trajetória da implementação dos ODS, eu acho que isso diz muito, sabe?

Então, é realmente assim, a teoria básica do que é meaningful youth engagement é que a ONU e Estados-membros precisam trabalhar com jovens como parceiros, e não só com os beneficiários.

E aí, dentro desse documento que o secretário-geral publicou, ele tem recomendações muito específicas para os Estados-membros.

Por exemplo, uma delas é a criação de um Global Standard for Meaningful Youth Engagement.

Outra é que seja feito mandatório a participação de jovens em processos intergovernamentais dentro da ONU.

Então, esses são alguns exemplos concretos do que o secretário-geral está recomendando.

E não são demandas que vêm da ONU.

Eu acho que isso também é importante dizer.

Todas as demandas vêm da juventude e a ONU só está... Sabe?

Amplifying.

MV. Sim.

BH. Ou tipo falando a mesma coisa que os jovens já estão dizendo há anos, sabe?

Então acho que é, todas essas recomendações.

E outra também é que em termos de calendário da ONU, esse ano, semana passada, a gente acabou de ter o início da 78ª sessão da UN General Assembly e a gente teve a Ministerial Meeting of the Summit of the Future.

Então, se a gente volta pra nossa agenda comum, pra Our Common Agenda, o secretário-geral naquele documento, ele falou que era muito importante a gente Os Estados-membros e a população mundial tem uma conversa sobre quais são próximos passos que a gente vai tomar para que a gente consiga chegar nos ODS.

E um dos momentos-chave para esse processo é um Summit of the Future que ele pediu para ser organizado.

E dentro desse Summit of the Future, o que os Estados-membros vão fazer é que eles vão adotar a PACT for the Future, e o que aconteceu semana passada foi que eles adotaram os cinco capítulos, sim os temas, que vão Estar no centro desse Pact for the Future. E um desses cinco capítulos é Youth and Future Generations.

Então acho que isso também mostra, assim, quais são as prioridades da ONU nesse momento, porque ter um dos cinco capítulos de um Pact for the Future focado em juventude e gerações culturais, eu acho que diz muito sobre como tem essa Esse Acknowledgement do poder da juventude digital.

Então voltando para a sua pergunta, o que a ONU está querendo?

A ONU está querendo o que os jovens querem e é principalmente isso de meaningful youth engagement, tem um espaço muito real agora para que isso se materialize.

MV. Não Perfeito, muito obrigado e foi bem enriquecido.

E só te agradecer também, Bianca, as perguntas que eu tinha eram essas.

Muito, muito, muito obrigado por ter tomado o tempinho para ajudar.

Eu estou bastante empolgado.

Eu até fico comentando do que tu falaste justamente porque eu estava nos processos de consulta tanto com a Guiana quanto o Egito e foi muito bom ver que a gente fez uma série de recomendações e basicamente parece que a resolução são todas as recomendações que a gente acabou fazendo.

Naquele momento de consulta, então, pra gente também foi muito, muito importante, muito legal ver essa nossa voz sendo escutada mesmo.

Só te agradecer trabalho.

Eu sei que não deve ser fácil negociar e, dentro, como, enfim, dar subsídio pra gente poder seguir melhorando a área de juventudes, mas te agradecer mesmo tanto pela disponibilidade de estar aqui, pelo trabalho que você tá fazendo aí dentro da ONU também.

E é isso, muito, muito, muito obrigado.

Eu só, na verdade, esqueci de falar contigo uma coisa.

Eu tenho só como depois fazer um termo de consentimento contigo.

De novo, eu não vou mandar essa essa pesquisa para ninguém, não vou divulgar gravação, mas só que como a gente fez entrevista, eu preciso só, tipo, você dê direito do que você falou.

Não sei se eu chego a fazer universidade aqui no Brasil ou fora.

BH. Eu fiz fora.

MV. Não, mas então aqui tem uma, tipo uma lei quando você vai fazer entrevista, tipo, o que você falou é propriedade intelectual sua.

Então, basicamente, o pessoal é de um termo dizendo assim, ah, o que eu falei, o Matheus pode usar no TCC dele.

É uma coisa bem, bem simplesinha, só um termo de consentimento de... Era pra ter falado isso na verdade bem antes, mas... Tudo bem, é um termo de consentimento, de deixar usar o que foi falado aqui.

E mais uma vez, muito, muito obrigado, ajudou.
Todas as suas falas são muito ricas, muito completas e ajudou muito na pesquisa.
E eu até posso te mandar depois quando tiver finalizado.

BH. Manda sim, por favor, quero ler seu TCC.

Não, obrigado, Matheus, qualquer coisa que você precisar, você tem o meu e-mail e eu sou a única brasileira no escritório por enquanto, espero que venham mais e mas qualquer coisa que você precisar, eu tô aqui.

E não, obrigada a você também por todo o trabalho e por organizar essa entrevista e pela paciência também, porque são nove da manhã e eu acabei de acordar, mas você foi ótimo, me deixou muito confortável.

MV. Eu fico muito feliz, de verdade.

Isso, eu não vou tomar mais do tempo então, muito obrigado Bianca.

BH. Obrigada, eu também.

MV. Tchau, tchau.

BH. Tchau.

Entrevista sobre o Escritório das Nações Unidas para Juventude

Entrevistador: Matheus Valois (MV)

Entrevistado: Ishaan Shah (IS)

MV: Então, eu vou começar. Deixa eu começar.

IS: Desculpa? Você já começou a gravar?

MV: Sim, acho que já. Acho que já, sim.

IS: Perfeito.

MV: Então, eu sei que você já esteve envolvido em vários processos como jovem, tanto nas Nações Unidas quanto fora dela, mas de uma perspectiva pessoal, e isso é mais sobre você, pode me contar qual desses processos você considera o mais relevante para a sua experiência e trajetória? Aquele que você considera, ok, isso foi realmente relevante para mim.

IS: Em termos das posições que eu ocupo ou...?

MV: Sim, em termos das posições que você ocupa.

IS: Bom, ser National Gender Youth Advocate pela ONU Mulheres foi minha primeira interação com o sistema das Nações Unidas. E, obviamente, conheci um monte de outros incríveis ativistas jovens de gênero e pessoas da Força-Tarefa de Juventude na Geração Igualdade. E essa foi minha primeira, sim, minha primeira interação com o sistema da ONU. E acho que provavelmente foi a mais importante, porque, desde o início do meu tempo trabalhando com a ONU, sempre foi por meio de uma lente feminista. E acho que isso é muito crucial e muito importante. O trabalho que fazemos dentro da ONU Mulheres, o Manifesto Jovem Feminista e todos esses princípios, levo comigo para todas as outras agências da ONU com as quais trabalho, seja o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a Missão do Reino Unido na ONU, em todos esses espaços, continuo falando sobre a importância da visão feminista, da lente feminista, e de centralizar essa perspectiva nos processos em que estamos trabalhando em todo o sistema da ONU. Então, sim, para mim, é o trabalho com a ONU Mulheres que realmente começou tudo e, provavelmente, é o mais importante para mim.

MV: Legal, obrigado, obrigado por compartilhar isso. Foi interessante saber, porque sei que você esteve envolvido em vários processos, então eu só queria entender qual... Não que um seja mais importante que o outro, mas eles ocupam diferentes lugares no nosso coração.

Mas sim, falando mais especificamente sobre o estabelecimento do Escritório da Juventude da ONU, em que categoria você estava envolvido no processo? Como sociedade civil, como Reino Unido, como foi seu envolvimento?

IS: Sim, quer dizer, o Escritório da Juventude da ONU é algo que os jovens, a sociedade civil e muitas pessoas vêm defendendo há muitos anos, há décadas. A Jayathma vem pedindo isso há muito tempo. O predecessor da Jayathma também vem pedindo isso há muito tempo. Então, não era algo novo no ano passado, mas algo que já vinha ganhando muito ímpeto ao longo das últimas décadas. E então, em 2000... acho que foi em 2017, quando saiu a Nossa Agenda Comum. Quando saiu a Nossa Agenda Comum?

MV: Acho que foi em 2021, na verdade.

IS: Nossa Agenda Comum foi em 2021.

MV: 2021, desculpe, não 2017, desculpe.

IS: 2021, quando a Nossa Agenda Comum saiu, foi em um dos últimos rascunhos da Nossa Agenda Comum que eles incluíram a proposta para o Escritório da Juventude da ONU. Então, quando saiu em 2021, como a visão do Secretário-Geral para a ONU que ele quer ver e a ONU de que precisamos essencialmente, foi muito bom ver que a proposta estava lá e foi formalizada. Então, isso foi um grande sucesso.

E então, nosso envolvimento, ou pelo menos o meu, começou antes do primeiro rascunho da resolução para o Escritório da Juventude da ONU. Eu, junto com alguns outros colegas, redigimos uma resolução para o Escritório da Juventude da ONU e a enviamos para o Egito e Gana, que são os dois co-facilitadores do processo. E ambos a usaram para desenvolver o primeiro rascunho que foi circulado entre os Estados-membros da resolução do Escritório da Juventude. E, a partir daí, nos envolvemos diretamente com os Estados-membros, com o Escritório do Enviado para a Juventude e com várias outras agências da ONU para influenciar as negociações intergovernamentais.

Houve várias consultas informais e multissetoriais realizadas, o que foi muito bom para abrir o espaço. Mas, sim, essencialmente estávamos fazendo o que fazemos na CSW, entrando em contato diretamente com os Estados-membros, propondo linguagem, fazendo revisões dos rascunhos e realmente fazendo barulho sobre o que achávamos que o Escritório da Juventude da ONU deveria ser, claro, sustentado pelos princípios do Manifesto Jovem Feminista, essa visão feminista, essa lente feminista, e também aprendendo como outras agências e escritórios da ONU foram estabelecidos no passado e como as resoluções foram escritas sobre eles também.

MV: Perfeito, obrigado. E nesse processo, você estava fazendo isso como Major Group for Children and Youth ou como sua organização, ou...?

IS: Desculpe?

MV: Não, não...

IS: A maioria dos processos estávamos fazendo como National Gender Youth Advocates pela ONU Mulheres.

MV: Ok.

IS: Sim, a maior parte. Mas, para nós, era muito importante trazer a lente do Sul Global e de base para a conversa também. Porque isso era um espaço muito, era um espaço muito... não era muito inclusivo, as negociações, obviamente, porque são lideradas pelos Estados-membros, e a natureza delas parecia muito exclusiva.

Então, sabe, não era só eu trabalhando, eram vários jovens que realmente queriam trazer a lente decolonial, a lente do Sul Global, a lente feminista para essas conversas. Então, era muito importante para nós que, quando sugeríamos linguagem e fazíamos revisões da resolução preliminar, quando o rascunho saía, que estivéssemos entrando em contato com o maior número possível de jovens que realmente estão trabalhando no campo e perguntando a eles, sabe, este é o texto da resolução como está, isso é o que significa na prática. O que vocês gostariam que o Escritório da Juventude fizesse? E também reconhecer que, na verdade, havia vários problemas porque o Escritório da Juventude da ONU... havia certos Estados que estavam tentando fazer com que o Escritório da Juventude da ONU isolasse os jovens no sistema da ONU, certo? Para fazer com que o Escritório da Juventude da ONU lidasse com tudo relacionado à juventude e nos colocasse em um canto isolado. Então, essa era outra coisa que queríamos muito evitar, que o Escritório da Juventude fosse o mecanismo de responsabilização sobre os jovens no sistema da ONU. Mas não deveria ser a voz da juventude em todo o sistema da ONU. É sobre apoiar as agências da ONU a também alcançarem os jovens, apoiando os Estados-membros a trabalharem com os jovens. Isso era muito importante para nós.

MV: Perfeito, perfeito. E eu queria aproveitar algo que você mencionou. Historicamente, vemos os países europeus liderando a agenda da juventude. E, considerando isso, tivemos essas consultas com o Egito e Gana co-liderando o processo.

Então, você sabe por que o Egito e Gana foram escolhidos? Ou foi algo que não foi estrategicamente pensado?

IS: Ah, boa pergunta. Acho que eles foram designados para liderar o processo. O Egito faz muito trabalho com jovens em sua capacidade nacional. Então, sei que eles são uma voz forte para a liderança juvenil. E...

Não tenho certeza sobre Gana, mas presumo que, se estão liderando esse processo, devem ter algum interesse em juventude também. Mas sei que o Egito, com certeza, em sua capacidade nacional, faz muito trabalho com jovens. Eles têm o Conselho da Juventude do Egito, envolvem muitos jovens em seus espaços de tomada de decisão, investem muito nos jovens. Sei que não consigo lembrar de cabeça, mas acho que uma proporção significativa da população do Egito é jovem também.

E mesmo na região do Oriente Médio e Norte da África, na região MENA, há uma população muito alta de jovens. Então, eles eram definitivamente um estado forte para liderar esse processo.

MV: Perfeito, perfeito. Obrigado, obrigado por esse esclarecimento. Era algo que eu realmente estava pensando.

E falando mais sobre o Reino Unido, como você vê o envolvimento do Reino Unido na agenda da juventude dentro das Nações Unidas? Durante esse processo, mas também antes dele.

IS: Sim, uma das preocupações que alguns Estados-membros tiveram no ano passado, quando a resolução do Escritório da Juventude da ONU estava sendo negociada, era que o processo estava sendo feito muito rapidamente. Então, sei que o Reino Unido, os EUA, acho que o Japão e vários outros estados estavam preocupados que estavam negociando a resolução muito rapidamente. Foi durante o período de verão. Acho que foram dois ou três meses de negociação, ou talvez até menos, na verdade.

E eles estavam preocupados que, se apressássemos esse processo e estabelecêssemos de forma apressada o Escritório da Juventude da ONU, então, quando a implementação acontecesse, em 2024, ele não seria o mais eficaz possível. Então, houve preocupações de que o processo fosse rápido demais. E muitos estados, como o Reino Unido, queriam garantir que fosse uma abordagem equilibrada e ponderada.

Mas eles fizeram sua parte e ajudaram a formar o Escritório da Juventude da ONU. Sei que o Reino Unido está, particularmente agora, envolvido na escolha do diretor-executivo e de outras coisas assim. Sei que o Reino Unido terá uma voz muito importante quando o escritório for estabelecido e o processo avançar.

Acho que, se um diretor-executivo for nomeado em breve, o escritório será configurado no primeiro semestre de 2024. E acho que vai depender muito de como será o orçamento. Isso vai ser um grande fator. Sei que eles disseram que o Escritório da Juventude da ONU será financiado pelo orçamento central da ONU e não por doações externas. Mas, se for esse o caso, o que isso significa para o escritório? Isso significa que eles terão que comprometer seu mandato e sua independência para agradar os Estados-membros? Ou, você sabe, veremos os Estados-membros tentando controlar a agenda da juventude dentro da ONU?

E isso era algo com o qual sei que o Reino Unido e outros estados estavam preocupados durante o processo de negociações, mas, mesmo antes disso, o Reino Unido é muito bom com a participação juvenil. Eles têm delegados juvenis do Reino Unido. Há uma longa história de participação juvenil, até mesmo em coisas como o Conselho de Direitos Humanos, a Comissão sobre a Situação da Mulher, a Comissão sobre Desenvolvimento Populacional, sempre há uma voz jovem forte.

Mas acho que isso também se deve ao fato de que o espaço da sociedade civil no Reino Unido é muito forte. E essa voz da sociedade civil será forte de qualquer forma. Então, sim, acho que esse tem sido o envolvimento do Reino Unido até agora.

MV: Perfeito, obrigado. E acho que você começou a tocar na minha próxima pergunta. Eu acho que, como você acha que eles esperam que esse Escritório da Juventude contribua para as áreas específicas que foram delineadas na resolução? Paz e segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Como o Escritório da Juventude vai trabalhar nessas áreas? Pelo menos como você espera que funcione?

IS: Sim, acho que esse vai ser um dos desafios, porque ele é... acho que ele deve funcionar nessas áreas, mas essas áreas são tão vagas. É muito amplo, sabe, desenvolvimento sustentável, paz e segurança, direitos humanos. Quero dizer, quais são as prioridades dos jovens dentro dessas áreas, certo? E também dentro de diferentes Estados-membros, diferentes regiões, diferentes comunidades, os jovens têm prioridades muito diferentes dentro dessas áreas. Então, trata-se realmente de como o escritório vai ser flexível o suficiente para apoiar a diversidade de vozes jovens nesses temas também.

Você sabe, eu estava conversando com alguém recentemente e eles estavam dizendo, na verdade, acho que foi o Enviado da Juventude da ONU que disse isso em um evento no ano passado, que o Escritório da Juventude não deveria ser a voz dos jovens. Deveria ser o escritório que fornece aos jovens a plataforma para se engajarem com outras áreas da ONU e com os Estados-membros. Então, isso realmente me marcou, e acho que é muito importante porque, você sabe, acho que o Escritório da

Juventude deveria se preocupar em como fazer a ONU trabalhar para os jovens nessas áreas.

E então, também, sabe, um grande tema é o desenvolvimento sustentável e a ação climática, certo? Mas os jovens no Sul Global, em particular, são muito vocais sobre financiamento climático, financiamento de perdas e danos, todas essas coisas que o Norte Global simplesmente não está, sabe, fazendo o suficiente para abordar ou contribuir. Então, também se trata de como o Escritório da Juventude pode apoiar e catalisar os Estados-membros e as agências da ONU a fazerem mais, a fazerem melhor pelos jovens, em vez de se tornar o espaço que apenas fala em nome dos jovens.

MV: Sim, obrigado, essas são, de fato, grandes preocupações.

Uma das coisas que eu estava pensando era o orçamento e, ao mesmo tempo, sim, é meio que... tenho sentimentos mistos sobre o orçamento, porque de fato era uma preocupação, como ter que arrecadar fundos ao mesmo tempo, mas, ao mesmo tempo, é uma preocupação limitar ao orçamento central.

Mas ainda assim, a partir do seu conhecimento do sistema da ONU, acho que você já começou a falar disso quando falou sobre os Estados-membros tentando controlar a agenda da juventude, mas o que você acha que vai ser o principal desafio que o novo escritório enfrentará no futuro, seja os Estados-membros ou o orçamento, o que você acha que vai ser o principal desafio para o trabalho?

IS: Sim, acho que definitivamente esses vão ser os dois grandes desafios. Os Estados-membros controlando a agenda da juventude, isso é uma preocupação muito, muito real. Acontece em toda a ONU. Você sabe, vimos isso no ano passado nas negociações sobre a própria resolução do Escritório da Juventude da ONU. Os Estados-membros estavam tentando controlar a linguagem, tentando controlar o que o escritório podia e não podia fazer. Então, isso definitivamente vai ser um grande problema. E também os Estados-membros estavam tentando limitar o engajamento da sociedade civil no processo de negociações no ano passado.

Então, há um perigo muito real de que, quando o escritório for estabelecido, os Estados-membros tentem limitar o impacto da sociedade civil, limitar o impacto dos jovens.

Mas também, você sabe, o orçamento é uma preocupação muito real também, porque, como você disse, se eles vão ficar com o orçamento central da ONU, isso pode significar que o escritório é limitado em termos de até onde ele pode ir em termos de financiamento e de quanto alcance ele pode ter.

Então, acho que esses vão ser os dois grandes problemas: os Estados-membros e o orçamento.

MV: Perfeito. Sim, acho que isso era principalmente o que eu queria. Muito obrigado. Você deu contribuições excelentes e, de verdade, foi muito, muito útil. Você me deu muito conteúdo para trabalhar, então, eu agradeço profundamente e muito obrigado. Eu sei que é difícil.

IS: Não, de nada, de nada. Obrigado.

MV: Sim, na verdade, eu não... Eu recebi isso. Só não tive tempo de ler ainda, mas com certeza vou ler.

IS: Ah, certo.

MV: Perfeito, então sim, eu... Eu agradeceria e na verdade só tenho uma pergunta sobre como, do seu ponto de vista, por exemplo, o que aconteceria se os jovens tivessem uma preocupação e essa preocupação fosse contra o que o Escritório da Juventude, o Secretário-Geral ou os Estados-membros têm em perspectiva para o escritório? Essas preocupações seriam tratadas?

Por exemplo, vamos supor que os Estados-membros e o Secretário-Geral queiram isolar a juventude e temos jovens dizendo que não podemos isolar a juventude. Então, como você acha que isso seria tratado? Você acha que eles ao menos... E isso é mais um sentimento pessoal. Você acha que eles ouviriam ou apenas ignorariam?

IS: Sim, quero dizer, acho que isso vai ser um grande teste, certo? Porque vai ser, a prova vai estar na prática, essencialmente. Se o Escritório da Juventude for capaz de se engajar de forma significativa com os jovens e, então, desafiar de forma significativa o Secretário-Geral e os Estados-membros quando os jovens estiverem dizendo algo diferente do que o escritório, os Estados-membros ou o SG estão dizendo, então acho que isso vai ser um bom sinal para o escritório.

Mas também, se eles não forem capazes, se o escritório não for estruturado de uma forma que permita que ele desafie de forma significativa o SG ou os Estados-membros, e em vez disso estiver apenas implementando o que o SG quer e o que os Estados-membros querem, então acho que isso vai ser um fracasso, certo? E acho que os jovens vão reagir contra isso. Acho que a sociedade civil vai reagir contra isso também. Então, acho que vai depender muito de como o escritório é estruturado e configurado, e também de quão independente é o diretor-executivo do Escritório da Juventude.

Porque, no final do dia, você sabe, se o diretor-executivo for alguém que vai desafiar o SG e desafiar os Estados-membros, então acho que isso vai ser um sinal muito positivo para o escritório. Mas, se não for, então acho que isso vai ser uma grande preocupação. Então, acho que vai ser... a prova estará na prática e teremos que esperar para ver como ele é estruturado, como é configurado e também como ele trabalha com jovens ao redor do mundo.

MV: Perfeito, sim, isso era o que eu precisava. Obrigado, muito obrigado.

IS: Sem problemas.

MV: Na verdade, eu... Eu precisarei escrever isso em português, mas depois eu vou traduzir e enviar para você.

IS: Sim, sem problemas.

MV: Eu vou, obrigado.

IS: Perfeito, cuide-se, Matheus.

MV: Perfeito, obrigado. Você também, se cuide. Obrigado.

Entrevista sobre o Escritório das Nações Unidas para Juventude

Entrevistador: Matheus Valois (MV)

Entrevistado: Ahmad Allendawi (IS)

AA: Está conectando. OK, vou ver assim.

MV: Da sua perspectiva. Qual trabalho você fez que considera o mais relevante na área da juventude, mas não falando sobre: meu escritório fez isso, mas o que você considera que foi uma grande conquista, em uma nota pessoal. Então: eu acho que esta foi uma das minhas maiores contribuições para o campo da juventude.

AA: Neste cargo atual ou em geral?

MV: Em geral.

AA: Quase toda a minha carreira está relacionada a questões da juventude, então é difícil apontar uma. Quero dizer, estou muito orgulhoso das pequenas coisas que fizemos, mais até do que algumas das grandes conquistas. Quer dizer, estou orgulhoso de parte do trabalho que fizemos em torno da Primavera Árabe e da conexão com grupos jovens, quero dizer, foi um grande momento para os movimentos juvenis na região, parte do trabalho que fizemos com refugiados. Mas talvez, quero dizer, se há um que é bastante único, foi ser solicitado aos 27 anos para iniciar um novo escritório na ONU e construir seus programas, seus recursos e sua advocacia, o Escritório do Enviado da Juventude na ONU, isso foi uma tarefa bastante excepcional, uma responsabilidade excepcional e quando olho para trás agora, 10 anos, quase este mês, literalmente 10 anos este mês. É bastante notável ver onde está agora, tornar-se um escritório de juventude e paz e segurança, humanitário, desenvolvimento e estratégia de coordenação. Realmente, senti que tive muita sorte de começar. Um escritório que liderou um movimento dentro da ONU para transformar muitas coisas. Obviamente não é o trabalho de uma pessoa, mas acho que desempenhei um papel nisso e isso, penso eu, teria um impacto duradouro porque a ONU é lenta, leva tempo para fazer as coisas, mas uma vez que começa a se mover, você pode ver resultados realmente importantes em muitos países.

MV: Sim, muito obrigado. E sei que você é uma pessoa respeitada na ONU e no mundo e as pessoas levam sua opinião em consideração. Então, você acompanhou o processo de estabelecimento do Escritório da Juventude da ONU e, se sim, como foi o processo do seu ponto de vista?

AA: Sim, acho que a ideia do escritório e a última iteração dele foi liderada pela enviada da juventude Jayathma com nossa equipe, com o apoio de outros. Mas se voltarmos a mais de 10 anos atrás, e voltarmos até 2011, quando a ONU convocou o alto nível, o Ano Internacional da Juventude nas Nações Unidas em 2011, que por acaso foi o ano de muitas revoluções da Primavera Árabe também e realmente envolveu isso, isso é. Realmente impactou muitos dos regimes e o pensamento em torno das questões da juventude, que também fora daquele ano do Ano Internacional da Juventude com demandas de organizações juvenis por uma liderança mais forte para a ONU veio a ideia do enviado da juventude quando Ban Ki-moon foi eleito para o segundo mandato e então quando assumi esse papel. Então o papel no início era uma espécie de teste da ideia de como a ONU poderia acomodar questões da juventude e isso cresceu como uma bola de neve. Tipo, fica maior e maior com o tempo, e houve várias tentativas de explorar como a ONU poderia institucionalizar as questões da juventude. Então a juventude e o atual escritório da juventude que acabou de ser adotado pela Assembleia Geral, eu vejo como uma continuação de uma jornada que levou dez anos quase para construir. Para fazer o caso para testar o conceito, para mostrar a necessidade de mostrar os elementos e para realmente convencer a todos que e, você sabe, geralmente não há apetite algum na ONU para iniciar novos escritórios, especialmente para os Estados Membros. Mas acho que quando Guterres, o Secretário-Geral, anunciou a nova agenda, o escritório da Juventude parecia ser um dos frutos mais baixos porque já havia sido testado por mais de 10 anos quase. Era apenas hora de torná-lo parte da configuração permanente. Então, sim, dou muito crédito a muitas pessoas que contribuíram, incluindo minha sucessora na posição de enviada da juventude, Jayathma, por seu excelente papel em apoiá-lo. E acho que é vejo isso como uma linha do tempo que começou de 2011 a 2022 e a Assembleia Geral adotou isso. Então, realmente você tem que voltar e olhar para 2011 com o ano internacional da Juventude para ver como todos esses eventos e o trabalho que eu

fiz, o trabalho que Jayathma fez, e o trabalho que muitos outros fizeram, e como isso nos ajudou a chegar a este ponto.

MV: Perfeito. Na verdade, eu ia perguntar sobre isso. Fiz essa pergunta por causa de algo que você disse sobre a mudança levar tempo na ONU, mas acontece. Então, com seu conhecimento do sistema da ONU e do mundo como um todo, quais você acha que serão os principais desafios que o novo escritório enfrentará no futuro?

AA: Seria engraçado te dizer que minha maior preocupação sobre o escritório é se tornar um escritório. Essa é a maior preocupação porque uma das características ou características mais importantes do papel do enviado da juventude é que era disruptivo por natureza. Estava fora do orçamento principal, tendo mais espaço para manobrar, mais espaço para perturbar, e tem uma espécie de senso. Eu costumava ver empreendedorismo político e de desenvolvimento na ONU porque o enviado da juventude é um empreendedor por natureza. Você tem que conectar coisas e encontrar o orçamento e perturbar as coisas. Então, provavelmente, o maior risco que aconteceria com este escritório é se ele se tornasse um escritório da ONU com direito a orçamento regular sem realmente comprometer a natureza disruptiva deste escritório para realmente agitar o sistema. Porque: cometa um erro, acho que a Assembleia Geral adotou 16 posições para fazer parte do novo escritório ASG e D1 ou P5, seja lá o que for isso. E isso realmente não traria mudanças. Quero dizer, é ótimo que tenhamos essa estabilidade porque acho que isso é necessário, mas é muito importante para, esperançosamente, aqueles que seriam encarregados de levar este escritório adiante para manter essa natureza disruptiva dele e manter o mesmo dinamismo que estava lá pelos últimos 10 anos, eu diria que sempre acho arriscado se o escritório se tornar uma operação burocrática da ONU apenas agradando e não sendo disruptivo, então isso provavelmente seria uma bagunça. Então, sim, esse é um aspecto. Ao mesmo tempo, estou feliz que esses serão recursos principais que permitirão que as pessoas se concentrem e façam seu trabalho, não apenas arrecadando fundos como eu fiz ou como Jayathma fez. Então, espero que eles possam começar a trabalhar e se concentrar no trabalho principal. Mas minha esperança é que, sim, essa burocracia não tome conta, e a natureza disruptiva seja preservada e mantida e a natureza desse papel.

MV: Perfeito. Sim, é de fato uma preocupação. E próxima pergunta: A ideia do Escritório da Juventude da ONU já existia na ONU ou é algo relativamente novo ou vocês já tiveram essas discussões no passado?

AA: Bem, de fato estava flutuando, não foi capturado como, algumas pessoas estavam falando sobre uma agência para a juventude, algumas falando sobre um escritório. Acho que eu pessoalmente defendi a ideia de um escritório da Juventude da ONU desde que servi na administração de Ban Ki Moon. Então, apresentei a proposta para esse fim, mas provavelmente o momento e a maturidade da experiência do escritório não estavam permitindo que esse movimento acontecesse. Então, acho que quando foi revivido novamente, houve algum trabalho feito na proposta e então novamente não é como se você escrevesse uma proposta e alguém mais pegasse e escolhesse. É muito trabalho para lembrar o estado na nova agenda, e novos Estados Membros adotando. Então há muitos fatores em jogo, então. Não é realmente um processo fácil. Então não posso te dizer que sempre foi totalmente desenvolvido como uma proposta. Levou tempo. Acho que, como eu disse, com o trabalho que Jayathma fez e os resultados da agenda comum do Secretário-Geral deram como um muito bom catalisador para impulsionar essa agenda. Mas eu pessoalmente tive a chance de também contribuir para essa discussão inicial de como o escritório deveria parecer. Particularmente, agora, uma coisa a ter em mente com a ONU é que você consegue consertar o lado do secretariado da coordenação, então você tem que consertar a parte dos Estados Membros. Então parte do que eles focaram quando eu servi como enviado da juventude é estabelecer uma convocação para os Estados Membros em torno de questões da juventude e espaço intergovernamental. E acho que fomos bastante bem-sucedidos com o Fórum da Juventude do ECOSOC porque pensamos que seria o caminho de menor resistência e a maneira mais inteligente de obter uma convocação para ministros da juventude e agora está conectado sob o ECOSOC e a revisão do fórum político de alto nível dos ODS. Então é importante não apenas ter o escritório, mas ter um espaço intergovernamental correspondente que garantiria que os membros estão bem investidos além de apenas o terceiro comitê, na minha opinião. Então, então acho que nesse sentido fizemos algum, algum progresso mesmo nessas frentes.

MV: Perfeito. Muito obrigado. E a última para não tomar mais do seu tempo, como a ONU se beneficiará deste novo escritório e maior participação dos jovens?

AA: Acho que é inegável o impacto do papel do enviado da juventude para abrigar a coordenação, lançar uma estratégia sobre a juventude, tipo de defender a agenda da juventude, advogar por ela com os Estados Membros, convocar o sistema da ONU para coordenar melhor, mover a agenda substantiva como Juventude, paz e segurança, ação humanitária. O trabalho nos ODS, tendo maior participação da juventude no trabalho da ONU, ouvindo melhor as vozes dos jovens que estão liderando o movimento climático até o fim, e painéis de jovens sobre o alinhamento climático ou algum alinhamento de ativismo com o trabalho das Nações Unidas. Então minha esperança é que esse trabalho continue. Mas também que o novo escritório seja capaz de permanecer atento a novas tendências e tendências emergentes. O escritório foi criado por mim e outros que apenas este trabalho por um milênio. Acho que estamos testemunhando a transição para a Geração Z agora. Acho que é muito importante quando pensamos sobre o escritório que também fala das tendências e aspirações. Acho que você é da Geração Z você mesmo. Então acho que é começaremos a testemunhar esta transição e com ela, acho que é muito importante entender as tendências para os jovens, jovens também, não apenas os millennials, mas também a Geração Z e até mesmo os adolescentes mais jovens. E entender como eles se importam com o mundo porque esta é a geração mais jovem que se importa profundamente. Quero dizer, eles estão muito preocupados com as mudanças climáticas, com as desigualdades que veem no mundo e são muito mais nativos digitalmente e conectados. E acho que o escritório precisa realmente estar bem versado e na sua realidade mais do que tentar imitar uma mais antiga. E isso requer algum pensamento revolucionário ousado em como o escritório deve ser configurado. E como eu disse anteriormente, quero dizer, a coisa ótima é que temos um escritório, a pior coisa que pode acontecer com um escritório é se tornar apenas um escritório. E acho que essa é a preocupação e eles têm a grande fé de que o escritório é aplicado então com bons ouvidos atentos para se conectar com a Geração Z, quero dizer, se eu fosse começar. Este esforço hoje, eu provavelmente faria de maneira diferente, todos nós deveríamos fazer de maneira diferente. Eu fiz, Jayathma fez, o anterior de uma maneira que está sintonizada com a realidade do trabalho em que vivemos. E eu vim na esteira da Primavera Árabe, por exemplo,

com muito ativismo político e raiva. Agora acho que você vê isso mudando para mais mobilização climática e então sim, isso poderia ser parte de. Do que? O que temos que fazer? E então eu desejo, eu desejo, eu desejo a todos os que vão levar isso adiante todo o melhor, e para serem guardiões do espírito da juventude na ONU, e não cair em uma operação burocrática excessiva. Mas novamente, não entenda das minhas palavras. Estou realmente feliz que temos este escritório, mas quero ter certeza de que manteremos o nível de energia que vimos nos últimos 10 anos.

MV: Sim, perfeito. Muito obrigado. Tipo, essas foram todas as minhas perguntas. Não estou tomando mais do seu tempo. Tipo, foi uma ótima contribuição. Vai me ajudar muito porque uma das minhas principais preocupações era exatamente quando a discussão começou, qual foi o gatilho? Tipo, por que estamos tendo um escritório da juventude? Pelo que você me disse, foi realmente bom construir uma linha de base para entender como o escritório estava indo porque havia uma hipótese que eu estava testando. Tipo, não é algo que simplesmente saiu da 'nossa agenda comum', mas foi. Claro, o gatilho foi a proposta do Secretário-Geral, mas era algo que tinha sido construído por algum tempo, como uma agenda e com o papel do enviado da juventude. Então foi uma ótima contribuição. Você sabe, eu pude provar minha hipótese.

AA: Às vezes você precisa das circunstâncias propícias para que mesmo boas ideias cheguem à linha de chegada. Acho que você pode pensar nisso como Ban Ki-Moon iniciou o escritório do enviado. E com 10 anos de maturidade, Guterres levou esse escritório a se tornar, tipo, porque você testou o conceito. Então agora o conceito está pronto para ser atualizado e estabilizado. E acho que essa é a história da progressão das instituições em geral. Então estou muito feliz em ver isso. E a principal conclusão é, acho eu, este escritório pode fazer muitas coisas ótimas para os jovens ao redor do mundo, eles só precisam estar cientes de alguns dos riscos que vêm com ser um escritório formal como parte do orçamento regular. Mas tenho certeza de que, assim como eu descobri, espero que da melhor maneira possível, Jayathma e os que assumirão também farão o mesmo.

MV: Perfeito. Muito obrigado.